



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Letras

Rebeca Cristina da Silva Souza

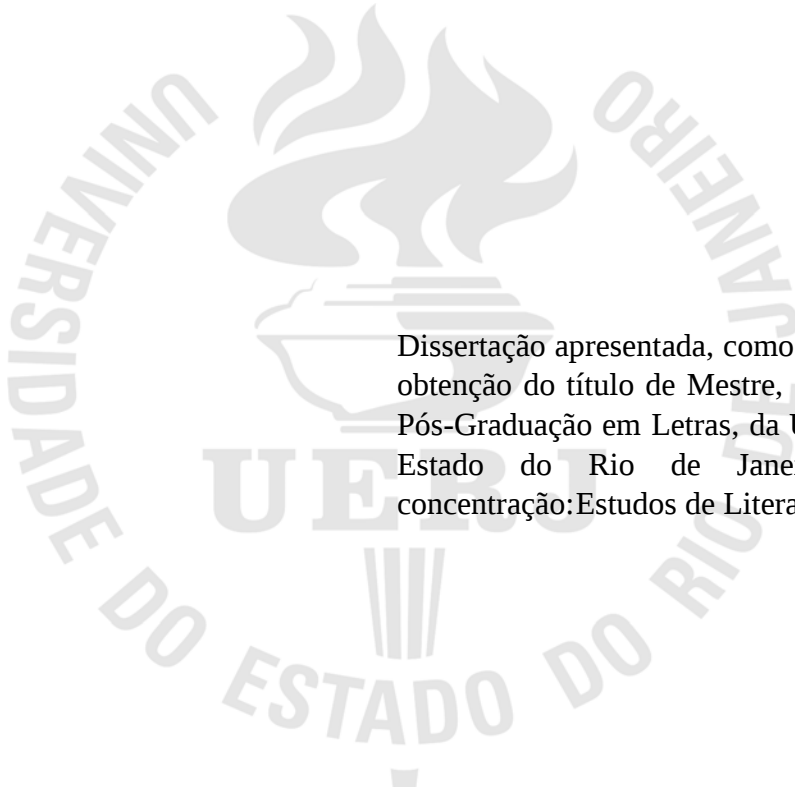
A figura feminina negra em contos machadianos

Rio de Janeiro

2022

Rebeca Cristina da Silva Souza

A figura feminina negra em contos machadianos



Dissertação apresentada, como requisito para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Literatura.

Orientadora: Prof^a. Dra. Andréa Sirihal Werkema

Rio de Janeiro

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/B

A848

Souza, Rebeca Cristina da Silva.

A figura feminina negra em contos machadianos / Rebeca Cristina da Silva Souza. – 2022.

88 f.

Orientadora: Andréa Sirihal Werkema.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.

1. Assis, Machado de, 1839-1908 – Crítica e interpretação – Teses. 2. Contos brasileiros – História e crítica – Teses. 3. Negras na literatura – Teses. 4. Mulheres e literatura - Teses. 5. Violência contra as mulheres na literatura – Teses. 6. Escravidão na literatura – Teses. I. Werkema, Andréa Sirihal. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 869.0(81)-95

Bibliotecária: Eliane de Almeida Prata. CRB7 4578/94

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Rebeca Cristina da Silva Souza

A figura feminina negra em contos machadianos

Dissertação apresentada, como requisito para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Literatura.

Aprovado em 25 de maio de 2022.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dra. Andréa Sirihal Werkema (Orientadora)
Instituto de Letras - UERJ

Prof. Dr. Henrique Marques Samyn
Instituto de Letras - UERJ

Prof. Dr. Júlio César Medeiros da Silva Pereira
Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro
2022

AGRADECIMENTOS

Como finalizar esta pesquisa sem externar a minha gratidão pelo apoio, incentivo e motivação recebidos? Essa escrita não é só minha, mas de todos aqueles que contribuíram direta e indiretamente para essa conquista acadêmica. Além de todos os negros que labutam constantemente por igualdade, respeito e valorização na sociedade. E, principalmente, as mulheres negras, sobretudo as que se foram, mas deixaram um legado de luta, resistência e suportaram as agruras de um sistema desleal que foi a escravidão no Brasil.

Quero ser grata ao meu pai e grande amigo que permitiu tudo isso, que deu a sua vida mesmo antes de eu existir pagando um alto preço na cruz do calvário e investindo seu tempo por mim. Obrigada, Deus, por me proporcionar essa grande realização. Essa conquista é sua!

Gratidão à instituição que financiou e investiu nessa pesquisa: o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Gostaria também de agradecer a minha querida orientadora Prof^a. Dra. Andréa Sirihal Werkema, por sua paciência e apoio na realização da dissertação.

Agradeço também aos meus familiares, que sem dúvida foram de suma importância para conclusão deste trabalho. Aliás, sem o carinho e ânimo de vocês não alcançaria este sonho. Aos meus pais Adriana e Jorge que sempre me ajudaram com incentivos, palavras de tranquilidade e esperança vislumbrando este sonho e se esmeraram para me proporcionar uma educação de qualidade.

Ao meu irmão Rafael e sua esposa Ruth, a minha querida tia Sonia e o meu eterno e grande amor, Robson, que não me deixou desistir insistindo com palavras positivas e gestos de afeto. Sem vocês essa vitória não aconteceria!

Também quero agradecer às minhas amigas que, de modos distintos, ajudaram neste difícil percurso. Algumas no meio acadêmico e outras na vida secular. De qualquer forma, cada uma contribuindo para execução deste ofício. A vocês sou grata pela amizade e cumplicidade.

Muito obrigada e viva a negritude!!!

Libertei mil escravos. Podia ter libertado outros
mil se eles soubessem que eram escravos.

Harriet Tubman

RESUMO

SOUZA, Rebeca Cristina da Silva. *A figura feminina negra em contos machadianos*. 2022. 88 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

Encontramos, na literatura brasileira, várias personagens femininas que, no contexto do patriarcalismo e do escravismo do século XIX, sofrem as agruras e os abusos típicos do momento, e suas histórias são marcadas por diferentes tipos de resistência. É nesse contexto que Machado de Assis, através de suas obras, revela os duros sofrimentos enfrentados por negros e negras no período oitocentista. Nesse sentido, a nossa pesquisa tem como objetivo apresentar uma análise dos contos “Mariana”, “Virgínius” e “Pai contra mãe”, de Machado de Assis, a partir da temática da literatura negra e das violências sofridas pela figura feminina, sobretudo escravas e libertas durante o período escravista. Ainda vale mencionar que observaremos os destinos trágicos enfrentados pelas personagens Mariana, Elisa e Arminda. Assim, o presente estudo procura analisar a violência contra a mulher negra como retratada em contos de Machado de Assis. Para tal tomamos como aparato crítico os trabalhos de DAVIS (1944), CUTI (2010), DUARTE (2020), SOARES (2007), BOSI (2003), XAVIER (2012), CONFORTO (2012) e SLENES (1997).

Palavras-chave: Machado de Assis. Literatura negra. Escravidão. Figura feminina.

ABSTRACT

SOUZA, Rebeca Cristina da Silva. *The black female figure in Machado's tale*. 2022. 88 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

We find, in Brazilian literature, several female characters who, in the context of patriarchy and slavery in the 19th century, suffer the hardships and abuses typical of the moment, and their stories are marked by different types of resistance. It is in this context that Machado de Assis, through his works, reveals the hard sufferings faced by black men and women in the 19th century. In this sense, our research aims to present an analysis of the short stories "Mariana", "Virginius" and "Pai contra mãe", by Machado de Assis, based on the theme of black literature and the violence suffered by the female figure, especially slaves and freedmen during the slave period. It is also worth mentioning that we will observe the tragic fates faced by the characters Mariana, Elisa and Arminda. Thus, the present study seeks to analyse violence against black women as portrayed in short stories by Machado de Assis. To this end, we take as a critical apparatus the works of DAVIS (1944), CUTI (2010), DUARTE (2020), SOARES (2007), BOSI (2003), XAVIER (2012), COMFORTO (2012) and SLENES (1997).

Keywords: Machado de Assis. Black literature. Slavery. Female figure.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 A ESCRAVIDÃO NO BRASIL	12
1.1 Do tráfico negreiro à abolição	15
2 MACHADO DE ASSIS: UM OBSERVADOR ATENTO DA SOCIEDADE BRASILEIRA E AS LUTAS ABOLICIONISTAS DA ÉPOCA	25
3 MARIANA, ELISA E ARMINDA: EMUDECIDAS VOZES ESCRAVAS	36
3.1 MARIANA: “escrava quase senhora” em uma sociedade patriarcalista	41
3.2 ELISA: o conflito entre a inocência e a perversidade	51
3.3 ARMINDA: a salvação do homem branco em detrimento dos negros	61
4 FORÇA E OPRESSÃO: A ESTRUTURA DA ESCRAVIDÃO	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
REFERÊNCIAS	84

INTRODUÇÃO

A figura feminina é constantemente retratada por Machado de Assis. Seus contos, crônicas, poemas e romances revelam as personagens em seus anseios, amores, sofrimentos e outras características típicas de heroínas machadianas. Marcela, Sofia, Helena e Capitu são exemplos de perfis que ganharam destaque nas narrativas do exímio escritor. Entretanto, há ainda aquelas que sofreram as agruras de um sistema injusto e desleal do século XIX – a escravidão. Eram vistas como objetos de desejo e como propriedades, privando-as de sua autonomia e liberdade. A história narra o destino trágico de mulheres escravas e libertas e suas trajetórias da África ao Brasil. Sua língua, costumes e práticas religiosas foram submetidos e apagados em detrimento de uma sociedade escravista.

Ao desembarcar dos navios, uma nova realidade as esperava: dor, violência, medos, abusos e castigos excessivos. Negras que resistiram à relação de domínio e de mando/obediência por parte de seus senhores foram privadas de sua identidade e emolduradas como propriedade na sociedade oitocentista. Durante esse período ser mulher negra era estar sujeita a ser estigmatizada pela cor da sua pele. Além de carregar o fardo de ser vista com uma imagem deturpada e associada, diversas vezes, a lascívia, prostituição e dissimulação.

O corpo da mulher negra era considerado descartável e visto como uma máquina, subordinada às vontades de seus senhores, isto é, caso precisassem de mão de obra, era imposto a elas intensa carga horária de trabalho nas lavouras e tarefas domésticas, caso sentissem vontade sexual, eram obrigadas a satisfazê-los. Assim, era o senhor que determinava o destino de suas propriedades. Outro fato é que o corpo negro também era constantemente associado ao profano, impuro e, mesmo após a abolição, as ex-escravas continuaram sendo excluídas no Brasil, aliás sofrendo marginalizações e estigmatizações pela cor de sua pele.

Homens e mulheres negras passaram por grandes provações para chegar à inserção na população brasileira, tendo dificuldades de acesso aos estudos, moradia e emprego. Com o fim da escravidão continuaram sob o jugo dos estereótipos, tornando-se vítimas da sociedade oitocentista, situação que se reflete até nossos dias. É nesse ambiente de rebaixamento moral e social que o escritor Machado de Assis irá discorrer, em seus contos, sobre a temática da

escravidão – há ainda, em suas histórias, diversas protagonistas que são retratadas como *mulatas*, isto é, filhas de pai branco e mãe negra, na maior parte das vezes. Geralmente estas eram criadas como escravas domésticas, ou seja, dotadas de habilidades culturais e linguísticas.

A literatura machadiana pode ser entendida como uma das portas de entrada para a história do século XIX. No plano ficcional ele representou a realidade brasileira mostrando a condição social, econômica e étnica da sociedade, revelando tanto a escravidão quanto o processo de liberdade dos negros através de seus romances, crônicas e contos. É visível sua crítica à mentalidade escravista brasileira. Suas narrativas denunciavam as agruras daquela época, especialmente os interesses políticos das classes sociais. Ele não retrata apenas o olhar na perspectiva da classe dominante, a burguesia, mas, sim, faz uso da ironia para revelar o jogo de interesses que movimentava a sociedade brasileira oitocentista.

Sob essa ótica, o principal objetivo deste trabalho é analisar a figura feminina negra nos contos machadianos: “Mariana”, “Virgínius” e “Pai contra mãe”. Desta forma, pretende-se observar os aspectos sociais e físicos na vida das mulheres negras escravas e/ou libertas, o seu sofrimento no período da escravidão no Brasil. Observa-se que os contos se assemelham pela visão realista e destacam a crueldade da sociedade escravocrata. Este estudo tem também como característica a revisão bibliográfica de textos relacionados ao contexto de luta contra a escravidão no Brasil. Será feita uma análise dos elementos estruturais dos contos, seus personagens e de como toma forma a ironia no discurso ao longo das narrativas.

Essa dissertação configura-se a partir do meu anseio de trazer à memória a história de luta e resistência do povo negro: propor reflexões que perpassam a literatura, mas alcançam outros espaços, isto é, embora a escravidão tenha se findado, ainda observamos suas marcas na sociedade contemporânea, que impõe aos negros os empregos subalternos, o embranquecimento da cultura negra e a estigmatização da cor da nossa pele. Assim, esta pesquisa se divide em quatro capítulos que vão propor, além de análises dos contos do escritor, verificar as agruras do sistema escravista e as violências sofridas pelas mulheres, negras, do século XIX brasileiro.

O primeiro capítulo, intitulado “A escravidão no Brasil”, mencionará os acontecimentos históricos e políticos desde a chegada dos escravizados ao Brasil e como estes sofreram com um sistema brutalmente violento. Assim, este irá se subdividir em um

subcapítulo: “Do tráfico negreiro à abolição”, que pretende abordar a trajetória dos negros, desde a sua saída da África, até a chegada no Brasil. Vale ainda destacar os castigos sofridos pelos escravizados que perderam os seus direitos e a liberdade.

O segundo capítulo, “Machado de Assis: um observador atento da sociedade brasileira e as lutas abolicionistas da época”, destacará o contexto histórico da época em que vivia o escritor. “O escritor caramujo”, como menciona o teórico Eduardo de Assis Duarte, escreve utilizando artifícios para retratar a elite fluminense, usando temas que sempre evocam algo implícito na sociedade da época. Outro fator a ser analisado é a negritude do autor, que não se omitia a descrever, através de contos e romances, a personalidade do homem de cor, utilizando a ironia na estrutura de suas obras e nas ações de seus personagens a fim de desmascarar as hipocrisias de seu tempo. Ainda iremos propor, neste capítulo, relembrar as lutas abolicionistas e a participação machadiana durante o período oitocentista e perceber os textos do escritor que caminham desde o cotidiano carioca até as situações da Corte e dos adventos do Brasil República. Observaremos um pouco de sua vasta produção nas crônicas, romances e principalmente nos contos.

No terceiro capítulo, “Mariana, Elisa e Arminda: emudecidas vozes escravas”, está o *corpus* principal da pesquisa, e aí serão analisados tanto os contos como suas personagens, o narrador, o enredo e o contexto em que estão inseridos. Este capítulo possui três subcapítulos em que se farão as análises dos respectivos textos, intitulados: “Mariana: ‘escrava quase senhora’ em uma sociedade patriarcalista”, “Elisa: o conflito entre a inocência e a perversidade” e “Arminda: a salvação do homem branco em detrimento dos negros”. Identificaremos, principalmente, a personalidade feminina, as mulheres negras. Os contos que serão analisados nesta pesquisa têm algo em comum: a escravidão e suas marcas. O escritor, Machado de Assis, insere as personagens na dura realidade que foi esse período da nossa história.

Neste ponto, compreendemos que estas personagens tiveram um destino trágico, ou seja, sofreram grande opressão física e psicológica. Para observar e comparar os seus destinos, iremos analisar, no quarto capítulo, “Força e opressão: a estrutura da escravidão”, os duros e severos sofrimentos ocasionados pelos senhores escravocratas, sejam os castigos físicos, seja o assédio sexual sofrido pelas personagens. Outro ponto nesta parte da pesquisa será verificar em outras obras, nas entrelinhas, a temática do racismo e da discriminação social.

A partir das histórias de Mariana, Elisa e Arminda, iremos verificar a importância da literatura negro-brasileira e o quanto é importante valorizar a cultura, trajetória e ancestralidade dos negros. Em nossa análise e reflexão iremos destacar a figura negra que precisou mostrar resistência mediante as imposições dos brancos. São mulheres que representam a luta de um povo que busca: igualdade, respeito e liberdade. Buscaremos observar esse papel feminino de mulheres negras e seu reflexo até o momento contemporâneo, em que milhões de pretas ainda sofrem discriminação racial e preconceito.

1 A ESCRAVIDÃO NO BRASIL

A escravidão foi um regime social caracterizado pela sujeição do ser humano e a utilização de sua força explorada por outros seres humanos. Desta maneira, segundo Jaime Pinsky, “a escravidão se caracteriza por sujeitar um homem ao outro, de forma completa: o escravo não é apenas propriedade do senhor, mas também sua vontade está sujeita à autoridade do dono e seu trabalho pode ser obtido até pela força” (PINSKY, 2010, p. 11). O período histórico escravista no Brasil provocou sérias consequências para uma grande camada populacional, assim, apesar da escravidão ter sido abolida há mais de cem anos, não devemos apagá-la. As cicatrizes por ela deixadas ainda permeiam a nossa sociedade, podemos ver isto claramente através do preconceito racial ainda existente e nas exorbitantes diferenças entre as classes sociais brasileiras.

Neste contexto, o regime de sujeição por anos dominou todos os aspectos da vida brasileira. A escravidão cresceu e coube aos escravizados negros, em diversas frentes, fazer o mais pesado e rudimentar trabalho, num desumano e sacrificial modo de vida a eles imposto. Contudo, a escravidão no Brasil não começou com o negro africano: os portugueses, ao desembarcarem na nova terra, enxergaram aqui potencial fonte de lucros, e, nos inúmeros moradores curiosos, os povos indígenas, encontraram a primeira mão de obra barata de que precisavam, e no escambo sua primeira moeda de troca, uma forma de conquistar a confiança e conseguir dos nativos o que queriam, o trabalho na extração do pau-brasil.

O pau-brasil, matéria prima abundante em nossas terras e mercadoria muito preciosa na Europa, era usado para diversos fins, principalmente para tingir tecidos. Seu valor era alto no mercado europeu e por isso a ambição da coroa portuguesa forçou os colonos a explorar o trabalho indígena, tornando-os os primeiros escravizados da nova colônia de Portugal nas Américas:

As relações entre índios e brancos deterioraram-se muito rapidamente, quando os últimos começaram a obrigá-los aos trabalhos agrícolas nos engenhos. Como não aceitavam a escravidão, constitui-se o mito da incompatibilidade do gentio com a agricultura e da “preguiça da raça”. Na verdade, os índios – como qualquer população não envolvida em circuitos mercantis – não entendiam a necessidade de se trabalhar para além das necessidades da subsistência. (LINHARES, 1990, p. 64)

Os povos indígenas adoeciam devido à exposição às doenças europeias, fugiam, lutavam, se revoltavam e sabiam bem onde se esconder para não serem mais encontrados por quem os explorava.

Outro grande problema do contato entre nativos e europeus foi a proliferação de doenças. Os corpos indígenas não tinham defesa contra moléstias europeias, como gripes, resfriados, sarampo, varíola e cólera; em razão disso, a mortalidade entre eles foi espantosa. Como exemplo, temos a epidemia de 1560-1562 que matou cerca de 10 mil índios no recôncavo da Bahia; os que fugiram da região levaram as doenças para tribos ainda não contatadas no interior do território, provocando muitas outras mortes. (MESGRAVIS, 2015, p. 17)

Neste contexto, a escravidão indígena perdurou após o período das Capitânicas Hereditárias. Este sistema foi criado no ano de 1534, pelo rei de Portugal, D. João III, com o objetivo de mapear e ocupar todo o território português no Brasil. Neste sistema, eram doadas grandes extensões de terras aos nobres e homens de confiança do rei, que ficaram conhecidos como donatários. A função do donatário era cuidar da terra, protegê-la de ataques indígenas e cultivar a cana de açúcar.

Com o passar do tempo e a má administração dos donatários ou senhores de engenho, as revoltas, as fugas dos povos indígenas e a falta de apoio da Coroa, as Capitânicas Hereditárias foram se extinguindo. Segundo Mesgravis, “foi principalmente por causa da resistência indígena que as tentativas de estabelecimento de alguns donatários, por exemplo, nas capitânicas da Bahia, de Ilhéus e do Espírito Santo fracassaram” (MESGRAVIS, 2015, p. 21).

Após este período, a escravização dos indígenas passou a ser mal vista pela Santa Igreja Católica Apostólica Romana, principalmente pelos Jesuítas que: “Eram os membros de uma Ordem chamada Companhia de Jesus, criada por Inácio de Loyola na Universidade de Paris, em 1540, para defender o catolicismo e o poder papal contra os protestantes” (MESGRAVIS, 2015, p. 25). A Companhia de Jesus tinha como objetivo espalhar o evangelho de Cristo, através da fé católica, e assim catequizar os povos indígenas. Portanto, se estes passassem a ser indivíduos, explorá-los não seria mais possível ou aceitável.

Em 1549, chegou ao Brasil o primeiro governador geral, Tomé de Souza, e junto com ele a Companhia de Jesus. De acordo com Mesgravis, o governo geral “seria um poder centralizado, controlado pela coroa e com condições materiais e humanas para defender a

colônia, com sede na cidade de Salvador, a primeira cidade do Brasil, fundada na Bahia pelo governador-geral Tomé de Souza em 1549” (MESGRAVIS, 2015, p. 21).

Além dos Jesuítas, há relatos que Tomé de Souza trouxera os primeiros africanos. Por outro lado, há outra vertente histórica, afirmando que, em 1538, foi Jorge Lopes Bixorda, um arrendatário de pau-brasil, o responsável pela chegada dos primeiros escravizados africanos. Neste âmbito, vale ressaltar que a escravidão indígena não foi imediatamente extinta, foi paulatinamente sendo substituída pela negra, havendo relatos de convivência entre escravizados nativos e africanos.

As epidemias, a mortalidade ligada ao trabalho forçado e a ruptura da economia de subsistência indígena tradicional, a fuga de tribos inteiras mais para o interior, acabaram por inviabilizar uma *plantation* açucareira baseada principalmente no trabalho dos índios, seja escravo, seja livre em teoria, mas na verdade sob compulsão na imensa maioria dos casos. **Assim, as primeiras décadas do século XVII viram a transição ao predomínio da escravidão negra.** (LINHARES, 1990, p. 103) (grifos nossos)

Diante dos acontecimentos, a partir de meados do século XVI, foi intensificada a transição da mão de obra escrava indígena para a negra, pois aumentaram as pressões religiosas e econômicas vindas da Europa. Porém, vale salientar os inúmeros problemas internos com os nativos, que estavam fugindo do controle dos Jesuítas e senhores de engenho. Assim, a Igreja teve papel fundamental nessa transição, pois, com a evangelização dos povos indígenas, estes se tornavam católicos, ou seja, em parte protegidos pelo cristianismo. Em contrapartida, os africanos, com suas práticas religiosas politeístas, não aceitavam de imediato a religião dos europeus, então a Igreja passou a julgá-los merecedores do “castigo divino”, na forma da escravidão. Para os europeus a religião era uma estratégia de cristianizar o pensamento dos negros.

De acordo com o teórico Cuti, a sociedade escravocrata, para aliviar a culpa e utilizar como justificativa o trabalho forçado, se apoiava em critérios incabíveis que legitimavam a discriminação racial. Este argumento era reforçado para condenar os povos indígenas e o povo negro à escravidão. Para os Jesuítas estes necessitavam de instrução e deviam ser convertidos à fé católica. Aliás, nem cogitaram que este povo já possuía sua cultura e ancestralidade: “legitimar a violência da dominação dos povos é uma forma de aliviar a culpa. É transformar toda a violência, por mais brutal que tenha sido em algo aceitável e humanamente necessário” (CUTI, 2010, p. 17).

O uso do sagrado era constantemente utilizado também pelos senhores do engenho, seja em atividades domésticas, nas lavouras e na colheita. Durante a execução dessas tarefas, principalmente no campo, os proprietários obrigavam os negros a entoarem cantigas cristãs, além de forçá-los a participarem de cultos católicos. Essa divindade era usada como recurso para apoiar as barbaridades contra a raça negra. Percebemos que nesse período havia o desejo de apagar a ancestralidade religiosa dos africanos, haja vista que os negros precisavam ocultar seus pertences como santos e objetos religiosos.

A religião, no período da escravidão, deveria ser um freio para os revoltados, um consolo para os desanimados, uma esperança para os desgraçados, um alento para os fracos, como se dizia na época. O senhor deveria ser entendido como um pai, severo e duro, temido e respeitado, que tudo fazia para o bem de seus filhos. (PINSKY, 2010, p. 26)

Nesta situação, vemos surgir o sistema de *plantation*, que consiste em grandes latifúndios e extensões de terras, onde se plantava apenas um tipo de produto, ou seja, era um sistema de monocultura que também dependia dos escravizados, pois esta era a mão de obra mais barata e, no caso dos africanos trazidos da Ilha da Madeira e dos Açores, especializada, principalmente, no cultivo de cana-de-açúcar. Praticamente toda a produção era exportada, obrigatoriamente, para a Metrópole. Contudo, a dependência da mão de obra escrava africana foi a principal marca desse sistema agrícola. “A propriedade escravista (para a produção do açúcar, antes, e do café depois) era, portanto, a característica principal da agricultura brasileira do período colonial e durante todo o século XIX” (PINSKY, 2010, p. 26). Desse modo, compreendemos que, com o aumento da produção agrícola era preciso mão de obra escrava para maior produção e mais lucros para Portugal. Começa-se, então, uma ponte para o tráfico negreiro, isto é, a busca pela compra de mão de obra (transformada em mercadoria) para fornecer a produção.

1.1 Do tráfico negreiro à abolição

A Europa tinha grande demanda de açúcar e seus derivados. Os produtos eram considerados verdadeiras iguarias. Por outro lado, Portugal desejava ser a maior potência no ramo açucareiro, pois via nesse sistema uma fonte para acúmulo de riquezas, característica do mercantilismo. Na busca por saciar a sede da Europa por açúcar e a fome da Metrópole por

acumular riquezas, seria necessário o aumento da mão de obra, e foi no continente africano que os portugueses foram buscar esta força de trabalho.

O sucesso da produção açucareira nas Ilhas do Império português acenava com uma solução interessante, mas faltavam braços e capitais para desenvolver essa atividade no Brasil. Além disso, a mentalidade que movia os portugueses aventureiros era o sonho da riqueza fácil obtida pelo saque. Eles achavam mais interessante se engajar nos navios que rumavam para a África e as Índias, onde poderiam comerciar ou participar de combates lucrativos. Não aceitavam com facilidade, portanto, a ideia de exercer um trabalho braçal em clima quente e sob o risco de ataques de índios. Portugal resolveu, então, recorrer ao trabalho escravo dos africanos, que seriam trazidos à força para o Brasil. (MESGRAVIS, 2015, p. 36)

Não foi por acaso que a Coroa portuguesa escolheu a África como sua fonte de mão de obra escrava; além de ter experiência com o escambo e em se aproveitar da inimizade entre tribos, tomando para si escravizados de guerras internas, Portugal sabia que os africanos que trabalhavam nas Ilhas da Madeira, de Cabo Verde, Açores, entre outros, tinham amplo conhecimento no plantio, manuseio e preparação da cana. Ainda convém lembrar o apoio da Santa Igreja Católica Apostólica Romana ao tráfico de exemplares negros, feito pelos portugueses, a fim de que os descrentes africanos pudessem aos poucos se converter.

Podemos então afirmar que, ao somar a ganância cega da nobreza portuguesa em se tornar a principal potência no mercado açucareiro, o apoio da Igreja ao acreditar que os negros escravizados estariam pagando por pecados, as guerras entre tribos africanas e a captura de prisioneiros, mais a venda destes, a necessidade de mão de obra especializada no cultivo da cana-de-açúcar, a facilidade de adquiri-la na África, entre outros fatores, foram motivos para se instalar a escravidão durante quase quatro séculos entre o Velho e o Novo Mundo.

O tráfico negreiro foi uma das mais trágicas e brutais histórias de ambição humana, que marcaria para sempre o mundo, traficando pessoas para a Europa e América:

Entre 1502 e 1860, mais de 9 milhões e meio de africanos serão transportados para as Américas, e o Brasil figura como o maior importador de homens pretos. O século XVIII detém o recorde da importação: as Américas coloniais fizeram vir a elas 6 milhões e 200 mil escravos durante esse período e todas as grandes potências dos tempos modernos engajaram-se no tráfico e nele, uma a uma, assumiram o papel dominante. (MATTOSO, 1982, p. 65)

Dos navios que saíam da África, muitos nem aportavam em seus destinos e milhares de negros morriam durante a travessia, por fome, doenças ou simplesmente eram peças

avulsas que estavam ali para descarte, caso não precisassem delas. Assim, muitos foram jogados vivos, amarrados uns aos outros, no mar.

A travessia de escravizados pelos oceanos era feita em grandes navios conhecidos como tumbeiros. O Tumbeiro ou Tumba Flutuante era o navio negreiro, que carregava cerca de 60% de homens, 30 % de mulheres e 10 % de crianças e adolescentes, todos em condições insalubres. Os capitães da embarcação precisavam decidir se trariam mais escravizados ou comida, desta maneira, optavam por maior número de cativos, portanto a maioria acabava adquirindo: sarampo, tuberculose, escorbuto (doença causada por deficiência de vitamina C no organismo, caracterizada por hemorragias, problemas nas gengivas e baixa resistência a infecções) e morrendo no meio do Atlântico. “Durante a viagem marítima até o Brasil, feita em péssimas condições, muitos morriam de fome ou doenças” (MESGRAVIS, 2015, p. 39).

Após uma longa e desgastante viagem, o escravo chegava ao Brasil esgotado tanto física quanto emocionalmente:

O cativo é de ordinário, desembarcado num estado de exaustão física e moral fácil de imaginar. Se vem do outro lado do oceano, sofreu o traumatismo psíquico da captura, as longas marchas às vezes necessárias para atingir o porto. Foi posto a ferros e esperou talvez muito tempo a chegada dos “tumbeiros” traficantes. Preso a bordo do navio, conheceu as rotas de uma dura navegação antes de ser desembarcado, mais morto do que vivo, em terra desconhecida e hostil. Se vem de mais perto seus sofrimentos não são menores, pois teve igualmente de separar-se dos amigos, talvez também dos parentes, deixar um tipo de vida ao qual se havia mais ou menos adaptado, para ser acorrentado e arrastado ao desconhecido, numa angústia somente igualada ao desgaste físico levado ao extremo pela viagem forçada, a promiscuidade a bordo, a fome e a rudeza agressiva dos seus condutores. (MATTOSO, 1982, p. 65)

Logo após o desembarque no Brasil, os negros eram conduzidos, todos devidamente atados e amarrados uns aos outros, aos mercados de escravizados para serem comercializados como mercadorias e assim encaminhados aos seus destinos de trabalhos forçados, açoites e morte prematura. A venda dos escravizados acontecia à luz do dia, onde o escravo era avaliado como um animal em exposição.

Seja como for, os séculos XVI e XVII caracterizam-se pela existência de mercados de escravos situados nos portos e que servem à região interiorana ainda de pequenas dimensões, os arredores das cidades, onde reina o cultivo da cana-de-açúcar. Nesses portos, em que o cativo africano recém desembarcado ainda respira o ar marinho da viagem, a venda se faz em leilões ou de um particular a outro. Nos dois casos, aquele que necessita do escravo entra diretamente em contato com o vendedor, sem necessidade de qualquer intermediário. Um circuito relativamente pequeno, porque

em geral o cativo é comprado, forma-se sem demora um outro, para a locação de mão-de-obra escrava. (MATTOSO, 1982, p. 56)

Nos portos brasileiros, havia grande disputa pelas peças mais valiosas, os mais fortes e jovens tinham preço elevado e eram até mesmo leiloados, como afirma Kátia Mattoso:

Venda em leilão, como se constata, com o traço característico da modalidade: o preço do escravo será estabelecido pelo lance mais alto. Mas ignora-se completamente se a venda em leilão de escravos importados obedecia também ao sistema de lances livres. Venda pública não é forçosamente leilão, mas tudo leva a crer que um verdadeiro leilão seja realizado sempre que o vendedor disponha de um lote de escravos robustos e destros ou quando a demanda superava a oferta. (MATTOSO, 1982, p. 73)

Estes renderiam aos senhores de escravizados excelentes retornos financeiros, pois trabalhando nas lavouras de cana, café, tabaco, na mineração e nas diversas funções domésticas, além de enriquecerem seus donos, elevariam seu *status* na sociedade escravocrata. Com seus destinos traçados, após a venda, os escravizados eram forçados a perder a sua identidade, pois até o direito de usar seu nome lhes era retirado. No entanto, os negros criavam estratégias para que pudessem manter as suas raízes. No Brasil o cativo era batizado na fé católica e recebia nomes portugueses. “Embora muitos esforços fossem feitos para obrigar os negros escravizados a esquecer de sua cultura original, às vezes eles eram batizados com nomes cristãos, parte significativa dela sobreviveu” (MESGRAVIS, 2015, p. 43).

Logo em seguida conheciam então seus feitores, seus senhores e o lugar onde trabalhariam. Chegando às fazendas, os escravizados conheciam suas moradias, as senzalas, que eram construções precárias e sem ventilação, que comportavam dezenas de escravizados amontoados em condições insalubres. A vida do recém-chegado era dura, a maioria mal sabia se comunicar entre si e atender às ordens era uma tarefa difícil, então os capatazes tratavam de cumprir seu papel de, no chicote, se fazer entender. Já os escravizados crioulos (descendentes de africanos, nascidos no Brasil) tinham mais facilidade no trabalho, pois já estavam adaptados à vida e à cultura local.

O problema da língua não se apresentava ao escravo crioulo, criado desde pequeno na língua dos senhores. Já o africano raramente encontra em seu local de trabalho outro escravo de seu grupo linguístico. Cabe ao senhor, ou com mais frequência ao seu feitor (em geral mulato, preto, crioulo e, às vezes, um africano chegado há muito tempo) a missão de ensinar ao recém-desembarcado os rudimentos do idioma. O

aprendizado realiza-se também no contato com seus companheiros de corveia ou com o capelão. (MATTOSO, 1982, p. 112)

Nas diversas frentes de trabalho, o cativo era forçado a trabalhar arduamente, em jornadas extensivas que chegavam ao esgotamento físico.

Nos engenhos labutavam em média 80 a 100 escravos, homens feitos em sua maioria. [...] A jornada de trabalho, pontilhada pelas refeições feitas em comum, varia muito durante o ano: no verão nordestino, dura entre 12 e 14 horas, no inverno, 12 horas ou pouco menos. (MATTOSO, 1982, p. 134)

A sociedade brasileira passou a depender do escravizado para todo o tipo de tarefa, desde carregar seus dejetos até mesmo explorar ouro nas minas. Desta forma, possuí-los era sinal de prosperidade e poder. Já no século XVII, a escravidão estava consolidada na sociedade brasileira e os negros eram associados a bens materiais, pois havia a crença de que pertenciam a uma raça inferior que servia exclusivamente para a labuta. O escravo era utilizado nas mais variadas frentes de trabalho, suas principais tarefas estavam ligadas às lavouras de café, tabaco, cacau, açúcar e algodão, nas minas de ouro e prata, campos de arroz, na indústria de construção, corte de madeira e como domésticos. “Nessa sociedade agrária, o escravo é, pois, a ‘coisa’ indispensável como instrumento de produção, mas devotado a uma tarefa fixa sem grande possibilidade de mobilidade social” (MATTOSO, 1982, p. 108).

Vale ainda mencionar os escravizados que conquistaram a confiança de seus senhores e trabalhavam até mesmo como comerciantes nas cidades e centros comerciais, longe das senzalas, lavouras e das mãos dos feitores.

Com frequência, os ofícios mais especializados são reservados a escravos crioulos; por vezes, também, o africano chega já formado por seu clã ou sua tribo, pois nas aldeias africanas havia muitos artesãos. As crianças destinadas a um ofício são feitas aprendizes de adultos, desde a idade dos 8 anos, sob vigilância do feitor ou do próprio senhor, que decidirão se o negro é capaz de “pegar o jeito” necessário. (MATTOSO, 1982, p. 116)

Com o aumento das frentes de trabalho, de torturas físicas, abusos morais e sexuais, muitos escravizados passaram a não aceitar o modo de vida a eles imposto. Rebeliões passaram a acontecer nas lavouras e minas por toda a colônia. Mesmo com a opressão dos capatazes/feitores, os cativos conseguiam se libertar e se refugiar, assim são criados os quilombos.

O quilombo mantinha a sua independência a custa das lavouras que os ex-escravos haviam aprendido com seus senhores e a defendia, quando necessário, com armas de fogo dos brancos e os arcos e flechas dos índios. E, embora em geral contra a sociedade que oprimia os seus componentes, o quilombo aceitava muito dessa sociedade, um passo importante para a nacionalização da massa escrava. (GOMES, 2005, p. 35)

A crescente resistência e revolta dos cativos na colônia brasileira modificou o cenário da história do escravismo. Podemos ainda afirmar que a maior resistência dos escravizados está no legado cultural que eles transmitiam para cada geração, uma forma silenciosa de se revoltar contra o cativo. Há ainda aqueles escravizados que partiram para o embate físico, muitos senhores foram assassinados por seus escravizados, ocorreram fugas em massa, suicídios coletivos e parte da sociedade, com o passar do tempo, começou a ver a escravidão como algo ruim e pedia a mudança desse sistema exploratório. Porém não seria fácil romper com um tão consolidado sistema.

Ao fim do século XVIII, o movimento abolicionista começa a crescer no continente europeu, com o fim da escravidão no Haiti. As notícias logo chegam ao Brasil, causando temor na sociedade e esperança nos escravizados e abolicionistas. Já no início do século XIX, propostas para acabar com a escravidão, mesmo que gradualmente, começam a aparecer nos altos níveis da sociedade. Em 1831 é sancionada a Lei Feijó, que proíbe o tráfico e liberta os africanos trazidos ilegalmente, mas esta lei “não vigorou” no Brasil, mesmo após a independência. Com o passar dos anos, sofrendo pressões de todos os lados, a monarquia brasileira se viu obrigada a sancionar, em 1850, a Lei Eusébio de Queiroz, que proibia o tráfico de escravizados para o Brasil. Desta vez a lei foi levada a sério, mesmo com resistência dos senhores e comerciantes de escravizados.

Em 1871, os abolicionistas chegaram a outra grande conquista, a Lei do Ventre Livre. Esta lei concede liberdade aos filhos de escravas nascidos a partir dessa data, mas os mantém sob a tutela dos seus senhores até atingirem a idade de 21 anos. O Abolicionismo avançava, mesmo que gradativamente, muitas vezes apenas no papel, mas suas conquistas se deram graças aos seus militantes fervorosos, formados por médicos, advogados, estudantes, ex-escravizados e até escravizados.

No ano de 1885 é sancionada a Lei dos Sexagenários, mais uma lei que buscava a libertação dos escravizados, desta vez os maiores de 65 anos de idade seriam alforriados. Aliás, vale mencionar que os escravizados maiores de 60 anos e menores de 65 estariam livres, mas precisariam prestar serviços por 3 anos. Esta lei beneficiava uma quase inexistente

quantidade de escravizados, pois aqueles que suportavam os anos de exploração mal chegavam a sobreviver por mais de 10 anos em regime de escravidão. Porém é válido lembrar que esta lei é sim mais uma vitória simbólica para os abolicionistas.

O Brasil, sendo o último país que ainda mantinha o sistema de escravidão, há tempos vinha sofrendo pressões internacionais e até mesmo nacionais, pois alguns Estados já haviam alforriado seus escravizados e o movimento abolicionista conquistara apoio popular. É quando, finalmente, em 13 de maio de 1888, após intensos debates e votações, foi assinada, pela princesa Isabel, a Lei Áurea, que declarava extinta a escravidão no Brasil. Entretanto, mesmo após a promulgação da Lei Áurea, os negros continuaram a enfrentar graves dificuldades tais como: descaso do governo, desemprego (oportunidades de trabalho assalariado), falta de moradia, dificuldade de inserção na sociedade do século XIX, entre outros problemas.

Após a abolição, os negros libertos foram obrigados a buscar um novo local para viver com suas famílias, se deslocando para regiões mais afastadas da cidade. Essa locomoção em massa provocou uma reforma na estrutura urbana dos estados, principalmente no Rio Janeiro. Um dos percalços do Brasil era incluir os negros, livres, na sociedade oitocentista. Nosso país no final do século XIX estava sofrendo vastas transformações quanto ao sistema capitalista e à mão de obra trabalhadora. O café se tornara um dos maiores meios para o crescimento da nação, era o veículo de parceria entre Brasil e o mercado mundial, principalmente os britânicos.

Depois de 1870, trabalhadores imigrantes, especialmente os europeus, começam a vir para o Brasil, com a finalidade de trabalhar nas lavouras do Sudeste, alcançando cerca de 1,13 milhões de pessoas até 1880. Dentro dessa nova estrutura econômica o negro torna-se um ser sem valor para a sociedade capitalista do século XIX, sendo substituído progressivamente pela mão de obra branca imigrante. Nesse período, os pretos são postos à margem da sociedade, necessitando se adaptar a um país que não criou estratégias para inseri-los. E a falta de acolhimento e apoio do governo os deixara à margem da sociedade, levando a sérias consequências, como um alto índice de negros que se tornaram mendigos por falta de moradia. Ainda há outra grave adversidade que era a falta de oportunidade para os ex-escravizados idosos e as mulheres grávidas ou com filhos mancebos. A terrível condição desses desamparados os obrigava a continuar na casa de seus senhores devido ao seu abandono pelos meios governamentais, sendo ainda assim privados de sua liberdade.

Outra dificuldade enfrentada pelos negros após a abolição era que muitos tinham o receio de migrar à procura de novas condições de moradia por estarem sujeitos às agressões dos seus antigos proprietários. Era comum os escravocratas ameaçá-los e até coagiam as mulheres que tinham filhos pequenos. E quando elas tentavam se desvincular de seus senhores estavam sujeitas a serem levadas à justiça e perderem a tutela de seus descendentes. Enquanto aqueles que eram mais jovens conseguiam se manter através de profissões subalternas como charuteiro, marceneiro, pedreiro e na área doméstica.

A partir desse breve panorama histórico percebemos que a história do negro foi construída em um cenário de intensa luta e resistência, em especial no final do século XIX, período em que os negros desfrutaram da liberdade, mas continuaram a enfrentar desigualdades, estigmatização racial e a labutar por uma nova trajetória de vida. A nossa identidade foi forjada em um regime injusto e racista. Uma das estratégias de resistência é a conscientização do negro em unir-se a seus irmãos em busca de lutar contra a opressão, e é preciso assumirmos o papel consciente de resistência aos padrões europeus, isto é, não basta somente nos conscientizarmos, mas é preciso um autoexame e uma reciprocidade entre o povo negro contra os estereótipos impostos pela sociedade.

Ainda podemos afirmar que, além da conscientização do negro, é preciso buscarmos o retorno às nossas origens e identidade, valorizando a cultura negra e a história dos negros no Brasil. Sabe-se que a capoeira e as danças africanas naquele século eram desprezadas e reprimidas pelos senhores, sendo até considerados movimentos de marginalização e inadequados aos critérios eurocêntricos. É por isso que é preciso hoje valorizarmos a arte negra, priorizando as raízes oriundas da África, ou seja, mostrando a riqueza cultural existente. É importante retomar a nossa ancestralidade tanto no teatro quanto no cinema evidenciando a história e os heróis africanos. Entretanto, deve-se mostrar a sua evolução não de maneira estática, paralisada no tempo, mas é importante que haja uma inovação quanto à liberdade de expressar movimentos artísticos que valorizem a cultura negra como o ritmo, a dança e as cores, buscando ressaltar traços culturais dos negros seja na música ou na pintura.

Por outro lado, na contemporaneidade vemos que ainda há certos estigmas quanto ao estilo musical oriundo do negro, aliás, ainda conseguimos identificar preconceitos na sociedade não somente quanto à música negra, mas também à arte no geral que valoriza os negros. A sociedade tenta constantemente apagar e embranquecer a cultura do negro, porém é preciso assumirmos o papel ativo de luta e resistência contra esse embranquecimento europeu.

Com isso, cabe a nós, negros não aceitar essa imposição e os estigmas de que a cultura branca é melhor que a negra. Assim, devemos resistir e militarmos pela causa.

A história do negro é marcada por diversos episódios de lutas e resistência, por terem sido submetidos violentamente às agruras do sistema escravocrata, que provocou sérias consequências a uma grande camada populacional. Nesse sentido, as cicatrizes deixadas ainda permeiam a nossa sociedade, aliás, podemos ver isto claramente através do preconceito racial ainda hoje existente e as exorbitantes diferenças entre as classes sociais brasileiras.

O homem negro foi vítima do sistema escravocrata, isto é, foi retirado brutalmente de seus costumes, origens e cultura. Com isso, sua identidade é forjada em um ambiente preconceituoso onde precisou mostrar grande resistência, mesmo com a grande violência física, psicológica e moral vivenciada. De acordo com o *Dicionário Caldas Aulete* (Aulete digital), a palavra “identidade” significaria igualdade, conjunto de características próprias de uma pessoa. Enquanto “resistência” denota “ação ou resultado de resistir, qualidade do que resiste a uma ação externa”.

No que diz respeito a identidade, resistência e existência do negro vemos que este está inserido em um ambiente de forte estigmatização racial devido à cor da sua pele e de seus traços. O racismo vai além da exclusão racial, mas está vinculado à dominação de uma raça sobre a outra. É o não respeito à diversidade do outro. Diariamente o negro precisa enfrentar e lutar contra a opressão. A autora Sueli Carneiro, no texto “Negros de pele clara”, afirma:

Uma das características do racismo é a maneira pela qual ele aprisiona o outro em imagens fixas e estereotipadas, enquanto reserva para os racialmente hegemônicos o privilégio de ser representados em sua diversidade. Assim, para os publicitários, por exemplo, basta enfiar um negro no meio de uma multidão de brancos em um comercial para assegurar suposto respeito à diversidade étnica e racial e livrar-se de possíveis acusações de exclusão racial das minorias. (CARNEIRO, 2002, p. 70)

Conforme destaca Carneiro, o racismo está vinculado ao estereótipo e à visão equivocada de uma imagem fixa que não prioriza a diversidade. Infelizmente, ainda percebemos as marcas do racismo nas camadas populacionais. É a tentativa de embranquecimento do negro, ou seja, a presença da priorização da branquitude. De acordo com a autora Neusa Santos Souza, o negro passa pelo processo de tentar se reconstruir o tempo inteiro lutando contra os valores e crenças racistas (Cf. SOUZA, 1983). Com isso, é preciso se reconhecer como negro e assumir a postura de ativista político.

Ainda no texto *O discurso sobre a negritude*, de Aimé Césaire, observamos que o autor propõe uma reflexão a respeito do conceito de negritude, aliás, o que é ser negro? Está somente vinculado a uma raça? Segundo Césaire:

A negritude é uma maneira de viver a história dentro da história; a história de uma comunidade cuja experiência parece, em verdade, singular, com suas deportações de populações, seus deslocamentos de homens de um continente a outro, suas lembranças distantes, seus restos de culturas assassinadas (...). Eu, pessoalmente, diga-se de passagem, nunca pude me habituar à ideia de que os milhares de homens africanos, que o tráfico negreiro transportou outrora às Américas, não tiveram outra importância senão a sua força animal – uma força animal análoga (...). (CÉSAIRE, 1987, p. 109)

Como ressalta o autor, a palavra negritude está interligada a história, cultura e costumes do povo negro. A expressão remete para além da cor da pele, mas em seu sentido aprofundado diz respeito à resistência e à história de uma raça. É a busca da nossa identidade, é a luta contra o reducionismo europeu, isto é, podemos afirmar que é assumir a consciência crítica de não aceitar os estereótipos impostos pela cultura da Europa. É o despertar da dignidade, a luta contra a desigualdade e a opressão. Césaire ainda destaca que os negros traficados eram reduzidos a meros animais, que somente serviam para o trabalho, com isso utilizavam esse argumento para o tráfico negreiro.

Durante o período escravocrata os negros eram vistos como seres sem alma, o que se utilizava como pretexto para tratá-los como uma mera mercadoria. Nesse sentido, podemos perceber que até os dias atuais tenta-se privar a população negra de ocupar outros espaços sociais, logo reduzindo-a a posições subalternas; assim percebe-se que o problema perdura na sociedade desde a época da escravidão. Mesmo após o fim da escravidão somos condenados a uma espécie de trabalho escravo contemporâneo, isto é, resultado da discriminação enfrentada por mulheres e homens negros. É preciso assumirmos nossa negritude rejeitando os estigmas impostos pela sociedade patriarcal.

2 MACHADO DE ASSIS: UM OBSERVADOR ATENTO DA SOCIEDADE BRASILEIRA E AS LUTAS ABOLICIONISTAS DA ÉPOCA

Ao observarmos a trajetória do renomado escritor Joaquim Maria Machado de Assis, vemos que este nasceu em julho do ano de 1839 na cidade do Rio de Janeiro, sede intelectual do país no período imperial. Seu pai, Francisco José de Assis, era negro e de origem humilde, e sua mãe, Maria Leopoldina Machado de Assis, de origem açoriana. Embora sua criação fosse simples, no morro do Livramento, revelou aguçada inteligência. Aos quinze anos já falava francês e em 1855 já publicava poemas.

No ano de 1869 se casa com Carolina Augusta Xavier de Novaes, que foi seu eterno e grande amor, para quem escreveu o poema: “A Carolina”. Após o falecimento de sua esposa, o cronista entra em um estado de profunda depressão e, aos 69 anos de idade, no dia 29 de setembro de 1908, vem a óbito, deixando um grande legado intelectual. Como ressalta Antonio Candido: “aos cinquenta anos era considerado o maior escritor do país, objeto de uma reverência e admiração geral, que nenhum outro romancista ou poeta brasileiro conheceu em vida, antes e depois dele” (CANDIDO, 2011, p. 16).

Negro, pobre e epilético não foram estigmas para impedi-lo de ocupar a vida pública e ser uma figura de proeminência em seu tempo. Machado de Assis, embora tenha uma infância difícil, não tendo grandes condições para custear o ensino regular, lutou contra os estereótipos da época alcançando grande relevância acadêmica e tornando-se o fundador da Academia Brasileira de Letras. Em suas obras se ocupou em trazer uma escrita realista na qual fazia crítica à burguesia, às classes dominantes, sobretudo, do segundo império, questões que retomavam valores da sociedade, tais como a realidade política brasileira e a situação dos negros, tematizando a escravidão.

Em sua ficção realista, o escritor se aprofundava na mentalidade humana e nos problemas do século XIX. Seus romances ganham grande notoriedade ao narrar histórias sobre ciúme, amor e a morte. Era o reflexo do espelho sombrio diante da sociedade, revelando nas suas obras a sociedade brasileira de maneira irônica os acontecimentos daquele período.

A ironia, até meados do século XVIII, era vista como pertencente à técnica de oratória, sendo considerada um tropo que enuncia o oposto daquilo que se pretende afirmar, logo se pautando a partir de um tom sarcástico. Esse conceito estava ligado à retórica, especialmente

de oradores latinos como Cícero e Quintiliano. Para Cícero a ironia era associada à dissimulação retórica e estava vinculada a dois conceitos: a figura da antífrase (é a inversão semântica) e a própria ironia. Quintiliano considerava-a não como uma atitude, mas sim um elemento ligado à linguagem retórica. Segundo ele, era o contraste entre o que é dito com o que é pensado no discurso. Em contrapartida, antes desses oradores, Aristóteles, Platão e Sócrates já haviam se dedicado a pensar a respeito da ironia.

Na Grécia clássica, a ironia socrática é vista como precursora, sendo um modo de veicular a reflexão filosófica. O seu objetivo era revelar as presunções e a ignorância dos homens, dando oportunidade a um autoconhecimento dos indivíduos, isto é, é um modo de mostrar nas entrelinhas a real intenção do interlocutor. É uma espécie de auto-humilhação dotada de humor e sarcasmo, além de veicular a ambiguidade, zombaria e escárnio nos diálogos socráticos. Como ressalta Beth Brait:

A ironia pode ser estudada a partir das atitudes filosóficas de Sócrates e da maneira como Platão e Aristóteles interpretaram os diálogos socráticos. A ironia socrática pode ser considerada a partir da distinção entre ironia como atitude e ironia como linguagem. Quando se fala filosoficamente das atitudes irônicas, a linguagem é a única dimensão que possibilita a apreensão e a compreensão desse procedimento. (BRAIT, 1996, p. 25)

Na arte da comédia grega a ironia é associada ao caráter humano dos personagens que eram considerados dissimuladores, falsos e mentirosos. Nesse sentido, o conceito em primeiro plano está intimamente ligado ao comportamento do homem e só depois é associado à linguagem. É a partir do teatro que Platão utiliza o termo para abordar a ironia trágica, enquanto Sócrates priorizava a ironia cômica. A questão é imensa e tomaria muito espaço; mas para o presente trabalho o fundamental é saber que é a partir desses mesmos pressupostos que Machado de Assis também fazia uso da ironia para expressar suas ideias e críticas ao Brasil império. Conforme afirma Dirce Côrtes Riedel (1959):

O humorismo machadiano, expressão da sua filosofia de vida (através dele o autor sugere os problemas mais complexos, parecendo brincar com as ideias), atraiu sempre a atenção da crítica, que o tem interpretado como “disfarce da emoção”, “ângulo de visão”, “sorriso de correção e compreensão”, “dissolução da tragédia pelo raciocínio”, etc. (RIEDEL, 1959, p. 124-125)

O humor machadiano, como afirma Dirce Côrtes Riedel, dialoga com o leitor, e, de maneira cômica, brinca com a linguagem poética a partir da postura de negação. É nessa perspectiva que a ironia é utilizada por Machado de Assis através das indiretas, comentários

velados e falsos elogios – um modo perspicaz de dizer as coisas não dizendo, ou jogando a luz sobre aquilo que, na verdade, é menos importante. Em suas crônicas, por exemplo, o jornalista Machado transcende os assuntos pertinentes somente ao cotidiano, mas expressa a sua visão de mundo se tornando um espectador atento da sociedade.

Cabe ainda mencionar sua postura de cronista que assume o papel de cúmplice de seus leitores, interagindo, conversando e aparentando ser um simples contador de histórias. Entretanto, seus diálogos revelam reflexões críticas acerca dos problemas daquela época. Outro recurso argumentativo do campo da ironia era elogiar para criticar, de que fazia uso para parecer mais brando e construir um relacionamento com seus leitores. Após incentivá-los, revelava sua intenção como vemos em sua crônica publicada em 4 de agosto de 1878:

Hoje, sim, posso pôr as manguinhas de fora. Sendo positivo que nenhum cidadão correto almoça agora como os demais dias, conto não ser lido com o repouso do costume. Na verdade, mal se pode crer que o leitor tenha tempo de tomar banho frio, beber às pressas dois goles de café, enfiar a sobrecasaca, meditar a sua chapa de eleitores, e encaminhar-se às reuniões. (ASSIS, 1994, p. 394)

A publicação de 4 de agosto de 1878 revela um Machado de Assis atento à oralidade e à linguagem coloquial que indica contato direto e proximidade com seus leitores. Na verdade, a maioria das suas crônicas era conduzida de acordo com o contexto histórico daquele período. Uma característica recorrente é o uso da polissemia para disfarçar sua real intenção, logo trazendo diversidade de vozes em seu discurso: é o político, o negro, a classe subalterna, o escravo e tantos outros personagens, em artifício utilizado para disfarçar, talvez, o posicionamento do autor. Outra técnica é a repetição de certos diálogos, frases, expressões e pensamentos que dão ênfase a alguma informação e demonstram sua insatisfação mediante determinada situação.

Já nos contos machadianos vemos o constante uso da ficção para tratar assuntos de seu tempo. Personagens ganham características que se assemelham à humanidade: amor, egoísmo, ódio e amizade são emoções presentes em suas narrativas, que utilizam digressões, metáforas, litotes, preterições e a ironia para desconstruir certos padrões da elite imperial. Podemos inferir que em seus contos é revelado o posicionamento de “caramujo” do escritor que, de maneira velada, dissimulada e nas entrelinhas do texto, ataca os padrões do século XIX. Seu humor irônico conduz os contos a diversas interpretações e questionamentos que de maneira sutil e perspicaz mostram o íntimo do ser humano.

Quanto à trajetória na vida pública do escritor percebemos o grande interesse pelos assuntos políticos, haja vista que em muitas de suas crônicas há a descrição de políticos que atuaram no passado ou mesmo no período em que viveu. Esta característica revela essa ligação e o interesse demonstrados pelo autor, e que serão vistos em suas obras como forma de crítica à ordenação da sociedade brasileira. De acordo com Eduardo de Assis Duarte, “é nesse ambiente de flagrante rebaixamento da afrodescendência que o autor mulato, neto de escravizados e nascido no morro do Livramento, irá aos poucos se firmando como a grande voz da literatura de seu tempo” (DUARTE, 2007, p. 242).

O autor negro escrevia contra o sistema escravista por meio de publicações em jornal, cuja visibilidade era disfarçada por pseudônimos ou mesmo pelo anonimato. Assim, através de seus contos, crônicas, poemas e outras obras, via ironia e outras estratégias discursivas, rompia com os paradigmas racialistas de seu tempo e inseria o contexto de sua época nas suas obras.

Todavia, para refletir sobre as marcas da afro-descendência presentes nos textos, não há como descartar as estratégias de caramujo empregadas pelo autor. Machado nunca opta pelo confronto aberto. Ao contrário, vale-se da ironia, do humor, da diversidade de vozes, e de outros artifícios para inscrever seu posicionamento. (DUARTE, 2007, p. 243)

Nesta estética, Machado de Assis, como afirma Eduardo Duarte, utiliza o jornal, as crônicas, os contos e os veículos de comunicação para retratar a questão do negro, dos escravizados e o paternalismo da época. Através da “estratégia de caramujo”, ou seja, de forma velada e escrevendo nas entrelinhas, escondido como um caramujo, o escritor revelava nos seus textos os graves problemas pelos quais passavam os escravizados do Brasil. As crônicas machadianas criticam o falso abolicionismo dos políticos da época, cuja fingida filantropia é finamente ironizada pelo autor.

A denúncia da falsa filantropia dos que se aproveitam das alforrias e, mais tarde, do abolicionismo para se promover politicamente surge em diversos momentos da crônica machadiana. Noutros momentos da crônica machadiana, pode-se constatar sua crítica à hipocrisia de políticos que, dizendo-se abolicionistas, votavam a favor dos senhores; ou, ainda, após a abolição, seu firme posicionamento contrário à tentativa de estabelecimento por lei de indenização aos proprietários repentinamente desprovidos da mão-de-obra cativa. A leitura das crônicas da escravidão revela como o escritor usa com maestria os recursos da narrativa romanesca para tratar de assuntos polêmicos em seu tempo, utilizando-se por vezes daquele humor ácido e cortante que caracteriza muitos de seus escritos ficcionais. (DUARTE, 2007, p. 245-247)

Como observamos, Machado de Assis denuncia a divisão social da época, assim, no conto machadiano: “o autor produziu narrativas em que a condição social e humana dos pretos emerge de forma explícita e desvela o ponto de vista autoral, identificado com os que sofrem as agruras do regime patriarcal e escravista” (DUARTE, 2007, p. 252). Nas obras do “Bruxo do Cosme Velho” se dá lugar ao negro, cativo, permitindo ver a instituição escravocrata através do olhar do escravo e não apenas do ponto de vista do opressor. O autor descreve o seu repúdio contra essa servidão. Há diversas passagens que evidenciam um Machado de Assis atento às lutas contra a escravidão e ao processo da abolição no Brasil.

Memórias póstumas de Brás Cubas, publicado em série em 1880, é escrito em um período de extremo combate entre os abolicionistas e os escravocratas. O protagonista, homem da elite que viveu entre 1805 e 1869, percorre nas entrelinhas a história do Brasil, fazendo referência a revoltas e tráfico de escravos – veja-se o comportamento do personagem Prudêncio, escravo alforriado, que adquire outro negro e passa a maltratá-lo com intensos castigos como o açoite, em repetição do que sofrera nas mãos de Brás Cubas; ou a descrição complacente de seu cunhado Cotrim, cruel traficante de escravos.

Outro texto que demonstra o repúdio que o jornalista sentia quanto ao sistema de cativo é a crônica do dia 19 de maio de 1888, na *Gazeta de Notícias*, que contava a história de Pancrácio, um escravo alforriado que prestava serviços ao seu antigo dono, tornando-se assalariado. Nesse ponto, percebemos que ele aponta para a condição do negro que pode até estar livre, mas com restrições e castigos mesmo após a alforria (Cf. CUNHA, 2017). O autor faz críticas irônicas ao sistema mostrando a dureza que era a escravidão e suas continuções... Além de evidenciar dois lados: o opressor e o oprimido – e aquele que foi oprimido, o negro, e tornou-se o opressor, sendo vítima também de um sistema.

Na obra *Quincas Borba* (1891), o escritor se refere à Lei do Ventre Livre, chamada “discussão da lei dos ingênuos”, através da fala do deputado/jornalista Camacho; também no romance *Memorial de Aires* há a descrição da reação do senhor mediante a abolição, além de se tratar abertamente sobre a lei áurea. Em *Esaú e Jacó*, Machado de Assis fala da abolição através do posicionamento de seus personagens gêmeos Pedro e Paulo, que possuíam pontos de vistas distintos sobre o fim da escravidão. Para Pedro seria um ato de justiça, cumprimento da lei, e para Paulo seria o prenúncio de uma revolução.

Outra evidência de sua negritude está na crônica em versos de 27/09/1887, através da figura do pai Silvério, que descreve o que é ser escravo, mostrando que, mais do que

discussões infundadas, era preciso que se terminasse o regime escravista (Cf. LOPES, 2007). Nestes textos são desmascaradas as intenções dos senhores escravocratas. O célebre escritor se recusou ao cientificismo racista, mas foi acusado de um embranquecimento por alguns da sociedade da época. Machado de Assis era acusado de se esquivar das lutas abolicionistas, inclusive por se casar com a portuguesa Carolina. Embora não seja um ativista expressivo das causas abolicionistas como alguns de seus contemporâneos, em nenhum momento se esquivou das suas origens, mas sim optou por outras formas de denúncias, adotando pseudônimos e denunciando, nas entrelinhas de sua obra, o sistema patriarcal e o preconceito racial existentes no século XIX.

Nesse período alguns homens brasileiros negros, livres, intelectuais desejavam liberdade para seus irmãos de pele escura, como Luiz Gama e José do Patrocínio. Estes se esmeraram e viabilizaram estratégias para que ocorresse a abolição da escravidão no Brasil. O baiano Luiz Gama nasceu em Salvador em 1830, filho de uma negra liberta e um português por quem foi vendido, e assim levado à capital paulista. No novo estado, o rapaz foi alfabetizado, conseguindo sua alforria, cursando Direito e tornando-se um brilhante advogado militante das causas e lutas dos negros. Em sua carreira como defensor dos pretos nunca cobrou seus honorários, argumentando que o valor seria para alforria e liberdade dos escravizados. Concomitantemente temos José do Patrocínio, que foi um grande ativista e abolicionista que defendia a causa de homens e mulheres de cor. Este nasceu em Campos no Rio de Janeiro em 1853, sendo jornalista, escritor e farmacêutico. Sua luta contra a escravidão e amor pela senzala o fizeram ganhar destaque e prestígio até na Corte onde foi reconhecido pela princesa Isabel.

A autora Ana Flávia Magalhães Pinto, em sua obra *Escritos de liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista*, revela a importância do protagonismo desses homens negros nos movimentos sociais e suas preocupações com o destino de seus irmãos de cor. A imprensa era o lugar de fala destes homens que a usavam como instrumento indispensável para atuação nos debates sociais. O objetivo era resgatar do silêncio a dor da raça negra. É nesse espaço compartilhado por homens de cor que encontramos Machado de Assis, que não só apresentava o fenótipo dos traços negros, mas também evidenciava em sua escrita as questões dos negros de seu tempo.

A maioria dos escritores negros como Machado escrevia para homens brancos, necessitando da aceitação da classe dominante daquele tempo. É inevitável que o sucesso de seu trabalho caminhou conforme a receptividade de seu público leitor. É por isso que muitos

escritores omitiam temas polêmicos ou raciais do século XIX. Diferentemente de Joaquim Nabuco, Gama e Patrocínio, Machado de Assis optou pelo aparente silêncio em alguns momentos não fazendo alarde quanto às questões sociais. “O Bruxo do Cosme Velho” revelava seu descontentamento sutilmente, de maneira às vezes lúdica e pedagógica, ao discorrer sobre os graves problemas ocasionados pela escravidão no Brasil. De acordo com Cuti:

Quando o escritor negro, pela primeira vez, quis dizer-se negro em seu texto, deve ter pensado muito na repercussão, no que poderia atingi-lo como reação ao seu texto. Dizer-se implica revelar-se, também, revelar o outro na relação com o que se revela. O branco, como recepção do texto de um negro, historicamente foi hostil. Vencer essa hostilidade lastreada na postura de quem não se dispõe a dividir o poder é a grande aventura do escritor negro em sua escrita. Entretanto, acomodar-se a essa hostilidade pode ser uma estratégia ou uma renúncia. Ou seja, não dizer-se negro para ser mais bem aceito e assim, sofrer menor restrição social, é um caminho trilhado por muitos negros que escreveram e escrevem. (CUTI, 2010, p. 49)

Conforme destaca Cuti, dizer-se negro era uma tarefa que poucos escritores estavam dispostos e enfrentar. É se sujeitar ao descontentamento do público leitor, sobretudo, de grande maioria branca. Em suma, diversos autores optaram por camuflar sua identidade étnica por não desejar sofrer preconceito racial e desconforto causado pelo racismo, não priorizando, assim, uma literatura negro-brasileira e se apoiando nos ideais eurocêntricos. Em seu texto, o escritor Lima Barreto também expressa esse sentimento de sentir-se negro no ato da escrita:

Temo muito pôr no papel impresso a minha literatura. Essas ideias que me perseguem de pintar e fazer a vida escrava com os processos modernos do romance, e o grande amor, que me inspira – pudera! – a gente negra, virá, eu prevejo, trazer-me amargos dissabores, descomposturas, que eu não sei se poderei me pôr acima delas. (BARRETO, 1956, p. 84)

Em sua declaração, Lima Barreto revela o seu desejo de escrever uma literatura negro-brasileira na qual valorize o seu povo e suas raízes. Ser um escritor negro era enfrentar as agruras da rejeição. Assim como ele outros escritores negros precisavam enfrentar aquilo que estava acima deles, alcançando outras camadas na sociedade, aliás uma estrutura hegemônica onde um ser domina o outro. Essa visão distorcida dos negros ainda se encontra presente nos tempos atuais a julgar pelo fato de que ainda neste século a maioria da população negra ocupa sempre o lugar de inferioridade e sofre comiseração por parte dos brancos. Identificamos ainda no Brasil o reducionismo dos negros onde tentam nos vincular sempre a miséria, pobreza e a lugares subalternos.

É nesse ambiente de desigualdade racial que Machado foi apontado pela crítica de ocultar sua negritude. Porém, sua postura não é uma justificativa que aponta para o embranquecimento do autor. Pelo contrário, em sua escrita vemos outras estratégias de resistência e denúncias contra as mazelas do Brasil Imperial e escravista. Outra justificativa para a postura do escritor era não acreditar que a abolição redimiria os anos de agruras e sofrimentos vivenciados pelos negros, pois depois de serem homens livres precisariam enfrentar péssimas condições de moradia e exaustivo trabalho. Era necessário operar mudanças na sociedade oitocentista para que se criassem maneiras de inserir a população negra.

Há várias leituras críticas que defendem a presença da negritude machadiana nos textos do jornalista e romancista, que, na juventude, mantinha o espírito vivo que combatia os problemas e questões do período. Segundo John Gledson: “Machado criava obras cujas tramas eram determinadas por verdades históricas das quais ele estava plenamente consciente” (2003, p. 34). Ao crescer no cargo público optou em manter a posição velada, de caramujo. Em 14 de maio de 1893 o autor publica uma crônica, na qual descreve o dia do fim da escravidão no Brasil, o momento histórico da libertação dos negros. Era o término de anos de sofrimento e dor, não somente uma libertação física, mas também mental e emocional:

Houve sol, e grande sol, naquele domingo de 1888, em que o Senado votou a lei, que a regente sancionou, e todos saímos à rua. Sim, também eu saí à rua, eu, o mais encolhido dos caramujos, também eu entrei no préstito, em carruagem aberta, se me fazem favor, hóspede de um gordo amigo ausente; todos respiravam felicidade, tudo era delírio. Verdadeiramente, foi o único dia de delírio público que me lembra ter visto. (ASSIS, 1994, p. 93)

É certo que há aqueles que afirmam que o escritor tentou se esquivar das causas abolicionistas de seu tempo se passando por um homem branco. Percebemos que a crítica literária está constantemente abordando a temática do embranquecimento machadiano, “denunciando” uma suposta falta de envolvimento do autor com as lutas abolicionistas. Alguns alegam a falta de posicionamento de um homem negro, na crônica e no romance, que não demonstrava engajamento em sua produção literária. Autores como Sílvio Romero, que, em 1897, foi um dos que proferiram críticas à obra do cronista, acusando sua imparcialidade em relação às lutas da época. Por outro lado, o escritor sempre registrou na sua escrita a temática do negro, como destaca a autora Sônia Brayner (1976), que defende a tese de que tanto o escritor quanto outros oitocentistas se utilizavam da ironia para expressar seu repúdio

e desgosto ao sistema daquele período. Seu tom de sarcasmo e humor revelava críticas à instituição escravocrata.

A fim de melhor compreender as críticas realizadas pelo autor, faz-se necessária uma reconstrução do período de mudanças que marcou o estado brasileiro a partir da década de 1870. Dentre essas modificações, destacam-se a fundação do Partido Republicano e a Lei do Ventre Livre aprovada em 1871. Neste contexto, surge a geração de 1870, um movimento de jovens intelectuais que buscavam maior participação política e mudanças culturais. Em meados da década de 1860 inicia-se o movimento organizado em defesa da abolição da escravidão no Brasil. Foi um período de envolvimento popular que aos poucos pressionou o Império a promulgar o fim do regime escravocrata. Eram pessoas de diferentes camadas da sociedade, mas com um único objetivo: fim da escravidão no Brasil.

O movimento abolicionista reunia negros livres e alforriados, religiosos, intelectuais e homens brancos. Antes de 1880 ocorreu uma série de tentativas que desejavam a extinção do trabalho escravo, mas somente com a assinatura da Lei Áurea em 13 de maio de 1888 é terminada a escravidão no Brasil. Entre 1868 e 1871 surgiram no Brasil cerca de 25 associações em defesa da abolição. Era um crescimento em larga escala. Homens e mulheres se reuniam para elaborar estratégias para a fuga dos escravizados e o número de associações abolicionistas distribuídas pelo país continua aumentando.

Um dos veículos de grande relevância utilizados para combater a escravidão eram os jornais da época, em que foram publicados artigos, crônicas, contos com o objetivo da defesa da abolição. Tiveram papel importante no processo de luta pela abolição, entre outros: *A Abolição*, *O Federalista*, *O Jornal do Comércio* e a *Gazeta de Notícias*. Dentre estes a *Gazeta de Notícias* era um dos mais prestigiados e com alta circulação, contando com Eça de Queirós, Olavo Bilac e Machado de Assis entre seus escritores. Assuntos de política, cotidiano, império e a escravidão eram recorrentes nos exemplares.

Na coluna “Balas de estalo” eram publicados textos de humor e sátiras que relatavam os assuntos da época; Machado estreia nesta coluna com o pseudônimo “Lélio”, que mostra o Brasil entre 1883 e 1886. Na série de crônicas relatam-se as desventuras políticas em torno da “Lei dos Sexagenários”. Conforme afirma Sidney Chalhoub: “Ao contar suas histórias, Machado de Assis escreveu e reescreveu a história do Brasil no século XIX” (2003, p. 17).

É perceptível a importância da atuação de Machado de Assis como cronista na imprensa carioca, que começou na década de 1860 e perdurou até o final de sua trajetória.

Foram diversas crônicas publicadas na série “Gazeta de Holanda”, “Balas de estalo”, “Bons dias” e “A semana”. Nas suas crônicas, os temas, por mais que aparentemente mostrem um certo distanciamento da negritude, revelam questões sociais de seu tempo, enfrentando os problemas não de maneira panfletária ou direta, mas utilizando a dissimulação. Segundo John Gledson: “a abolição não é um movimento da escuridão para a luz, mas a simples passagem de um relacionamento econômico e social opressivo para outro (GLEDSON, 2003, p. 145). Conforme afirma Gledson, Machado de Assis acreditava que a solução seria um novo formato de abolicionismo, ou seja, era preciso uma inserção dos ex-escravizados na sociedade. Não bastava somente libertá-los, mas também adotar reformas que possibilitassem um emprego com salários e outras medidas.

Durante os debates contra a escravidão, alguns alegavam que os negros não eram capazes de viver em liberdade. Mas já no decorrer do século XVIII esses pensamentos que justificavam a escravidão foram questionados, conforme destaca Viotti da Costa: “A escravidão fora vista como fruto dos desígnios divinos, agora ela passaria a ser vista como criação de vontade dos homens, portanto transitória e revogável” (COSTA, 2010, p. 14). Alguns, embora reconhecessem que a escravidão fosse condenável em termos morais, argumentavam que ela era um mal necessário, pois a economia nacional não poderia funcionar sem o escravo. A abolição da escravatura, diziam eles, seria a ruína do país (COSTA, 2010, p. 19).

A crítica à escravidão começa a repercutir entre as camadas populares e uma das formas de resistência abolicionista foi a distribuição dos pasquins que eram jornais difamadores com o formato de panfletos e linguagem satírica. Era a representatividade das lutas de classes e raças que criticavam e denunciavam abertamente a elite do governo. Seus autores viviam à mercê da polícia, isto é, sofrendo grandes períodos de exílio, além daqueles que eram condenados à morte. Entre os editores estavam homens desempregados, intelectuais e jornalistas que defendiam o fim do tráfico e a liberdade dos negros (Cf. sobre o tema, PINTO, 2006).

As pressões internacionais começaram a cobrar a proibição do tráfico escravo. Afinal, o Brasil era o último país do ocidente a perdurar nesse terrível sistema. Há uma estimativa de que no período da independência houve um expressivo aumento de escravizados concentrando-se principalmente em Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro e que estes estados totalizavam a maioria da mão de obra escrava. Assim, uma das justificativas para a

procrastinação da abolição era a de que o fim da escravidão afetaria a riqueza do país. Apesar de o Brasil não concordar com a liberdade dos negros, era difícil não ceder às pressões internacionais, principalmente da Inglaterra, que possuía papel importante na economia do país. Após D. João VI em 1808 receber auxílio da colônia britânica era preciso prestar o devido retorno aos ingleses.

Em 1826 a Inglaterra consegue impor ao Brasil que era preciso, dentro de até três anos, terminar com o tráfico negreiro e que através da lei de 7 de novembro de 1831 todos os africanos que chegassem a partir daquela data estariam livres. Entretanto, a lei de 1831 não é obedecida pelo Brasil. Entre 1831 e 1850 o tráfico dos negros alcança cerca de meio milhão de escravizados introduzidos no país. No ano de 1869 vários projetos de leis são apresentados na Câmara dos Deputados, tais como: abolição dos castigos, liberdade dos filhos de mãe escrava, direito do escravo de comprar a sua alforria e tantos outros. Por outro lado, a maioria não chegou a ser aceita. Enquanto não havia leis que possibilitassem a liberdade total dos negros, os movimentos abolicionistas cresciam agregando homens, mulheres, pessoas da elite e a grande imprensa. Até que, em 13 de maio de 1888, é assinado pela princesa Isabel o decreto que abolia a escravidão no Brasil.

Sob essa ótica, após o fim da escravidão os negros ficaram à mercê da sociedade, isto é, sem moradia e empregos. Sendo destinados a situações precárias e sujeitos à liberdade, mas de fato sem poder desfrutá-la. Era comum alguns libertos optarem por continuar sob o regime de dependência de seus senhores. Essa situação foi descrita por muitos escritores do período oitocentista, que demonstraram o seu repúdio contra a falta de oportunidades aos negros, entre eles Machado de Assis, que foi contra a escravidão e expressou seu descontentamento quanto ao Brasil não acolher o povo negro.

É nesse momento, de completo rebaixamento social dos negros libertos, que se evidencia nos textos de Machado a sua ótica de autoria negra, através da ironia e de outros recursos linguísticos, em militância contra o racismo e o reducionismo dos negros. Há aqueles que discorrem que o autor tentava se esquivar perante as causas dos negros, mas tentamos expor neste capítulo que este utilizava a estratégia de “caramujo”, como destaca o teórico Eduardo Duarte, para apontar nas entrelinhas o seu descontentamento com os problemas da época. Urge, então, dizer que o autor é homem de seu tempo não só por se importar com seu povo, mas por criticar em suas obras este grave e injusto sistema que foi a escravidão.

3 MARIANA, ELISA E ARMINDA: EMUDECIDAS VOZES ESCRAVAS

Após as mudanças que ocorreram no século XIX com o surgimento das escolas normais, a criação de bibliotecas públicas e gabinetes de leitura provocam um representativo aumento de mulheres leitoras. Conforme o Brasil foi se expandindo também houve um lento acréscimo no número de pessoas alfabetizadas. Diante disso, diversas produções literárias começam a surgir com o objetivo de alcançar essas damas leitoras da época; vemos o público feminino se tornar o objeto de interesse dos escritores que criavam textos repletos de drama, romance, ficção e poesia. Havia também o desejo de apontar nas entrelinhas sempre o comportamento desejado de retidão e submissão.

Em meados dos anos de 1844, o editor parisiense Baptiste Louis Garnier chega ao Brasil com o intuito de contribuir com a evolução do comércio editorial. Neste cenário de divulgação da imprensa, surgirá a *Revista Popular*, que tinha como objetivo valorizar os interesses domésticos da família. “Escrevemos de tudo para todos” (*Revista Popular*, tomo 1, 1859, p. 1). Era o meio de comunicação que trazia desde assuntos políticos a culinários: “satisfazer a todos os gostos e profissões: do agricultor, político ao literato” (*Revista Popular*, tomo 1, 1859, p. 1). Assim, a *Revista Popular* publicava contos, poesias, romances, culinária, ciência e agricultura. Em 1862, transforma-se no *Jornal das Famílias*, também com grande diversidade de gêneros, porém dando ênfase às mulheres da época:

Depois de quatro anos de brilhante carreira, e já no seu 16º volume, cessa a *Revista Popular*, ou antes, se transforma em nova publicação. [...] Certos de que os assinantes da *Revista Popular* continuarão a ser também do *Jornal das Famílias* brasileiras, lhes remeteremos mensalmente o novo jornal. As mães de família não devem recear que ele penetre em seu santuário. Haverá todo o cuidado, como na *Revista Popular*, para a escolha dos artigos. (*Revista Popular*, tomo 16, 1862, p. 361)¹

Nesta perspectiva, o intuito dos editores era valorizar o público feminino que cada vez mais se propagava, abordando assuntos que atraíam a atenção das leitoras:

[...] Os trabalhos de agulhas para as solteiras, a economia doméstica para as casadas, e as modas para todas – tudo isto é do vosso exclusivo domínio e nós lhe reservamos um cantinho. (*Revista Popular*, tomo 1, 1859, p. 5)²

¹ Disponível em: <http://www2.assis.unesp.br/cilbelc/triceversa/publicacao/8/arq4ce65b4913393.pdf>

² Disponível em: <http://www2.assis.unesp.br/cilbelc/triceversa/publicacao/8/arq4ce65b4913393.pdf>

O *Jornal das Famílias* circulou por cerca de 16 anos no Brasil. O empreendimento de Garnier foi de grande importância na imprensa do país, ganhando o devido destaque no período oitocentista. O sucesso do francês se deu devido ao seu zelo e à dedicação com que propôs um material de qualidade e efetuava rigidamente o prazo de entrega dos exemplares. Além de ganhar destaque porque garantia os direitos dos escritores, afinal, era incomum vermos jornais que garantissem a profissão de escritor, diferentemente de Garnier que possibilitou a alguns viver da escrita.

O veículo de comunicação foi considerado defensor dos bons hábitos e priorizava narrativas com valores morais, fornecendo informações às leitoras como: moda, poesia e histórias com personagens que demonstravam uma conduta exemplar e, quando transgrediam as normas sociais, sofriam as punições. Uma das seções de grande destaque era a de moda, que reproduzia figurinos de Paris. Suas leitoras eram aquelas com uma visão romanesca, consideradas como frágeis e conformadas com o sistema patriarcal. Destinava-se, sobretudo, às mulheres que tinham acesso a uma educação formal e condições econômicas que possibilitavam a assinatura e leituras diárias. O *Jornal* representava a ideia de preservação da família do século XIX.

Na maioria das vezes os textos eram escritos na perspectiva de protagonistas masculinos que são apresentados como narradores oniscientes. Embora o jornal fosse dedicado às senhoras e donzelas do Brasil Imperial, era o ponto de vista masculino que discorria conselhos e ensinamentos. Eram predominantemente falas moralistas que pregavam para as assinantes reflexões em suas entrelinhas e faziam com que elas pensassem em suas condutas e práticas. O objetivo de ensinar e abordar valores morais não era estritamente de caráter literário, mas é visto como prioridade para a sociedade oitocentista valorizar a ética e os bons costumes, e estabelecer um modelo feminino passivo e conformado com seu lugar social.

“O Jornal Casamenteiro”, como foi conhecido naquele tempo, por divulgar narrativas romanescas e virtudes cristãs como a castidade, a mansidão e a generosidade, priorizava ensinamentos doutrinários às mulheres da elite carioca. Essa evidência se verifica em sua capa com a imagem de uma mulher elegante e vestida à francesa, que está costurando e demonstra ser da alta burguesia. Percebe-se, através da imagem da capa, que o público-leitor ideal seria de mulheres dotadas de grande instrução doméstica – mas nem tanto intelectual.

Para o século XIX, a ambição permitida às mulheres era ser esposa e mãe. Suas obrigações estavam incluídas nas tarefas de caráter doméstico. Para isso, o informativo cria as seções “Economia Doméstica” e “Medicina Doméstica”, que traziam ensinamentos práticos para auxiliá-las no cotidiano com assuntos referentes a maternidade, administração da casa e receitas culinárias. Além de apresentar narrativas que elevavam a imaginação do público, o objetivo era manter as senhoras no padrão adequado.

Em 1874, no texto “Conselhos”, são publicados, no periódico, recomendações que inclusive aconselhavam no trato com seus escravizados, o que revelava a posição de alguns escritores e editores do jornal quanto à divisão de classes sociais. Nas lições são feitas distinções entre senhoras e escravas. A partir dessa classificação fica evidente que até mesmo nos ensinamentos doutrinários havia a prática escravista, com sugestões de como “domesticar” suas propriedades. É notório que através dessa distinção quanto ao público leitor do jornal, percebe-se que, em suma, eram mulheres brancas pertencentes às classes médias e altas.

No Brasil Império, havia alguns negros que eram alfabetizados e amantes de bons clássicos, mas devido às suas condições de pretos cativos não poderiam ter acesso ao periódico. Para isso, era necessário se apropriar de um exemplar ou ouvir por acaso, através da leitura oral dos seus senhores, que os menosprezavam e categorizavam como indivíduos selvagens e sem instrução. Observamos essa exposição oral na obra *A Mão e a Luva* (1874), de Machado de Assis, onde o texto é compartilhado:

Achou as senhoras à volta de uma mesa; Guiomar lia, para a madrinha ouvir um romance francês, recentemente publicado em Paris e trazido pelo último pacote [...] veio chá, veio depois a hora de recolher, e a baronesa deu por findo o serão ainda que o livro estava quase findo. Um capítulo mais, aventurou Jorge com o livro aberto nas mãos. (ASSIS, 1874, p. 21)

Também conseguimos identificar esse hábito de leitura na obra de José de Alencar, *Como e por que sou romancista*:

Minha mãe e minha tia se ocupavam com trabalhos de costuras, e as amigas para não ficarem ociosas as ajudavam. Dados os primeiros momentos à conversação, passava-se à leitura e era eu chamado do lugar de honra [...] lia-se até a hora do chá, e tópicos havia tão interessantes que eu era obrigado a repetição [...] uma noite, daquelas em que eu estava mais possuído do livro, lia com expressão uma das páginas mais comoventes da nossa biblioteca. As senhoras de cabeça baixa, levavam o lenço ao rosto, e poucos momentos depois não puderam conter os soluços que rompiam-lhes o seio. (ALENCAR, 1893, p. 6)

Os escritores publicavam textos que revelavam a “alma feminina” com personagens cercadas por destinos trágicos e de sofrimento, com temas românticos como a morte, pessimismo e o amor não correspondido, além de poesias que entoavam em cada verso apelos para a dor e a solidão. Outra característica destes folhetins era trazer entretenimento às jovens e senhoras da época sem emancipá-las de seus pais ou maridos, isto é, sempre mantendo a estrutura da família brasileira e atendendo às expectativas do público de acordo com o padrão daquela fase. Como ressalta a autora Michelle Perrot: “Calar as mulheres. Civilizá-las. Ensiná-las a ler. Mas o imaginário feminino se esquivava, recusa-se a deixar colonizar pela via da Ciência e da razão (...). Dar boas leituras às mulheres passa a ser tema do regime imperial” (PERROT, 1988, p. 207). Era preciso se adequar aos padrões da elite.

Nesse período, dentre os jornalistas, havia ainda alguns periódicos idealizados por mulheres como o *Jornal das Senhoras* e o *Sexo Feminino* que tratavam da educação formal das senhoras, embora fosse um enorme desafio escrever para um país, sobretudo, preconceituoso e que desvalorizava a figura feminina. Haja vista que as viam como capazes de um único papel: cuidar do lar e dos filhos. Sabemos que estas precisaram utilizar pseudônimos para que não sofressem censura ou repressão pública. Elas revelavam uma imagem feminina à frente de seu tempo, isto é, podemos perceber que buscavam a emancipação e maior liberdade. Era o desejo de serem ouvidas e alcançar autonomia e reconhecimento.

É no *Jornal das Famílias* que o contista Machado de Assis começou a narrar de maneira realista como aconteciam os sofrimentos dos negros. Em seus contos são revelados o espelho da alma nacional através de uma sociedade que durante muitos anos via os negros como seres sem autonomia, direitos ou trajetória. As personagens Mariana, Elisa e Arminda ilustram a realidade de uma sociedade que não respeita os direitos do indivíduo negro, principalmente da mulher de cor.

Neste trabalho observaremos nos contos machadianos o período escravista, dominante no Brasil ao longo de todo o período imperial. As três são, de diferentes maneiras, privadas da liberdade e sofrem as agruras e opressões relacionadas à escravidão. Perceberemos na construção dos contos “Mariana”, “Virginius” e “Pai contra mãe” a presença de uma sociedade patriarcal, descrita por Machado de Assis ao relatar o que realmente acontecia com as mulheres negras durante o século XIX. Em contrapartida, o escritor traçava críticas à elite carioca da época.

Ao publicar “Mariana” e “Virginius” no *Jornal das Famílias*, o escritor introduz ali um novo perfil de mulher: a negra. Ao contrário da imagem passiva das suas leitoras, veremos duas figuras femininas que, embora dóceis, resistem de alguma maneira às opressões do seu meio. Mariana e Elisa negam as imposições feitas a elas, seja optando pela fuga ou o suicídio, seja recusando as atenções indesejadas do senhor. Ao acompanhar suas histórias, vemos mulheres fora do padrão tradicional, que simbolizam a luta pela verdadeira emancipação e liberdade. Ao descrevê-las no *Jornal das Famílias*, Machado sugere uma severa crítica ao perfil feminino da elite do império. Ao mesmo tempo em que são narrados os destinos trágicos das protagonistas, se dá voz ao homem branco para expressar seu domínio sobre a negra subjugada e preterida, revelando, assim, o quão doloroso é ser mulher e negra durante o século XIX, antes e depois da escravidão.

Embora a mulatinha Elisa, personagem de “Virginius”, fosse livre, veremos que Carlos a vê como sua posse. Da mesma forma, a escrava Mariana era querida pela família, mas quando foge é vista como ingrata e sujeita a punições. Em seus contos, o escritor sugere nas entrelinhas das histórias reflexões críticas a essas senhoras leitoras do jornal. Já “Pai contra mãe” é publicado após a abolição da escravatura no Brasil, revelando a partir de uma perspectiva realista como eram as agressões contra os negros daquele período. No texto veremos a força da figura do homem branco, em detrimento dos escravizados negros. Embora a sociedade desejasse esquecer certas práticas, Machado retoma a temática em *Relíquias de casa velha*, sua última coletânea de textos, de 1906. Logo o seu primeiro conto, “Pai contra mãe”, traz severas denúncias quanto ao tempo anterior à abolição. Na Advertência ao livro, Machado de Assis estabelece uma comparação entre a casa, sua vida e o livro, que apresentam, ou guardam, diversas relíquias, lembranças de dias de tristeza e felicidade. Durante as leituras é possível identificar a retomada do passado imperial. Constitui-se a reunião dessas relíquias, que eram a junção do passado com grande valor para o presente.

Em *Relíquias de casa velha* o escritor perfaz a transição histórica do Brasil Império até se tornar República. É nessa mistura de temporalidades que Machado de Assis escreve sobre Arminda e a resistência da mulher negra que opta pela fuga a permanecer no cativo. A escrava sonhava não só alcançar a liberdade, mas também proporcioná-la ao seu filho. Entretanto, a opressão do capturador de escravizados, que a devolve ao senhor, não permite que ela possa desfrutar de sua autonomia.

Durante o século XIX, a figura feminina negra permaneceu invisível e subordinada à figura do homem branco. E, embora alcançando liberdade, continuaram sendo vistas como imorais, inferiores e incapazes, perpetuando a submissão ao papel de reprodução e cuidados domésticos. Sob essa ótica, no *Jornal das Famílias* Machado de Assis publicava histórias de personagens negras que precisaram resistir contra a discriminação racial. Através delas, usou a ironia para falar das damas da elite carioca. “Machado nunca foi, a rigor, um romântico (o romantismo está às suas costas)”, mas sua obra possui o “gosto sapiencial da fábula que traz, na coda ou nas entrelinhas, uma lição a tirar” (BOSI, 2003, p. 79).

De fato, nas obras machadianas, como afirma Bosi, são tratados assuntos que levam o leitor a um questionamento crítico da realidade social brasileira, destacando-se, em relação às mulheres, a visão dissimulada que o autor incutia nas suas personagens. Por conseguinte, a figura preta que iremos analisar tipifica uma heroína machadiana que, embora termine com um desfecho trágico, revela resistência contra a dura realidade que foi este regime de sujeição. Nelas vemos traços da condição da mulher negra do século XIX, que foi subjugada e estigmatizada pela cor de sua pele. Se o feminino em si já era visto como posse e propriedade dos homens, as mulheres negras, além de não possuírem autonomia quanto ao seu corpo, eram marginalizadas e vítimas da sociedade. Cabe, assim, observarmos a estrutura dos contos e suas características, priorizando o enredo, os personagens, a representatividade dos textos durante a fase em que foram escritos, observando, principalmente, a temática da escravidão.

3.1 MARIANA: “escrava quase senhora” em uma sociedade patriarcalista

Em janeiro de 1871, é publicado no *Jornal das Famílias* o conto “Mariana”, que retrata a temática da escravidão. O contista relata, mais uma vez, a presença da mulher negra subjugada, mas tendo como público leitor as mulheres da elite carioca, isto é, eram leitoras que faziam parte da burguesia sobretudo, mulheres brancas. Ao publicá-lo no ano de 1871, o escritor se utiliza da narrativa para revelar a condição de uma mulher negra daquele tempo, num texto de temática contra o sistema escravocrata.

O texto nos remete ao momento histórico de luta pela aprovação da Lei do Ventre Livre ou Lei Rio Branco, que foi sancionada pela princesa Isabel e decretada em 28 de

setembro de 1871. A Lei do Ventre Livre instituía que, a partir da data de sua promulgação, todos os filhos de escravas que nascessem estariam livres. Foi um momento de intensas lutas pela liberdade dos negros, evidenciando as relações entre escravizados e seus senhores e mostrando a total desvalorização do povo negro. Aliás, estes eram vistos como mercadoria e propriedade de seus senhores.

A narrativa inicia-se em primeira pessoa, contando a história da chegada do personagem-narrador Macedo ao Rio de Janeiro, depois de ter ficado na Europa durante quinze anos. O relato é feito no tempo cronológico: o narrador, de forma memorialística, recorda, saudosamente, os bons tempos da sua juventude, deixando transparecer o alto nível social de suas amizades, fazendo questão de ressaltar, inclusive, o fato de possuir um amigo ministro. Ao chegar da viagem, o personagem dirige-se a um hotel e, no caminho, reencontra Coutinho. Durante a conversa, o rapaz impulsiona Macedo a convidar seus outros amigos do tempo da mocidade. “Convidei-o a subir e a almoçar comigo, o que aceitou, com a condição, porém de que iria buscar mais dois amigos nossos, que eu estimaria ver. Eram efetivamente dois excelentes companheiros de outro tempo” (ASSIS, 1994, p. 1).

Através dos diálogos, sabe-se que um havia se tornado negociante, e outro, escrivão. Ao chegar a vez de Coutinho, ele relata que ainda mantém a vida do passado. Como vemos, durante a narrativa são mostradas a personalidade e as ações de Coutinho ao longo dos quinze anos, ressaltando-se o fato de ele não ter se casado com a noiva Amélia, agora esposa de um fazendeiro. A esse respeito, percebemos que Coutinho deixa transparecer certa mágoa em relação ao rompimento daquele noivado, fato percebido pelo narrador por lhe parecer “que o nome da moça trouxera uma recordação dolorosa” (ASSIS, 1994, p. 2).

No decorrer da conversa, Coutinho resolve confessar a tal recordação dolorosa que o acompanhava durante todos os quinze anos. Através da fala de Coutinho, instaura-se o clima de mistério que irá perpassar ao longo do conto, despertando a curiosidade do leitor a respeito de uma mulher que o havia amado como nenhuma antes o fizera. Diante dos acontecimentos, os amigos de Coutinho se surpreendem com o fato de uma cria de casa apaixonar-se por ele. Segundo o dicionário Aurélio “cria” significa “pessoa, em geral pobre, criada em casa alheia”. Em um período escravocrata, uma cria era alguém de uma hierarquia subalterna, logo amar a seu senhor estaria fora de todos os padrões da sociedade.

Quando o protagonista retoma a palavra se inicia a descrição da figura da mulher que no passado o amou. “– Chamava-se Mariana, continuou ele alguns minutos depois, e era uma gentil mulatinha nascida e criada como filha da casa, e recebendo de minha mãe os mesmos

afagos que ela dispensava às outras filhas” (ASSIS, 1994, p. 3). Dado o trecho acima, percebemos a ironia machadiana ao caracterizar a escrava, Mariana, como gentil mulatinha na perspectiva de seu senhorzinho. A palavra mulata, segundo o dicionário Aurélio, quer dizer filho de pai branco e mãe preta, ou vice-versa; pardo. Era comum essa denominação ao escravo que fosse pardo, no entanto o narrador relata a característica da escrava no diminutivo, ou seja, colocando a posição de Mariana como a de inferioridade. Há ainda outra caracterização pejorativa ao fazer uso do comparativo de igualdade “como filha da casa”; era o que aparentava, porém, a escrava não era filha da senhora branca.

Neste ponto, Machado de Assis faz uso do sarcasmo ao abordar como era cruel e crítica a situação da mulher escrava. Ainda convém lembrar, quanto às descrições físicas de Mariana:

Mariana aos 18 anos **era o tipo mais completo da sua raça**. Sentia-se-lhe o fogo através da tez morena do rosto, fogo inquieto e vivaz que lhe rompia dos olhos negros e rasgados. Tinha os cabelos naturalmente encaracolados e curtos. Talhe esbelto e elegante, colo voluptuoso, pé pequeno e **mãos de senhora**. (ASSIS, 1994, p. 3) (grifos nossos)

Quanto à fisionomia da negra, o narrador de forma reiterada utiliza a ironia para evidenciar as mãos de senhora em uma escrava destacando que, mesmo sendo escrava, eram evidentes seus traços de uma mulher branca. As descrições da negra são feitas a partir do olhar do homem branco que a vê como um estereótipo sexual atribuindo à mulata que, além de “ser o tipo mais completo de sua raça”, apresenta as marcas da erotização. Nesse período, era comum criar a imagem deturpada da mulher negra que ora é vista como objeto sedutor ora como dissimulada e envolvida pela lascívia. Ao falar de Mariana, o rapaz revela a sua visão quanto às mulheres negras, sobretudo escravas do Brasil Império, demonstrando seu posicionamento. É evidente que Machado de Assis, autor, utiliza a voz do personagem para evidenciar seu repúdio à relação de poder do senhorzinho. Ao descrevê-lo, o autor revela seu descontentamento quanto às relações patriarcalistas existentes entre dominador/dominado.

Em seu resgate memorialístico, Coutinho revela seu escondido desejo sexual por Mariana. Na sua fala vemos que este a vê como objeto de prazer, mas embora “a gentil mulatinha” nutrisse sentimentos por ele, Coutinho não poderia correspondê-los devido à sua relação de senhor e de escrava:

Confesso, entretanto, que, apesar de não competir de modo nenhum os sentimentos de Mariana, entrei a olhar para ela com outros olhos. A rapariga tornara-se interessante para mim, e qualquer que seja a condição de uma mulher, há sempre dentro de nós um fundo de vaidade que se lisonjeia com a afeição que ela nos vote. Além disto, surgiu em meu espírito uma ideia que a razão pode condenar, mas que nossos costumes aceitam perfeitamente. (ASSIS, 1994, p. 8)

Durante a escravidão era comum o corpo negro ser vislumbrado e estereotipado quanto ao aspecto sexual. Normalmente, as negras eram preteridas quanto à parte afetiva, isto é, são vistas como corpo que proporciona prazeres sexuais, mas não se permite uma relação que leve a compromissos matrimoniais, como percebemos na fala do protagonista que acha a rapariga interessante para as suas cobiças e deleites, mas assume compromisso com a sua prima Amélia. De acordo com Gilberto Freyre: “Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar” (FREYRE, 1984, p. 10).

A condição das escravas criadas como pertencentes à família branca era comum no Brasil oitocentista, pois mesmo tendo vínculo afetivo com seus senhores continuavam sendo subordinadas a eles. É a relação de codependência física e emocional dos que, mesmo sofrendo punições demonstram afeto, gratidão e estima por seus opressores. A relação entre Mariana e Coutinho faz com que a “a gentil mulatinha” se envolva emocionalmente com o seu dominador. Mas a sua condição provocou o sofrimento de amor, tornando-a uma heroína machadiana que vive um amor não correspondido, impossível, devido ao sistema escravocrata.

Coutinho, então, discorre sobre o cotidiano de Mariana: “Não se sentava à mesa, nem vinha à sala em ocasião de visitas, eis a diferença; no mais era como se fosse pessoa livre, e até minhas irmãs tinham certa afeição fraternal” (ASSIS, 1994, p. 3). Ao ganhar voz na narrativa, o jovem deixa transparecer o abismo social estabelecido entre senhores e seus escravizados que, embora fossem vistos como pertencentes “à família” não se sentavam à mesa e nem vinham à sala quando havia visitas. É o reflexo do lugar ocupado pelos negros como meros objetos e propriedade de seus senhores, revelando o distanciamento composto por proprietários e seus negros. É evidente a diferença entre as classes sociais do segundo império. É nesse ponto que a ironia machadiana ganha destaque para revelar o papel antagônico da família do século XIX, que trata o escravo como família ou mercadoria de acordo com seus interesses.

Como observamos, em um período escravista havia um *status* social, no qual Machado de Assis insere “a situação da mesa e da sala” para representar o patamar existente durante

este momento. Neste meio, a mesa significa a igualdade entre os membros da família branca e a sala a comunhão das classes da elite, portanto, ao descrever essa situação, compreendemos a constatação das divisões de classes sociais. Era a descrição de uma camada dominante que, fora participar da mesa e da sala, considerava a escrava “quase” livre.

Durante a narrativa percebemos que Mariana era uma escrava de dentro de casa, isto é, estava entre os escravizados que tinham habilidades para as tarefas domésticas. Como vemos, o escritor utiliza o eufemismo “no mais” para amenizar a situação das negras, escravas, que eram consideradas inferiores a outras mulheres da época. Há ainda a descrição da personagem como uma escrava que aprendia com facilidade, em contrapartida, o narrador é enfático ao descrever as atitudes do homem branco para revelar o sistema injusto e desumano que foi a escravidão. Nesse ponto, vemos a mãe de Coutinho, que assume o papel de senhora da casa, aparecendo com características de zelo e bondade. Fica evidente a crítica velada de Machado de Assis quanto à representação da senhora que era a proprietária de escravos. Além de ser privada da sua liberdade e autonomia, era preciso que Mariana demonstrasse gratidão e afeição a seus senhores: “Compreendia bem que na situação em que se achava só lhe restava pagar com muito reconhecimento a bondade de sua senhora” (ASSIS, 1994, p. 3).

Era comum durante o regime escravista os senhores de escravizados assumirem a conduta de recompensa e reconhecimento mediante o bom comportamento: o escravo não era punido se tivesse boas atitudes, porém, desacatando o seu senhor, recebia severos castigos. Nesta ótica, o narrador ressalta a visão distorcida do afeto pela senhora, que espera de Mariana o reconhecimento dos favores por ela fornecidos, já que era somente uma escrava. Como destaca Slenes: “Suas práticas, contudo, tornam visível uma política de domínio largamente baseada na distribuição de prêmios por mérito entre dependentes, difundida no escravismo da época” (SLENES, 1997, p. 267).

Neste âmbito, percebemos um Machado de Assis crítico social que censura a idealização do paternalismo escravista que é representado pela mãe de Coutinho, denominada de “senhora velha”, pois provavelmente era viúva. Na narrativa ela é sempre mencionada como senhora, identificando a figura feminina à função paterna na trama, ou seja, em nenhum momento ocorre a menção ao seu esposo. A narrativa continua entre a descrição de Mariana e o relacionamento do rapaz com Amélia: “Acho inútil contar minuciosamente este namoro de rapaz, que vocês em parte conhecem, e que não apresentou episódio notável. Meus pais aprovaram a minha escolha; os pais de Amélia fizeram o mesmo” (ASSIS, 1994, p. 4).

Então, o jovem casal, Coutinho e Amélia, opta por oficializar o enlace matrimonial o mais rápido possível, meses depois. Enquanto isso, a escrava se ausenta para costurar vestidos para os parentes da família. Ao retornar, Mariana percebe que seu senhor estava decidido a casar-se com sua prima Amélia e cada vez mais estava ausente de casa e ocupado com os preparativos do casamento. É neste momento que a jovem inquieta revela através, da sua tristeza, a dor de não ter seu amor correspondido. O protagonista, mesmo sabendo das aflições de Mariana, resolve sair. Fica claro através da atitude do personagem a despreocupação com a escrava. Coutinho descreve a mulata como detentora de uma dissimulação assaz inteligente; assim, o narrador-personagem incita ao público leitor dos folhetins perceber a sagacidade de uma escrava que, com o pretexto, recorre a Josefa, irmã de Coutinho, em apelo desesperado pelas notícias de seu amor.

Ao retornar na hora do jantar, o jovem percebe a ausência da mulata, e recorre a Josefa para pedir informações. A curiosidade era notória no discurso do protagonista mediante o sumiço de Mariana. Por outro lado, sua irmã menciona a possibilidade de existir um amor, logo a causa do desespero da cria. É quando, com sarcasmo, o rapaz ridiculariza a escrava ao mencionar profissões comuns no Brasil Imperial, como de copeiro e cocheiro, intensificando seu discurso preconceituoso ao discorrer e indagar sobre a possibilidade de a personagem amar alguém. A jovem Josefa, neste momento da trama, encarna a visão feminina ao criticar Coutinho destacando o que chama de “filosofia de mulher”, que na ótica romântica é a idealização do amor, o sentimentalismo e o romance exacerbado. A donzela se opõe ao irmão alegando que mesmo Mariana sendo uma escrava teria o direito de amar e ser correspondida.

Era evidente que Mariana estava fragilizada com a dor de um amor impossível e idealizado. Neste ponto, a escrava, por não suportar mais o sofrimento amoroso, decide fugir do convívio com Coutinho, se recolhendo durante alguns dias. Quando retorna, toma a benção de todos, o que tipifica respeito e submissão aos seus senhores, mas de imediato se distancia da presença do rapaz. É nesta oportunidade que Coutinho vai atrás de Mariana e a questiona sobre a causa de sua tristeza:

- Que tens tu, Mariana? disse eu; andas triste e misteriosa. É algum namorico? Anda, fala; tu és estimada por todos cá de casa. Se gostas de alguém poderás ser feliz com ele porque ninguém te oporá obstáculos aos teus desejos.
- Ninguém? perguntou ela com singular expressão de incredulidade.
- Quem teria interesse nisso?
- Não falemos nisso, nhonhô. Não se trata de amores, que eu não posso ter amores. Sou uma simples escrava. – Escrava, é verdade, mas quase senhora. És tratada aqui

como filha da casa. Esqueces esses benefícios? – Não os esqueço; mas tenho grande pena em havê-los recebido.

– Que dizes, insolente?

– Insolente? disse Mariana com altivez. Perdão! continuou ela voltando à sua humildade natural e ajoelhando-se a meus pés; perdão, se disse aquilo; não foi por querer: eu sei o que sou; mas se nhonhô soubesse a razão estou certa que me perdoaria. (ASSIS, 1994, p. 6)

O rapaz, no início da conversa, usa os verbos *anda e fala*, que estão no imperativo, isto é, assumindo a posição de domínio, e a escrava ocupa o lugar de submissão, indicando uma ordem. Identificamos que o narrador aos poucos expõe o caráter de Coutinho, que sempre impõe a Mariana o dever da obediência. A mulata, quando questionada sobre o motivo da fuga, responde que não se tratava de amores, pois era uma simples escrava e não poderia ter amores. Mas Coutinho, de forma irônica, afirma que Mariana era escrava, mas “quase senhora” e tratada como filha de casa. Percebemos que o diálogo entre os personagens é sempre na escala de posse e domínio, que o senhor fala e a serva obedece.

Coutinho, ao longo do conto, sempre tenta disfarçar o seu caráter, distorcendo a verdade dos fatos – ele era um senhor de escravos –, por isso, sempre atribui características pejorativas à escrava como: insolente e incrédula. No entanto, esquece que na verdade ele era o culpado da dor e do sofrimento da gentil mulatinha. O ato de fuga da personagem demonstra seu desgosto e descontentamento com seus senhores e a bondade da família se desfaz, já que passam a vê-la somente como uma mercadoria utilizada para executar tarefas domésticas: “Comoveu-me esta linguagem da rapariga. Não sou mau; compreendi que alguma grande preocupação teria feito com que Mariana esquecesse por instantes a sua condição e o respeito que nos devia a todos” (ASSIS, 1994, p. 6). O escritor mostra o posicionamento dos escravocratas da época que sempre recorrem aos “benefícios” para camuflar seu terrível comportamento, como vemos na atitude de Coutinho que acredita não ser mau, enquanto a atitude de Mariana é de insolente e ingrata.

Mariana ajoelha-se diante de Coutinho demonstrando a sua condição de humilhação e de serva perante seu dono e afirmando que sabia qual era o seu lugar, o de escrava, condição servil, sem direitos de ir ou vir. Coutinho, não alcançando nenhuma confissão, recorre mais uma vez a Josefa. Os irmãos chegam a uma conclusão: a escrava está apaixonada por Coutinho. O rapaz fica indignado com a possibilidade de ser amado por uma mulher em condições terríveis como a da negra, é o que ele chama de “atrevimento”, que, segundo o *Aurélio*, significa ação de atrever-se, ousadia, coragem, ou seja, em outras palavras, Mariana estaria sendo ousada em demasiado para desejar amar o seu dono.

Cerca de cinco semanas antes de Coutinho tentar casar-se com Amélia, Mariana adoece. Ao saber da possibilidade de não ser correspondida e de perder o seu amado para a prima Amélia, transmite ao seu corpo aquilo que seu espírito sentia: grande dor. Então, não se alimentava e muito menos tomava os medicamentos; é o que Josefa identifica como “doença de amor”. Coutinho, ao perceber o estado clínico e emocional da mulata resolve, por caridade, ir até ela, pedindo-lhe que viva. Com o pedido do rapaz a escrava se restabelece de imediato em quinze dias. Identificamos, neste ponto, que a idealização da escrava, embora não fosse um sentimento correspondido, surtia efeito em sua vida, isto é, ela se importava com o seu senhor, o amava. Assim, tornando-se um devaneio, refém do rapaz, logo afetando sua saúde física e emocional.

Depois de ser o motivo da recuperação de Mariana, o personagem se mostra desprezível para com a escrava, revelando as suas vaidades internas de não querer o amor de uma escrava, mas de gostar do fato de ser cobiçado por ela. O narrador expressa neste momento do conto o posicionamento do personagem e deixa-o revelar através das suas falas o seu ego e sua vaidade. É chegado o clímax, momento de tensão da narrativa quando em um dia pela manhã, depois de se recuperar, Mariana foge de casa. Coutinho vai atrás da mulata indignado e decidido a colocar sua escrava no verdadeiro cativeiro por fugir.

Durante o período escravista era comum a situação de cativeiro para os negros fujões, que precisavam suportar por diversas vezes ficar sem alimento, água ou qualquer recurso. Machado de Assis se utiliza de um fato histórico e recorrente do século XIX para evidenciar as famílias escravocratas da época, e como era terrível a situação de cativeiro a que os negros por diversas vezes estavam sujeitos. É um alerta, um grito de socorro de um escritor para a elite carioca. Além de revelar outros terríveis castigos para os fugitivos como: os açoites, castigos no tronco, a máscara, entre outros objetos de torturas para oprimir o povo negro.

O casamento era quase chegado e restavam somente oito dias, o que parecia a justificativa para Mariana fugir. Coutinho, não a encontrando, vai à casa de Amélia para visitá-la. Quando chega à casa de sua noiva, o personagem observa um vulto na rua, que identifica ser Mariana. O rapaz fica furioso com a negra e impõe que volte rapidamente, porque era cativa, quer dizer, prisioneira e sua propriedade. As escravas que optavam pela fuga e demonstravam ingratidão às suas senhoras estavam sujeitas a severas punições. Como afirma Chalhoub:

A aproximação entre escravidão e liberdade, para enfatizar a precariedade e os limites de qualquer experiência de liberdade numa sociedade paternalista, organizada em torno da reprodução dos laços e dependência pessoal, politiza eficazmente o drama do processo de emancipação dos escravos, então em evidência. Escravidão e paternalismo, cativo e dependência pessoal, pareciam duas faces da mesma moeda. (CHALHOUB, 2003, p. 135)

Essas duas faces da moedas, como ressalta Chalhoub, ficam evidentes na relação entre Mariana e seus senhores, que a tratam “como da família” se essa se encaixa no perfil da escrava ideal: fala francês, possui habilidades domésticas, toca instrumento para seus entretenimentos. Se ela se adequasse receberia o reconhecimento e facilidades. Mas se essa negra decide reivindicar e buscar a liberdade, o que lhe resta é vivenciar castigos como vemos na atitude de Coutinho, que usa o artifício da ameaça de violência, com dois soldados para capturá-la. É neste âmbito que mais uma vez observamos nos contos machadianos a temática da posse, a crueldade dos senhores escravocratas para com os negros. Logo, o protagonista afirma através do jogo de palavras: “Tu abusas da afeição que todos temos por ti. Eu não tolero essa recusa” (ASSIS, 1994, p. 9), a ideia exacerbada do carinho e do afeto que sua família dá a uma escrava, assim com o sentimento de afeto prendendo o cativo. É um sentimento antagônico que, ao invés de dar a liberdade, constrói a relação pautada no domínio e na opressão, estabelecendo uma relação de dependência física e psicológica. Conforme afirma o teórico Slenes:

Da análise dessas vivências emerge o retrato de uma classe senhorial prepotente e frequentemente arbitrária, mas, sobretudo ardilosa: uma classe que branda a força e o favor para prender o cativo na armadilha de seus próprios anseios. Dentro de certos limites, os senhores estimulam a formação de laços de parentesco entre seus escravos e instituem, junto com a ameaça e coação, um sistema diferencial de incentivos no intuito de tornar os cativos dependentes e reféns de suas próprias solidariedades e projetos domésticos. (SLENES, 1997, p. 267)

Mariana, não tendo mais alternativas, cede e retorna com Coutinho para casa, porém o rapaz ainda em suas vaidades e curiosidade pergunta à personagem a real causa das fugas constantes. A protagonista responde finalmente confessando que ele era seu grande amor e o motivo da fuga, porém não poderia ser amada, pois era uma *infeliz escrava*. No dia seguinte, a gentil mulatinha estava com os olhos tristes e inchados e seu senhorzinho retoma seus afazeres normais haja vista que a data de seu casamento cada vez mais se aproximava. É quando o rapaz vai encontrar-se com Amélia, em sua casa, e esta demonstra tamanha indignação e ciúmes de Mariana. “Falei tanto em Mariana que minha prima entrou a sentir um

disparatado ciúme. Protestei-lhe que era loucura e abatimento ter zelos de uma cria de casa, e que o meu interesse era simples sentimento de piedade” (ASSIS, 1994, p. 10).

Amélia finalmente se acalma e Coutinho retorna para a sua casa. É quando, faltando quatro dias para o casamento, durante a festa do Natal, Mariana desaparece novamente. Todos estavam reunidos e quando souberam da notícia ficaram indignados pela atitude da mulata. O rapaz de imediato saiu à procura de sua “propriedade”, porém sem resultados recorre à polícia. O protagonista, sem esperanças de encontrar a escrava viva, começa a acreditar na possibilidade de suicídio. “Deixei que esse momento de cólera se consumasse, e levantei-me para ir procurar Mariana [...] Eu suspeitava que desta vez ela tivesse cometido suicídio; fiz neste sentido as diligências necessárias para ter alguma notícia dela viva ou morta” (ASSIS, 1994, p. 11).

Coutinho, não achando Mariana, resolve continuar as buscas no dia seguinte. Ao chegar em um hotel, durante o jantar, observa que um criado estava com bandejas para uma hóspede que não se alimentava desde aquela hora. Curioso, o personagem indaga ao empregado sobre como era a moça. “Pedi-lhe os sinais da pessoa misteriosa. Não havia dúvida. Era Mariana” (ASSIS, 1994 p. 12). Diante da situação, o senhor e o criado correm ao quarto de Mariana, que abre a porta e lança-se nos braços do protagonista. “– Não venho aqui para receber-te abraços, disse eu; venho pela segunda vez buscar-te para casa, donde pela segunda vez fugiste” (ASSIS, 1994, p. 13).

Durante a conversa, Coutinho insiste que Mariana volte para casa sem precisar recorrer a meios violentos, no entanto, a escrava resiste não aceitando voltar. Vemos que a negra tenta resistir às imposições desse sistema desleal e injusto que foi a escravidão. O rapaz deixa o quarto para buscar a polícia, porém, quando retorna, era tarde demais, pois Mariana, tomada pelo desespero, apodera-se de um forte veneno. “Mariana caiu sobre a cama. Pouco depois entrava o inspetor. Chamou-se à pressa um médico; mas era tarde. O veneno era violento; Mariana morreu às 8 horas da noite” (ASSIS, 1994, p. 14).

O ato de suicídio não era incomum entre as mulheres negras no segundo império, pois muitas não suportavam ser exploradas sexualmente, erotizadas, estigmatizadas, preteridas e vistas como propriedades de seus senhores. Algumas alegavam ser um ato de retorno aos seus ancestrais, outras optavam por se livrar dos intensos castigos. A ação de Mariana revela a sua dor e o desespero de não poder ser amada. Seu destino trágico nos mostra a relação existente entre dominador e dominado, que a vê como mercadoria e não como um perfil feminino que pode ser amado.

Coutinho encerra o seu diálogo com seus amigos contando a tristeza que sentira ao perder a escrava de uma maneira tão brutal e dolorosa. É por causa do ocorrido que Amélia, tomada de raiva e ciúmes, termina o noivado. Ao encerrar o relato, Macedo retoma seu lugar de narrador, contando a tristeza que sentiram ao saber as desventuras do rapaz. Por outro lado, Machado de Assis termina denunciando uma sociedade cruel e escravocrata ao relacionar a postura dos amigos, que depois de saber o trágico fim de Mariana, resolvem sair indiferentes pela Rua do Ouvidor: “Coutinho concluiu assim a sua narração, que foi ouvida com tristeza por todos nós. Mas daí a pouco saímos pela rua do Ouvidor fora [...]. Duas horas de conversa tinha-nos restituído a mocidade” (ASSIS, 1994, p. 15).

No desfecho do conto, vemos a ironia machadiana através da tristeza e falas efêmeras de Coutinho. Observamos no término da narrativa a desvalorização total do destino dos negros e o descuido quanto à condição da mulher negra, que prefere optar pela fuga e o suicídio a continuar sucumbindo ao sofrimento de amor que não pode ser correspondido por questões específicas. Durante o Brasil Imperial, as negras eram preteridas e subjugadas, sendo vistas como seres descartáveis e objeto sexual, sem valorização, dignidade, respeito e afeto. O destino de Mariana é triste e violento, encerrando a narrativa com a dissimulada reflexão machadiana, que revela no *Jornal das Famílias* as agruras que as escravas enfrentavam, não podendo ser valorizadas e muito menos amadas. Eram vistas como estereótipos de sedução e erotização, ou como força de trabalho.

O contista fala para a elite carioca, descrevendo o desumano tratamento destinado às pretas escravas, o domínio e opressão contra os negros. Compreendemos a postura crítica do autor ao criar um personagem-narrador na figura do homem branco, que fala e conduz a trama, revelando seu posicionamento mediante os escravizados. Percebemos também que o escritor, Machado de Assis, revela seu repúdio à escravidão, haja vista ter inserido a personagem em uma família da burguesia que vê Mariana como sua propriedade e mercadoria. Dessa forma, o conto nos propõe lições e ensinamentos quanto ao racismo, opressão social e desvalorização da humanidade da mulher negra.

3.2 ELISA: o conflito entre a inocência e a perversidade

O conto “Virginius – narrativa de um advogado”, que foi publicado originalmente no

Jornal das Famílias em agosto de 1864, discorre sobre a temática da violência contra a mulher negra e tem como público as leitoras da elite carioca. O escritor insere a narrativa realista em um período histórico de lutas contra o regime escravista, com críticas evidentes à organização da sociedade oitocentista e suas classes sociais, que viam os negros como seres sem direitos e autonomia e como propriedade de seus senhores. Narra-se uma tragédia envolvendo dois pais e seus respectivos filhos. Enquanto uma família possui ascensão política, a outra é subjugada e, embora sejam libertos, são vistos como objetos no sistema desleal e injusto que foi a escravidão. Trata-se não de um destino romântico, mas sim de um final fatal para os personagens. Em “*Virginus*” narra-se de forma psicológica acontecimentos que remetem à época da Antiguidade, inserindo os elementos da cultura clássica nos temas do Brasil da época, como forma de lançar luz sobre o absurdo do presente nacional. Nota-se que é o narrador de Machado de Assis quem informa ao leitor que o conto não apenas possui seu título inspirado na tragédia de *Virginus*, como parte do enredo:

Saí da cadeia alvoroçado. Não era romance, era tragédia o que acabava de ouvir. No caminho as ideias se me clarearam. Meu espírito voltou-se vinte e três séculos atrás, e pude ver, no seio da sociedade romana, um caso idêntico ao que se dava na vila de***. Todos conhecem a lúgubre tragédia de *Virginus*. Tito Lívio, Diodoro de Sicília e outros antigos falam dela circunstanciadamente. Foi essa tragédia a precursora da queda dos decênviros. Um destes, Ápio Cláudio, apaixonou-se por Virgínia, filha de *Virginus*. Como fosse impossível de tomá-la por simples simpatia, determinou o decênviro empregar um meio violento. O meio foi escravizá-la. Peitou um sicofanta, que se apresentou aos tribunais reclamando a entrega de Virgínia, sua escrava. O desventurado pai, não conseguindo comover nem por seus rogos, nem por suas ameaças, travou de uma faca de açougue e cravou-a no peito de Virgínia. (ASSIS, 1994, p. 11)

No que diz respeito ao título do conto, observa-se que é possível oferecer uma explicação a partir do próprio narrador, que “diz referir-se à tragédia de *Virginus*, da sociedade romana, que ocorreu há vinte e três séculos”. O texto é marcado pela história em que Ápio Cláudio apaixona-se por Virgínia, filha de *Virginus*. Porém, não conseguindo conquistar a moça, opta pela escravidão. A saída encontrada era ir ao tribunal para reclamar a entrega de sua escrava Virgínia. O pai da moça, indignado por não conseguir evitar o dano, mata a própria filha. Vemos que há uma contextualização do Brasil do período do século XIX, e que inicialmente não há um caráter satírico, porém existe a preservação da tragédia que lhe serve por inspiração, e um caráter moral, que será substituído pela ironia na fase posterior de Machado de Assis.

Em uma primeira análise, observa-se a problemática situação, em que uma mulher, negra liberta, objeto de disputa, é vista como inferior, e sequer tem direito de escolha quanto

ao que deseja para sua vida. Observa-se, ainda, a medida trágica tomada por seu pai, a fim de evitar que sua filha fosse levada para a casa daquele que, em sua inconsequência, queria comprar à força o amor daquela mulher. O conto nos revela um aspecto sombrio dos seres humanos, e nos remete à reflexão do que se faz para se alcançar o que se quer, e de como o fato de ser mulher e negra dificulta ainda mais a manutenção da liberdade, sendo que as mulheres negras, em geral, até os dias de hoje continuam sendo vistas de forma inferiorizada e tendo que obedecer às regras que lhes foram impostas, vítimas de violências morais e físicas.

Na tragédia latina observamos a reflexão quanto ao abuso de poder das classes dominantes. Assim, Machado de Assis se apoia nos acontecimentos romanos para narrar um fato contemporâneo, isto é, fazendo uso de um enredo original que era conhecido desde a Antiguidade, para utilizá-lo no século XIX, logo reescrevendo-o e adaptando-o ao contexto do segundo império brasileiro. A narrativa divide-se entre o capítulo primeiro até o cinco e inicia-se sob a ótica do narrador-personagem anônimo que se envolve na trama. O enredo começa a partir de um bilhete enviado a um advogado, homem da elite e residente da Corte, para defender um homem, chamado Julião. O personagem recebe a incumbência de advogar e provar a inocência do réu. A causa seria um ato de desespero, violência e crueldade:

Não me correu tranquilo o S. João de 185...

Duas semanas antes do dia em que a Igreja celebra o evangelista, recebi pelo correio o seguinte bilhete, sem assinatura e de letra desconhecida:

O Dr. *** é convidado a ir a vila de... tomar conta de um processo. O objeto é digno do talento e das habilitações do advogado. Despesas e honorários ser-lhe-ão satisfeitos antecipadamente, mal puser pé no estribo. O réu está na cadeia da mesma vila e chama-se Julião. Note que o Dr. é convidado a ir defender o réu.

(ASSIS, 1994, p. 1)

O advogado, curioso – “[...] picava-me a curiosidade” (ASSIS, 1994, p. 1) – com o bilhete, resolve atender ao pedido e de imediato aceita defender a causa do réu. “[...] Ultimei uns negócios, dei de mão outros, e oito dias depois de receber o bilhete tinha a porta um cavalo e um camarada para seguir viagem. [...] montei a cavalo e parti” (ASSIS, 1994, p. 1). No caminho o personagem recorda-se de que na mesma vila de seu cliente havia um grande amigo de anos atrás. “Só depois de ter feito algumas léguas é que me lembrei de que justamente na vila a que eu ia morava um amigo meu, antigo companheiro da academia” (ASSIS, 1994, p. 1).

O narrador utiliza o tempo cronológico e a descrição para compor o conto, remetendo ao passado quando compara a história “a vinte três séculos atrás”, e ao presente: “lembro que

estávamos em junho”. É um relato memorialístico que se apoia no passado para recordar a história próxima. Chegado à vila, o personagem-narrador encontra-se com seu amigo e lhe mostra o bilhete a fim de identificar o remetente. O rapaz, ao visualizá-lo, informa ao advogado que se tratava de Pai de todos, chamado Pio:

Tirei do bolso o misterioso bilhete e entreguei-o aberto ao meu amigo. Ele, depois de lê-lo, disse:

- É a letra de Pai de todos.

- Quem é Pai de todos?

- É um fazendeiro destas paragens, o velho Pio. O povo dá-lhe o nome de Pai de todos, porque o velho Pio o é na verdade.

- Bem dizia eu que há romance no fundo!... Que faz esse velho para que lhe deem semelhante título?

- Pouca coisa. Pio é, por assim dizer, a justiça e a caridade fundidas em uma só pessoa. Só as grandes causas vão ter as autoridades judiciárias, policiais ou municipais; mas tudo o que não sai de certa ordem é decidido na fazenda de Pio, cuja sentença todos acatam e cumprem. Seja ela contra Pedro ou contra Paulo, Paulo e Pedro submetem-se, como se fora uma decisão divina.

- Isso é como juiz. O que é ele como homem caridoso? - A fazenda de Pio é o asilo dos órfãos e dos pobres. Ali se encontra o que é necessário à vida: leite e instrução as crianças, pão e sossego aos adultos. (ASSIS, 1994, p. 3)

Pio ou “Pai de todos” era conhecido como o fazendeiro caridoso que ajudava os órfãos e pobres. Seu nome denota a imagem bíblica e cristã e é associado a bondade, caridade e justiça. Entretanto, Machado de Assis, através das características do personagem, faz um paradoxo ao mencionar que, embora o Pai de todos representasse a figura da igualdade, era conivente com o regime escravocrata por ter diversos escravos: “Escravo é o nome que se dá; mas Pio não tem escravos, tem amigos. Olham-no todos como se fora um Deus. É que em parte alguma houve nunca mais brando e cordial tratamento a homens escravizados” (ASSIS, 1994, p. 4). A personalidade do fazendeiro é descrita de maneira velada e sutil, tendo talvez por objetivo expressar o descontentamento do escritor quanto ao papel do senhor de escravos.

Na narrativa, Pio é visto como bondoso e amigo. Aliás, os próprios negros o consideram representação da caridade terrena. Vemos um dos graves problemas dessa época que era ocultar a raiz da escravidão de maneira a amenizá-la. Através das palavras “brando” e “cordial”, percebemos o posicionamento de “caramujo” de Machado de Assis, que expressa sutilmente nas entrelinhas a posição dos escravocratas da fase oitocentista que justificavam a escravidão através dos “bons tratos”.

Percebemos a ironia machadiana na construção da imagem do “Pai de todos” como a representação de Deus para seus negros escravizados. É perceptível que, não por acaso, o contista utiliza a figura do homem branco para associá-lo ao cristianismo e evidenciar um

grave problema do século XIX, que era considerar os negros seres sem almas, logo os vendo como mercadoria e propriedade de seus senhores. Há ainda outro problema recorrente que era obrigar o povo negro escravizado a se converter ao cristianismo, logo esquecendo seus costumes, religião e cultura. É o desejo de embranquecer os negros impondo regras, valores e novos padrões.

No que se refere ao relacionamento entre Pio e seus funcionários vemos a tentativa de humanização da escravidão, que revela o posicionamento das famílias da elite que acreditavam não serem maus porque possuíam fé, valores morais e religião. Através da falsa ideologia de afeto entre raças, falta de castigos intensos ou severas punições, os senhores não se consideravam escravocratas. Como observamos na figura de Pio, que se apoia na caridade, no incentivo, na criação de competições que expressavam mérito e reconhecimento, vindo a ser visto como um Deus. É a relação de dependência entre opressor e oprimido que acaba afetando o emocional dos negros que se sentiam parte da família e viam na figura de seus proprietários a representação da salvação. Era comum nesses casos homens e mulheres negros assumirem a postura de defender seus opressores desvalorizando até a alforria, logo a liberdade.

O personagem-narrador, no dia seguinte, vai até a cadeia para falar com o réu Julião e, avistando-o antes de interrogá-lo começa a observá-lo. A descrição do réu mostra um homem de padrões éticos e morais e que seria capaz de ir até as últimas consequências para alcançar a justiça em que tanto acreditava. O acusado vivia em um sítio com a filha, Elisa. Ele era viúvo e recebia auxílio de Pio com um trabalho e moradia. Observamos que, mesmo Julião trabalhando por conta própria, ainda vive sob o jugo da dependência moral e afetiva de Pio. O réu e a donzela eram negros, mas livres. Entretanto, ainda estavam voltados à dependência do Pai de todos. Nesse momento histórico era comum os negros livres recorrerem à proteção de seus antigos senhores, numa hierarquia da ordem escravocrata em que os senhores se utilizavam da posse de terras para colocar homens livres como seus dependentes. Ainda vale mencionar que a opressão não só acontecia quanto ao lado econômico ou de moradia, mas também na parte psicológica, emocional. Alguns acabavam se acostumando com a escravidão e, quando alcançavam a alforria, mesmo assim ainda optavam por continuar sendo privados da liberdade. Essa ideia nos mostra que a escravidão não era só perder a autonomia, o direito de ir e vir, mas também afetava a mente, a psique dos negros. Julião é o retrato dos negros que estavam envolvidos na relação de senhor/negro protegido, que, mesmo sendo livre, ainda estava sujeito ao Pai de todos. “Julião fora um daqueles a quem a alma caridosa de Pio dera

sustento e trabalho. Suas boas qualidades, a gratidão, o amor, o respeito com que falava e adorava o protetor, não ficaram sem uma paga valiosa” (ASSIS, 1994, p. 6).

Julião é conhecido pelos seus esforços, trabalho e por desejar proporcionar um pecúlio à sua filha, deixando-a amparada quando ele falecesse. Por sua vez, a menina é caracterizada como “a mulatinha mais formosa daquelas dez léguas em redor” (ASSIS, 1994, p. 6). Já o fazendeiro, Pio, tinha um filho mais velho três anos que Elisa, Carlos: “era um bom menino, educado sob a vigilância de seu pai, que desde os tenros anos inspirava-lhe aqueles sentimentos a que devia sua imensa popularidade” (ASSIS, 1994, p. 6). Elisa e Carlos crescem juntos até que o rapaz precisa ir embora estudar. “Carlos e Elisa viviam quase sempre juntos, naquela comunhão da infância que não conhece desigualdades nem condições. Estimavam-se deveras, a ponto de sentirem profundamente quando foi necessário a Carlos ir cursar as primeiras aulas” (ASSIS, 1994, p. 6).

Passados alguns anos, Carlos retorna ao seu lar já homem feito e Elisa, por sua vez, também amadureceu. Quando o jovem volta com o seu certificado de bacharel, a amizade de infância entre eles é desfeita pelo abismo social, isto é, entre o senhor letrado e a mulher mestiça pobre; ele reaparece com a postura dominadora típica de uma sociedade escravocrata. Por sua vez, a dócil Elisa auxiliava o pai nos afazeres domésticos. Vemos que Machado de Assis se utiliza do artifício da ironia para caracterizar seus personagens como a classe senhorial e a subalterna. Ao retornar o rapaz é recebido por todos, que comemoram o retorno de Carlos com grande alegria e festejos. O jovem, por sua vez, volta com pensamentos e hábitos mudados. Seu pai desejava que ele seguisse uma carreira política, administrativa ou judiciária e se mostrava sempre esperançoso de que o filho, com o passar dos dias, voltasse à personalidade de outrora.

Nesta perspectiva, o narrador descreve o personagem de maneira psicológica, retratando as deformidades de seu caráter. O rapaz não tinha nenhuma ocupação além da caça, as vaidades do personagem eram contrárias à personalidade de seu pai. O narrador utiliza uma antítese ao compor Carlos: “[...] não tinha mais que uma ocupação e uma distração: a caça” (ASSIS, 1994, p. 7), enquanto Julião não descansava e vivia para proporcionar condições melhores a sua filha. Os personagens são contrários em suas ações. O que magoava, sobretudo, a Pio, era o filho bacharel não procurar os livros, em que pudesse encontrar novos conhecimentos. “Levava dias e dias a correr o mato em busca de animais para matar, e nisso fazia consistir todos os cuidados, todos os pensamentos, todos os estudos” (ASSIS, 1994, p. 7). Era comum todos os dias Carlos sair a caçar, assim deixando seu pai desconfortável com a

situação.

Um dia, o lavrador, Julião, ao retornar dos afazeres durante o dia, observa no jantar que sua filha, Elisa, estava triste e com os olhos vermelhos de lágrimas. O pai, inquieto, pediu à jovem que confessasse o motivo das lágrimas de tristeza. É neste momento que vemos no conto machadiano a manifestação do sentimento de posse de Carlos para com Elisa. Identificamos traços de uma sociedade patriarcal, na qual a mulher negra sob o domínio do homem branco é abusada emocionalmente como sendo uma propriedade exclusiva, sem direitos a sua própria vida, mesmo que não fosse escrava. O personagem, Carlos, segundo o próprio pai, já apresentava desde cedo uma boa dose de vaidade, o que poderia justificar seu desejo compulsivo por Elisa, a ponto de querer comprar o seu amor.

Machado de Assis utiliza a imagem do rapaz para mostrar o caráter deturpado não somente do protagonista, mas também revelar a predominância deste comportamento na sociedade do Brasil Imperial que vê a mulher negra, mesmo estando livre, como objeto e estereótipo sexual. Elisa é vista como propriedade por Carlos. As negras eram associadas à lascívia, ao caráter questionável, à dissimulação e à traição, enquanto, no conto, Elisa é negra, mas dócil e donzela. Como destaca Frantz Fanon, o negro sempre era visto de maneira deturpada e estigmatizado pela sua cor: “Na Europa o mal é representado pelo negro. O carrasco é o negro, Satã é negro, fala-se de trevas, quando se é sujo, se é negro [...]. Na Europa, o negro, seja concreta, seja simbolicamente, representa o lado ruim da personalidade” (FANON, 2008, p. 160).

No conto, o escritor revela outra perspectiva quanto à personalidade preta, diferentemente das associações pejorativas. O escritor apresenta alternativas à elite carioca, descrevendo que a raça negra é dotada de vastas qualidades como Elisa e Julião, que são negros, livres, honestos e justos, enquanto Carlos e Pio fazem parte da classe dominante dos homens brancos, mas com caráter questionável. Vale ainda destacar o modo autoritário como o rapaz se dirige a Elisa, ao afirmar que somente ele seria capaz de lhe oferecer tudo o que ela desejasse, como se pudesse comprar o amor da jovem, que não concorda com seu discurso, nem tampouco com seu desejo doentio e obsessivo.

É notório que, apesar do avanço de mudanças significativas de ordem política, econômica e social, questiona-se acerca do respeito aos direitos individuais, ou anulação dos mesmos frente à dominação das elites que impõem seus padrões e anseios sobre a minoria, negra, pobre e por vezes submetidas a condições desumanas.

Machado de Assis publicou seu conto quando ainda se debatiam os direitos dos africanos livres que trabalhassem em estabelecimentos públicos. Assim, ele testemunhou as discussões, transcorridas no Parlamento e no governo, que tinham como assunto os direitos dos negros, mesmo quando diziam respeito àqueles que, legalmente, dispunham de liberdade. Ser livre não era idêntico a ser emancipado, se o sujeito fora alforriado ou já nascera sem amarras a um senhor. (...) Ao longo dos catorze anos que separam a Lei Eusébio de Queirós e a publicação de “Virgínius”, o debate sobre a situação e a condição dos escravizados, fossem forros e livres, parece ter sido constante e intenso. Mas a concretização de ideais abolicionistas não se mostrava alcançável, obrigando as pessoas em busca de liberdade ou de justiça a procurar o caminho dos tribunais para efetivar seus direitos: à alforria, ao usufruto de seus pecúlios ou à propriedade. (ZILBERMAN, 2021, p. 241-242)

Depois de descobrir a tentativa violenta de Carlos para com Elisa, Julião de imediato o procura para tirar satisfações. O rapaz promete deixar Elisa sossegada. “Vai tranquilo, respeitarei tua filha como se fosse morta” (ASSIS, 1994, p. 8). O pai da personagem tranquiliza-se com a promessa de Carlos e retoma a sua vida como antes. Entretanto, passando-se quinze dias, é chegado o momento de grande tensão no conto, quando Julião, ao retornar para casa, no meio do caminho ouve gritos desesperados. Ao se aproximar, observa que era sua filha que padecia e clamava por misericórdia. Julião de imediato abre as janelas e se depara com uma cena caótica: uma parenta sua no chão, amarrada e amordaçada, e a filha a se debater nos braços de Carlos.

Elisa não tem como agir contra a tentativa de abuso de Carlos e nem de expor as suas ideias. Machado de Assis critica abertamente o homem branco que acreditava que as mulheres negras eram seres feitos para satisfazer seus prazeres. Conforme afirma Angela Davis:

O estupro era uma arma de dominação, uma arma de repressão, cujo objetivo oculto era aniquilar o desejo das escravas de resistir e, nesse processo, desmoralizar seus companheiros [...] os proprietários de escravos encorajavam seu uso terrorista para colocar as mulheres negras em seu lugar. Se elas conseguissem perceber a própria força e o forte desejo de resistir, os violentos abusos sexuais – é o que os proprietários devem ter raciocinado – fariam com que elas se lembrassem de sua essência e inalterável condição de fêmeas. (DAVIS, 1944, p. 39-40)

Um dos abusos mais praticados contra as negras no século XIX era o assédio sexual e o estupro. Milhares de mulheres de cor foram vítimas dessa grande violação dos direitos. Essa prática representa um dos maiores sofrimentos presenciados pelo corpo feminino negro durante a escravidão. Representa o desejo de possuir alguém pela estratégia de coerção e intimidação, mas também uma maneira de estabelecer hierarquias de poder através da violência física e moral. Elisa na trama do conto é silenciada e não tem direitos sobre seu corpo. Essa violência é um dos mais duros castigos que as escravas sofreram e, na atualidade,

ainda vemos diversas mulheres que, independente da cor, sofrem diariamente assédio sexual, dentro de uma estrutura patriarcalista. Infelizmente, segundo as estatísticas no Brasil, cada vez mais aumenta o número de vítimas de abusos e feminicídios. São diversas “Elisas” que clamam e gritam por salvação, sendo reflexo de relacionamentos abusivos e opressores e de uma sociedade feita para os homens.

Ao narrar a história de Elisa no *Jornal das Famílias* para o público que era em maioria feminino, sobretudo, Machado expunha às donzelas da burguesia a situação de abuso emocional e sexual enfrentado por mulheres negras, que, mesmo sendo livres, estavam sujeitas a serem vistas como mercadorias no século XIX. Como afirma a autora Natascha Machado Krech: “Elisa não tem direito a ação. Não tem direito de expor suas ideias na trama, uma vez que praticamente não lhe é dada a palavra. Não pode ser mulher sem ser assediada pelo filho do patrão, nem tem o direito de viver se essa vida não for honrosa” (KRECH, 2010, p. 157).

A personagem oprimida por Carlos clamava por uma salvação, aliás, é o que o narrador-personagem chama de “o triste conflito da inocência com a perversidade”, ou seja, a inocência de Elisa e a crueldade de Carlos. Outro dado relevante é que, além de denunciar uma sociedade machista e opressora, Machado de Assis também usa o enredo do conto para mostrar que o desespero do pai, preocupado com a honra de sua filha, encontra na morte a única alternativa para preservação desta. Pressupondo que, desta forma, a pouparia de carregar este fardo ao longo de toda a vida. O pai prefere perdê-la ao invés de vê-la perder a sua autonomia e liberdade.

A opção por ver a filha morta a ser tratada como mero objeto sexual do filho do seu senhor lembra o sentimento de que eram livres e essa liberdade lhes dava ao menos a posse de si mesmos. Julião choca-se com essa ordem social, que nega ao escravizado a liberdade e ao homem livre pobre a autonomia. (SILVA, 2007, p. 24)

Neste trecho, percebemos a possível causa de um pai matar a própria filha, que se justifica pelos padrões impostos pela sociedade – escravista, racista, patriarcalista. Elisa possivelmente não conseguiria um casamento, por ser considerada uma mulher impura e desonrada, e isso poderia resultar em seu ingresso na vida de prostituta, o que era costume de mulheres ditas “maculadas” naquele período. Mais uma vez observamos um panorama construído e regido por interesses masculinos.

No desfecho do conto, vemos que o narrador encerra relatando o destino dos personagens de maneira irônica e trágica. Carlos termina tornando-se soldado e aprendendo a

honrar sua pátria, “Sirva a sua pátria, e guarde a fazenda e a honra dos seus concidadãos: é o melhor meio de aprender a guardar a honra própria” (ASSIS, 1994, p. 13); já Julião “foi condenado a dez anos de prisão. Os jurados tinham ouvido a lei, e igualmente, talvez, o coração” (ASSIS, 1994, p. 14). Depois de cumprir a sentença, Julião vive na fazenda de Pio: “Aqueles dois pais, que assistiram ao funeral das suas esperanças, acham-se ligados intimamente pelos laços do infortúnio” (ASSIS, 1994, p. 15), e sempre se recorda da pobre Elisa, privada da inocência e da própria vida.

A perspectiva adotada por Machado de Assis demonstra que as motivações de seus personagens são capazes de ultrapassar os limites psicológicos e históricos. Tomando como pano de fundo o contexto de sua época, o escritor, ao estabelecer uma relação entre Ápio Cláudio e Carlos, mostrou compreender que a capacidade de exercer o poder de dominação é uma característica genérica da psicologia humana, e não exclusiva somente dos senhores de terras e seus herdeiros – mas necessita de uma situação propícia. Não podemos negar que “*Virginus*” destaca elementos que caracterizam a condição social do Brasil do século XIX e faz uma denúncia social e crítica contra o regime escravocrata e todas as suas sequelas. De modo que a tentativa de desrespeito de Carlos em relação a Elisa pode ser vista como motivada por essa pulsão egoísta e violenta do ser humano e pelas circunstâncias de uma sociedade escravista, patriarcal e injusta.

A presença do poder entre as relações humanas vai além das constatações feitas pelas leituras marxistas sobre os meios de produção ou o período de escravidão em diversas culturas. Em toda a relação, por mais subjetiva que possa ser, na qual haja um que supostamente detém o poder e outro que é submisso, haverá sempre a quase inevitável possibilidade de o superior e mais forte ceder à tentação de subjugar, agredir e obter, mesmo que à força, os bens materiais, físicos ou sentimentais do subjogado. Onde houver duas pessoas se relacionando, em algum momento, seus sentimentos, palavras ou acordos perpassarão pelas consequências da força do desejo e da possibilidade de usufruto do poder. Isso, desde um cenário intelectual, onde há um aluno e um mestre, passando pelo cenário da escravidão, com o senhor e o escravo, até os relacionamentos amorosos, nos quais a relação de dominação não obedece a uma regra estável e institucionalizada, mas às do jogo da sedução e do erotismo que o poder da conquista possui. Trata-se também de questão moral – exercício injusto do poder – tipicamente tratada pelo escritor Machado de Assis.

Vale destacar que Machado de Assis no conto revela amargura e tristeza, uma vez que a violência apontada não se resolve com a morte da personagem. Não se trata de um bode

expiatório a devolver, com sua morte, o equilíbrio para a comunidade. Trata-se apenas do registro de um caso exemplar de fatos contínuos no cotidiano, que continuarão mesmo depois da morte da personagem. Pode-se observar que em “Virgínius”, de Machado de Assis, não há uma saída para a mulher violada neste período histórico. E ainda que na tragédia machadiana a violência seja apenas a consolidação da ideia de uma sociedade mal estruturada, na qual o homem branco e rico tem todo o poder em suas mãos, em oposição ao homem que mesmo livre, seja pobre, isso nos revela uma estrutura social na qual os direitos são constituídos pelas propriedades.

3.3 ARMINDA: a salvação do homem branco em detrimento dos negros

A narrativa do conto “Pai contra mãe” (ASSIS, 1906, p. 1) descreve a vida durante a escravidão, relatando a violência física, moral e social. Isso ocorre desde o primeiro parágrafo do texto:

A escravidão levou consigo ofícios e aparelhos, como terá sucedido a outras instituições sociais. Não cito alguns aparelhos senão por se ligarem a certo ofício. Um deles era o ferro ao pescoço, outro o ferro ao pé; havia também a máscara de folha-de-flandres. A máscara fazia perder o vício da embriaguez aos escravos, por lhes tapar a boca. Tinha só três buracos, dois para ver, um para respirar, e era fechada atrás da cabeça por um cadeado. Com o vício de beber, perdiam a tentação de furtar, porque geralmente era dos vinténs do senhor que eles tiravam com que matar a sede, e aí ficavam dois pecados extintos, e a sobriedade e a honestidade certas. Era grotesca tal máscara, mas a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel. Os funileiros as tinham penduradas, à venda, na porta das lojas. Mas não cuidemos de máscaras. O ferro ao pescoço era aplicado aos escravos fujões. Imaginai uma coleira grossa, com a haste grossa também à direita ou à esquerda, até ao alto da cabeça e fechada atrás com chave. Pesava, naturalmente, mas era menos castigo que sinal. Escravo que fugia assim, onde quer que andasse, mostrava um reincidente, e com pouco era pegado. (ASSIS, 1906, p. 1)

O conto, de 1906, foi publicado no livro intitulado *Relíquias da casa velha* e data de dois anos antes da morte do escritor. A escravidão fora abolida em 1888 e, portanto, Machado de Assis aparentemente falava de coisas antigas, realizando uma análise aguda das relações sociais do Brasil Império. Através de uma precisa seleção vocabular, o narrador faz uso, logo no segundo período do parágrafo transcrito, da preterição, ou seja, quando se diz alguma coisa

e, ao mesmo tempo, nega-se explicitamente que se pretenda dizê-la, tendo como objetivo ironizar, através do um fino questionamento, as leis sociais ou a própria realidade.

Na preterição, obtida por meio do recurso estilístico da litotes – nega-se o contrário do que se pretende –, o narrador do texto afirma claramente não pretender dizer o que disse, simula não querer dizer o que, contudo, disse de forma evidente. É o que ocorre quando afirma: “Não cito alguns aparelhos senão por se ligarem a certo ofício”. Vemos que ele emprega a negação para fazer uma preterição: o narrador parece querer mostrar ao leitor que seu interesse reside apenas na descrição imparcial dos aparelhos usados nos escravizados durante a escravidão, quando, na verdade, deseja apontar a crueldade deles. Dessa maneira, o assunto surge de maneira enviesada, mas é exatamente pelo fato de ser anunciado como secundário (ser preterido) que a atenção se volta para ele.

O narrador vai descrevendo, ironicamente, como a máscara era útil para impedir o vício da embriaguez dos escravizados e, em consequência, para inibir o furto, ficando assim dois pecados extintos, e, à base de uma crueldade sobre-humana, seriam conseguidas a sobriedade e a honestidade. O grotesco irá se acentuar quando o narrador enfatiza a institucionalização de tais máscaras em nome da ordem social e humana, para a qual não importam os meios, mas os fins, tanto é que tais instrumentos de tortura se encontram “à venda, na porta das lojas”. Encerrando o parágrafo, mais uma litotes para enfatizar o clima de total amargura machadiana, já preparando o leitor para mais e mais atrocidades que se apresentarão: “Mas não cuidemos de máscaras”.

De fato, o segundo parágrafo se inicia com a descrição do ferro que, como uma coleira grossa, cuja haste era trancada a cadeado, estrangulava o escravo e exibia sua condição de fugitivo reincidente. A ironia surge com o emprego do modalizador “naturalmente” para se referir ao peso dos ferros: “Pesava, naturalmente, mas era menos castigo que sinal”. Emite-se, de forma irônica, a sua opinião, porque fala de algo sério e grotesco num tom de fingida naturalidade.

O discurso irônico de Machado de Assis se instala quando, nesses parágrafos iniciais do conto, o narrador parece estar formulando um discurso conservador que busca assegurar o direito à propriedade – mola propulsora da organização social –, quando, na verdade, questiona esse direito. Nesse texto, como em tantos outros machadianos, o autor utiliza um discurso da dissimulação para questionar a ordem escravocrata e, sub-repticiamente, afirmar sua defesa pela liberdade e sua condenação ao sistema escravagista. Sua ironia deixa de ser apenas um recurso estilístico e ganha uma significação mais profunda e filosófica, semelhante

à ironia socrática que questiona verdades, dogmas e instituições, e a ironia moderna, através da qual se relativizam conceitos e crenças fossilizados na sociedade e na subjetividade humanas:

A ironia socrática interroga para buscar um sentido oculto e desconhecido pelo homem, ancorado em crenças e dogmas. A ironia moderna descobre o duplo sentido e, com ele, a relatividade da verdade, a fragmentação e a fraqueza do pensamento que não consegue consolidar-se em sistema. Ambos se aproximam na prática do duvidar e interrogar, no valor que atribuem ao homem, na sua dignidade sedimentada na liberdade de pensamento e, principalmente, no reconhecimento de sua fragilidade existencial. (MENDES, 2006, p. 49)

Em “Pai contra mãe”, o autor por diversas vezes utiliza um discurso com metáforas e uma linguagem simbólica, assim levando o leitor a compreender algo subentendido. Este fato é evidenciado desde o título do livro, *Relíquias da casa velha*, ou seja, metaforicamente, o termo “reliquia” nos remete ao antigo, às lembranças de uma casa, uma vida. Nesta perspectiva, observa-se a ironia machadiana ao rememorar o passado e a dura realidade que foi a escravidão.

Nesse contexto, não deixa de ser significativo o fato de o autor ter inserido “Pai Contra Mãe” justo no começo de suas Relíquias. Logo após a “Advertência” e o soneto “A Carolina”, surge aos olhos do leitor o passado que as elites tanto se esforçavam por fazer esquecer. (DUARTE, 2007, p. 260)

Ao longo do texto, é possível perceber que a narrativa começa com uma problemática familiar em que um pai precisa de soluções para a salvação financeira de sua família: “[...] cedeu à pobreza, quando adquiriu o ofício de pegar escravos fugidos. Tinha um defeito grave esse homem, não aguentava emprego nem ofício, carecia de estabilidade; é o que ele chamava caiporismo” (ASSIS, 1906, p. 2). Ao longo do enredo, o narrador chama a atenção do leitor ao descrever e traçar o perfil psicológico do personagem, destacando, assim, que Cândido possuía um grande defeito de não aguentar nenhum emprego, era o que ele chamava de “caiporismo” que, segundo o dicionário *Aurélio*, quer dizer “azar ou infelicidade constante”, ou seja, o protagonista não conseguia dar certo em nada que se propunha a fazer.

Como observamos, no conto machadiano é relatada a situação de uma família, iniciando com o verbo ceder, que significa “oferecer ou dar posse, o direito a outra pessoa”, logo alegando que o protagonista oferece o seu direito quando se permite ser um caçador de escravos. O protagonista é Cândido Neves, conhecido como Candinho, e contava trinta anos de idade. Seu nome tem origem do latim *Candidus*, e quer dizer branco e puro, já Neves, o

substantivo que exerce o papel de sobrenome do moço, tem como identificação um tom de ironia, pois de forma implícita expressa a luta do caçador de escravos, branco e puro, contra o negro.

O personagem, por não conseguir se adaptar aos trabalhos da época, como tipógrafo, caixeiro ou carteiro, decide ser um caçador de negros que fugiam da dura realidade da servidão a seus senhores.

(...) ora, pegar escravos fugidios era um ofício do tempo. Não seria nobre, mas por ser instrumento da força com que se mantêm a lei e a propriedade, trazia esta outra nobreza implícita das ações reivindicadoras. Ninguém se metia em tal ofício por desfastio ou estudo; a pobreza, a necessidade de uma achega, a inaptidão para outros trabalhos, o acaso, e alguma vez o gosto de servir também, ainda que por outra via, davam o impulso ao homem que se sentia bastante rijo para pôr ordem à desordem [...]. Como o negócio crescesse, mais de um desempregado pegou em si e numa corda, foi aos jornais, copiou anúncios e deitou-se à caçada. (ASSIS, 1906, p. 2)

De forma reiterada, o narrador enfatiza sua ironia ao comentar usando novamente a litotes “não seria nobre”, ou seja, ninguém gostava de ser caçador de escravos. Compreendemos, nesse ponto, um Machado de Assis historiador, que insere o conto no contexto de um Brasil do Segundo Império, no qual a sociedade branca também padecia pelo desemprego, como destaca Soares:

Não era mera coincidência que o sistema de participação política da população livre, durante o império, estivesse baseado em critérios censitários, que requeriam dos cidadãos brasileiros diferentes níveis de rendimento anual para a escolha e o exercício dos diferentes níveis de poder. Seria apropriado falarmos em brancos mais ricos, com um maior nível de participação e influência política, e brancos mais pobres, com uma participação limitada e sem nenhuma influência política, inclusive muitos deles totalmente despossuídos de escravos. Entretanto, o discurso ideológico produzido pelos grupos mais ricos e influentes procurava criar uma identidade entre os diversos segmentos brancos, sendo a base de articulação deste discurso a definição do trabalho como uma atividade exclusiva dos negros escravos, que deveriam prestar obediência irrestrita aos seus senhores brancos que, por sua posição de mando ocupavam o lugar mais importante na sociedade. (SOARES, 2007, p. 69)

Durante este período, era comum àqueles que careciam de segurança financeira tornarem-se capitão do mato ou capitão de assalto e entrada. Isso porque era habitual na primeira metade do século XIX o discurso que reiterava a obrigatoriedade de o trabalho duro ser dos negros, já que muitos homens, neste período, por vaidade ou costume social, não possuíam ocupação, como ressalta Soares em sua obra, reproduzindo o discurso dos viajantes que visitavam o Rio de Janeiro neste período, como o francês Charles Expilly: “O branco foi feito para comandar e descansar, o negro para obedecer e trabalhar” (SOARES, 2007, p. 68).

Dessa forma, o personagem Candinho não se adaptava a nenhum emprego que demandasse ter paciência e carecia de estabilidade. Identificamos o caráter do rapaz através das atitudes que o norteavam, ou seja, ele poderia ter se esforçado para ser tipógrafo, porém percebeu que não ganharia o suficiente; em seguida, tentou ser caixeiro, no entanto atender às pessoas não lhe agradava, demonstrando, mais uma vez, sua vaidade e o orgulho no seu caráter. Constatamos, dessa maneira, que não faltaram ofícios para Neves, ofícios, entretanto, que ele considerava humilhantes. Assim, ser caçador de escravos parecia que lhe dava o poder característico da raça branca, além de independência que os demais trabalhos não lhe proporcionavam, como afirma Soares no discurso coletado pelo viajante estrangeiro Thomas Ewbank:

(...) os brasileiros se retraem como que horrorizados ante qualquer emprego manual. Dentro do espírito das classes privilegiadas de outros países, dizem os brasileiros que não nasceram para trabalhar, mas para mandar. Pergunte-se a um jovem brasileiro de família respeitável, porém em más condições econômicas por que não aprende um ofício e passa a ganhar sua vida com independência, e, nove vezes em dez, ele tremerá de indignação, e perguntará se quer insultá-lo! “trabalhar!? trabalhar!? trabalhar!?” – redarguiu um deles – temos os negros para isso. (SOARES, 2007, p. 68)

Observamos a personalidade de certos homens da época que por orgulho optavam por capturar os negros. Portanto, a situação de Candinho trouxe-lhe um novo hábito, pois ele precisava somente de força; Machado de Assis ironiza o rapaz ao mostrar um típico personagem representante do império. Logo, Neves valorizava a liberdade de ser o seu patrão e não ter a obrigação cotidiana de alguém lhe impondo ordens e parâmetros. “Pegar escravos fugidos trouxe-lhe um encanto novo. Não obrigava a estar longas horas sentado. Só exigia força, olho vivo, paciência, coragem e um pedaço de corda” (ASSIS, 1906, p. 5).

Ao longo do conto, o rapaz conhece Clara, que tinha seus vinte e dois anos. Através de seu nome, vemos a questão religiosa do puro, sem mácula e mancha. A moça era órfã de pai e mãe e foi criada pela tia Mônica, que tem um caráter marcado no conto por ser realista e cética. Ela dá abrigo ao casal depois do casamento, ajudando através de costuras para aumentar os lucros familiares. Apesar de todas as adversidades, a jovem Clara acredita na ajuda divina direcionando sua esperança em Nossa Senhora: “Nossa senhora nos dará de comer, acudiu Clara” (ASSIS, 1906, p. 4).

A situação financeira a cada dia estava mais difícil devido ao provedor da família não conseguir capturar escravos. “Um dia os lucros entraram a escassear. Os escravos fugidos não

vinham já, como dantes, meter-se nas mãos de Cândido Neves” (ASSIS, 1906, p. 5). Certo dia, o casal descobre que espera um filho, deixando tia Mônica inquieta com tamanha problemática de ter mais um membro agregado à família. “Tia Mônica ficou desorientada, Cândido e Clara riram dos seus sustos. Deus nos há de ajudar, titia, insistia a futura mãe” (ASSIS, 1906, p. 4). A mãe, sempre confiante, alega à tia que tudo daria certo. Porém, mesmo aumentando a produção nos trabalhos de costuras, ainda continuavam sem dinheiro para seus sustentos e, com o aluguel atrasado já há três meses, o dono da casa dá cinco dias para que eles consigam quitar as dívidas, porém, eles não conseguem o empréstimo e por isso são despejados.

Neste momento da narrativa, observamos o papel da mulher que se insere nesta atualidade, pois a jovem Clara assume a função e o papel de provedora e Candinho exerce o papel secundário, já que a moça sempre se mostra insistente em trabalhar e melhorar as condições de seu lar. Identificamos a figura feminina exercendo a função de atuante dentro de casa e na sociedade. Mas a situação continua caótica na família, vemos mais uma vez a figura da mulher através das atitudes espontâneas da tia Mônica, que sai em busca de uma possível solução ao problema e recorre a uma senhora rica que lhe dá abrigo e cede os quartos baixos de sua casa.

Passando-se dois dias, chegamos ao clímax da narrativa, pois finalmente a criança nasce e a tia insiste em deixá-la na roda dos enjeitados. Entretanto, o pai afirma que ele prefere levar o bebê para seu destino. “A alegria do pai foi enorme, e a tristeza também. Tia Mônica insistiu em dar a criança a Roda. Se você não a quer levar, deixe isso comigo; eu vou a rua dos Barbonos” (ASSIS, 1906, p. 8). Neste trecho percebemos o conflito expresso na antítese “alegria e tristeza”, que reforça uma dualidade do protagonista. Este traço é predominante durante o conto, pois a alegria do nascimento de uma vida contrasta com a precariedade de ainda haver a pobreza (ou, em ampla escala, a tristeza da escravidão). Devido a não ter como cuidar da criança, a família opta por entregar o menino à roda dos enjeitados ou dos expostos, que era o meio da época de deixar os recém-nascidos às instituições de caridade ou religiosas.

A tradição da roda dos expostos inicia-se no ano de 1188 pelo papa Inocêncio III, na França, com a intenção de diminuir a quantidade de crianças encontradas mortas. A entrega das crianças no Brasil ocorria nas Santas Casas de Misericórdia. Era um cilindro embutido na parede e aqueles que abandonavam não eram vistos pelos que recebiam a criança e era algo para que as mães deixassem seus filhos com segurança. Após serem deixadas no local e,

depois de terem tocado a campainha, os padres ou as freiras vinham e pegavam o abandonado. Segundo Trindade (1999), na segunda metade do século XIX, as mães que vinham à roda eram aquelas que não tinham alternativas para a sobrevivência de seus filhos, já as escravas deixavam a criança como mecanismo para livrar seus filhos da dura realidade da escravidão.

Candinho, então, ao levar seu filho à roda, olha os anúncios dos escravizados fugidos que anunciavam um prêmio pela prisão de uma escrava, enquanto passava pela região do largo da Carioca, rua do Parto e da Ajuda. E eis que ele a visualiza ao dobrar em direção ao largo da Ajuda. Neste ponto, o protagonista percebe a chance de não perder o seu filho: a prisão da escrava seria a sua libertação financeira. Com a recompensa, não precisaria mais deixar o filho na roda dos enjeitados. Interessante observar a ironia do autor ao nomear as ruas percorridas por Cândido Neves na sua perseguição à escrava:

[...] Saiu de manhã a ver e indagar pela rua e largo da Carioca, **rua do Parto e da Ajuda**, onde ela parecia andar, segundo o anúncio.

[...] Mas não sendo a rua infinita ou sequer longa, viria a acabá-la; foi então que lhe ocorreu entrar por um dos becos que ligavam aquela à rua da Ajuda. Chegou ao fim do beco e, indo a dobrar à direita, na direção do **largo da Ajuda**, viu do lado oposto, um vulto de mulher: era a mulata fugida. Não dou aqui a comoção de Cândido Neves por não podê-lo fazer com a intensidade real. Um adjetivo basta; digamos enorme. Descendo a mulher, desceu ele também. A poucos passos estava a farmácia onde obtivera a informação, que referi acima. Entrou, achou o farmacêutico, pediu-lhe a fineza de guardar a criança por um instante; viria buscá-la sem falta. (ASSIS, 1906, p. 8) (grifos nossos)

Neste parágrafo, Machado de Assis cria um ambiente de tensão entre os nomes das ruas e a luta pela captura da escrava – que estava grávida. Ou seja: trata-se da rua e largo da Ajuda, quando, na verdade, o que ocorre é uma perseguição; menciona-se a rua do Parto, quando teremos, logo à frente, um aborto. “A escrava quis gritar, parece que chegou a soltar alguma voz mais alta que de costume, mas entendeu logo que ninguém viria libertá-la, ao contrário. Pediu então que a soltasse pelo amor de Deus” (ASSIS, 1906, p. 10). Diante destes acontecimentos em torno da luta e do apelo da mulher vemos a figura da religiosidade, pois o único socorro que Arminda teria verdadeiramente seria o de Deus, porque Candinho estava determinado a ter os lucros da captura. Apesar das súplicas da escrava mãe, Candinho não se comove e a entrega ao senhor, de forma tão violenta que lhe provoca o aborto. Recebida a recompensa, Candinho retorna à farmácia onde deixara o filho para levá-lo não mais para a roda dos enjeitados, mas sim para sua casa.

Reestabelecida a paz familiar, o conto se encerra com, talvez, uma das mais trágicas frases da ficção machadiana: “Nem todas as crianças vingam, bateu-lhe o coração” (ASSIS,

1906, p. 11), transmitindo o sentimento de luta social e hegemônica de uma camada sobre outra. Para salvar o filho de um homem branco foi necessária a morte do filho da escrava, o que aponta para a tragicidade da seguinte constatação: os mais fortes vencem, os mais fracos sucumbem, momento em que o autor questiona os preceitos naturalistas oriundos do darwinismo social, tão em voga no seu tempo. Arminda, a emudecida voz escrava, sucumbe em meio às agressões de seu opressor, Cândido Neves, o qual opta pela salvação de seu filho sem ao menos se importar com a dor do próximo, assim provocando a morte prematura do bebê de Arminda. A escrava fugida representa o grito desesperado dos negros durante o período escravocrata. A mulata apela, grita e implora por socorro, porém não tem voz possível e ajuda provável.

Foi arrastando a escrava pela rua dos Ourives, em direção à da Alfândega, onde residia o senhor. Na esquina desta a luta cresceu; a escrava pôs os pés à parede, recuou com grande esforço, inutilmente. O que alcançou foi, apesar de ser a casa próxima, gastar mais tempo em lá chegar do que deveria. Chegou, enfim, arrastada, desesperada, arquejando. Ainda ali ajoelhou-se, mas em vão. O senhor estava em casa, acudiu ao chamado e ao rumor.

- Aqui está a fujona, disse Cândido Neves.

- É ela mesma.

- Meu senhor!

- Anda, entra...

Arminda caiu no corredor. Ali mesmo o senhor da escrava abriu a carteira e tirou os cem mil-réis de gratificação. Cândido Neves guardou as duas notas de cinquenta mil-réis, enquanto o senhor novamente dizia e à escrava que entrasse. No chão, onde jazia, levada do medo e da dor, e após algum tempo de luta a escrava abortou. (ASSIS, 1906, p. 10)

A mulata se vê caída no chão e cercada pela dor e frustração provocadas da perda de seu filho. Ao contrário de Cândido, que representa a crueldade e egoísmo humanos, Arminda representava a luta por transformações de destinos. Seu desejo principal era fornecer um futuro diferente daquele que vivia para o seu filho; no entanto, é tarde demais, pois a criança havia morrido antes mesmo de nascer. Durante o período da escravidão era comum o descaso dos senhores com escravizados, principalmente com as mulheres grávidas. As escravas continuavam a fazer os mesmos serviços que faziam antes da atual condição. Nesta perspectiva, muitas optavam pela fuga como Arminda, que escolhe fugir por não suportar mais as agressões do seu senhor. Como afirma Sonia Giacomini:

Inseridos nesse contexto estão as mulheres negras escravas, que sem dúvida estavam colocadas em um nível social inferior, tanto por ser mulher, como por ser negra e, também escrava. Ser mulher, e ser escrava dentro de uma sociedade extremamente preconceituosa, opressora e sexista, é reunir todos os elementos favoráveis a exploração, tanto econômica quanto sexual, e também ser o alvo de humilhações da sociedade nos seus diferentes seguimentos. (GIACOMINI, 1988, p. 26)

Conforme afirma Sonia Maria Giacomini, durante o período escravocrata a mulher negra era vista como mero produto, mercadoria ou propriedade. Dessa forma, durante a gravidez continuavam a ser submetidas aos intensos trabalhos manuais como Arminda. O nome da protagonista significa “mulher do exército”, “militar” ou “a que possui armas”, ou seja, ela utiliza as suas armas: a fuga para salvar seu filho. A estratégia adotada seria a única maneira de alcançar a liberdade e se livrar dos maus tratos do seu senhor e dos trabalhos intensos: “Arminda ia alegando que o seu senhor era muito mau, e provavelmente a castigaria com açoites” (ASSIS, 1906, p. 10).

Outro fator comum e apelo desesperado das mulheres escravas eram o aborto provocado através de ervas medicinais e o infanticídio, isto é, algumas ingeriam ervas para a perda do feto e outras, a fim de livrar seus filhos da escravidão, os matavam. Neste sentido, é perceptível que era o grito desesperado por socorro acabando em um destino trágico. O escritor Machado de Assis faz um relato realista do apelo por socorro da escrava a Candinho. O desejo da personagem é criar seu filho longe desta situação de prisão e cativeiro, por isso, seu anseio era protegê-lo possibilitando um futuro diferente do então vivenciado. Sendo assim, era fundamental que seu filho fosse criado longe das agruras da escravidão.

A escrava não tem sorte na tentativa de fuga sendo pega pelo caçador de escravos. Desesperada, Arminda oferece a sua própria vida a Candinho, no entanto o rapaz não volta atrás e a leva forçada e arrastada pelas ruas do centro do Rio de Janeiro. Na luta corporal, a qual ocasiona o aborto do seu filho, ela vê a morte dos seus sonhos de liberdade. O aborto da protagonista representa a dor e a perda da liberdade das mulheres escravas da época. Ela estava desprovida de qualquer auxílio e amparo. A figura feminina no conto, através da representatividade da protagonista Arminda, mostra uma personalidade com características fortes e marcantes, pois sem medir esforços e as consequências luta até o fim pela salvação de seu filho. Arminda representa uma mulher guerreira, que mesmo sem a figura paterna tenta através da fuga a salvação de seu filho, embora o desejo de liberdade seja interrompido pelo duro sistema escravocrata.

Da ironia aberta no início do conto ao final trágico para a escrava Arminda, salva-se uma criança à custa da morte de toda uma série de crianças escravizadas – aqui não se trata de indivíduos, mas de exemplos, didaticamente apresentados pelo autor, Machado de Assis.

4 FORÇA E OPRESSÃO: A ESTRUTURA DA ESCRAVIDÃO

A literatura negra fala das experiências pessoais, coletivas e da condição de homens e mulheres, com o intuito de retratar a memória e trazer os sentimentos de igualdade e liberdade dos negros. Tal interpretação nos permite observar que o objetivo da literatura negra é trazer à memória a importância da cultura e da história da raça negra, que provou resistência mediante o terrível sistema que foi a escravidão no Brasil. Estes homens e mulheres foram vítimas de um sistema desleal e injusto que os via como seres desprovidos de inteligência, seres sem alma, e que tentavam constantemente os embranquecer com estereótipos europeus, provocando o esquecimento dos valores culturais da África e da riqueza da diversidade do povo negro. De acordo com Octavio Ianni:

A literatura negra é um imaginário que se forma, articula e transforma no curso do tempo. Não surge de um momento para outro, nem é autônoma desde o primeiro instante. Sua história está assinalada por autores, obras, temas, invenções literárias. É um imaginário que se articula aqui e ali, conforme o diálogo de autores, obras, temas e invenções literárias. É um movimento, um devir, no sentido de que se forma e transforma. Aos poucos, por dentro e por fora da literatura brasileira, surge a literatura negra, como um todo com perfil próprio, um sistema significativo. (IANNI, 1988, p. 91)

Em contrapartida a produção literária brasileira quase sempre na ficção tenta apagar a africanidade dos personagens, isto é, o personagem negro ou morre na obra ou sofre o processo de embranquecimento, é o desaparecimento do povo negro. É perceptível que no plano ficcional vemos grande discriminação racial em suas obras que, de maneira implícita, revelam os sentimentos de uma sociedade preconceituosa. Nas narrativas, o homem de cor é visto como tema, mas raramente como voz autoral. Essa evidência se associa ao passado escravista e ao espírito de reducionismo dos europeus. Essa hierarquização racial também acontece nos discursos que reforçam a ideia de que ser escravo era uma característica intrínseca dos negros e que na maioria dos casos éramos seres passivos e conformados, embora seja notório o equívoco dessa alegação que acreditava que os negros eram seres desprovidos de inteligência.

Na obra *Macunaíma*, de Mário de Andrade, alegoria do povo brasileiro através do anti-herói que nasce índio/negro e se torna branco, percebemos uma sátira ao brasileirismo. A tríplice caracterização racial ocorre durante seu deslocamento da selva para a capital paulista,

durante o qual percebemos abertamente ideias racistas como na cena que o personagem sofre um embranquecimento: sua cor escura é “lavada”, sendo vinculada ao sujo, imundo e profano, isto é, associando os negros a uma raça inferior. A sequência usa o preconceito existente na cultura brasileira e ironiza a transformação do personagem, que era retinto e apresentava o fenótipo da raça negra e se transforma em um indivíduo com traços dos brancos:

Mas a água era encantada porque aquele buraco na lapa era marca do pezão do Sumé, do tempo em que andava pregando o evangelho de Jesus pra indiada brasileira. Quando o herói saiu do banho estava branco louro e de olhos azuizinhos, água lavara o pretume dele. E ninguém não seria capaz mais de indicar nele um filho da tribo retinta dos Tapanhumas. Nem bem Jiguê percebeu o milagre, se atirou na marca do pezão do Sumé. Porém a água já estava muito suja da negrura do herói e por mais que Jiguê esfregasse feito maluco atirando água pra todos os lados só conseguiu ficar da cor do bronze novo. (ANDRADE, 2019, p. 48)

Macunaíma, embora seja uma obra modernista, deixa evidente no trecho acima o passado escravocrata brasileiro, que valorizava os padrões eurocêntricos. Percebe-se que, além do personagem mudar o seu físico (fenótipo), também se transforma em outro ser humano, ou seja, seu genótipo é alterado para um homem branco – apesar de continuar a carregar os traços morais de negros e índios, de acordo com uma visão racista aproveitada pelo autor satiricamente. Conforme afirma Cuti:

Até então, nesse contexto, os descendentes de escravizados são utilizados como temática literária predominantemente pelo viés do preconceito e da comiseração. A escravização havia coisificado os africanos e sua descendência. A literatura, como reflexo e reforço das relações tanto sociais quanto de poder, atuará no mesmo sentido ao caracterizar as personagens negras, negando-lhes complexidade e, portanto, humanidade.

A maneira como os escritores tratarão os temas relativos às vivências dos africanos e de sua descendência no Brasil vai banalizar-se pelas ideias vindas da Europa, abordando o encontro entre os povos sobretudo no que diz respeito à dominação dos europeus desde o início da colonização. (CUTI, 2010, p. 16-17)

Essa estigmatização racial e falta de humanidade da sociedade com os negros também é vista dentro da atitude desleal do personagem branco no romance naturalista de Aluísio de Azevedo, *O Cortiço*, no qual a figura feminina negra sofre abandono e é facilmente descartada. Na narrativa vemos o cotidiano do cortiço São Romão e as lutas diárias enfrentadas pelos moradores em busca de sobrevivência. A escrava e quitandeira Bertoleza na trama conhece João Romão iniciando um relacionamento entre eles. Nesta relação vemos

abertamente o quanto este é abusivo e explorador da personagem. Ela pede que este guarde suas economias que estava juntando para a sua alforria, entretanto sorrateiramente o rapaz usa o dinheiro de Bertoleza. Mais tarde João Romão vê a possibilidade de um casamento arranjado com Zulmira, filha do Barão Miranda, e arquiteta um plano para se livrar rapidamente da escrava: entregá-la como fugitiva.

Após o seu companheiro, sem piedade, empatia e escrúpulos, entregá-la, decide optar pelo suicídio ao invés de retornar para a situação de cativo. Era comum diversas fugitivas optarem pela morte ao invés de retornarem aos abusos, castigos e opressões dos senhores escravocratas. Percebemos pela atitude de João Romão o quanto os negros são considerados seres facilmente descartáveis vistos como mera mercadoria e utilizados para certo tipo de vantagens. Enquanto Bertoleza era útil para explorá-la, ele a mantinha, sem nem cogitar uma possível separação. Mas ao perceber maiores facilidades nem imagina outra opção. É a vitória do branco em detrimento do sofrimento do negro – denunciada em alegoria crítica da abolição na falsa alforria de Bertoleza.

Outro clássico da literatura brasileira onde observamos o preconceito sofrido pela personagem feminina negra é o romance *Clara dos Anjos*, de Lima Barreto, que narra em terceira pessoa no início do século XX a situação de desigualdade social. O romance conta a história de Clara dos Anjos, uma jovem pobre, mulata e moradora do subúrbio carioca que se apaixona por Cassi e acaba engravidando do rapaz. Quando este recebe a notícia imediatamente desaparece, deixando-a desamparada. Ao procurar a mãe dele, Clara é surpreendida com o desprezo e racismo devido à cor de sua pele. No desfecho da obra a protagonista abraça a sua mãe revelando a sua dura condição: “não somos nada nesta vida” (BARRETO, 1974, p. 77). Nesta fala final vemos a dura realidade de homens e mulheres de cor que são marginalizados e sujeitos à discriminação.

Bertoleza e Clara tipificam a figura feminina negra que suporta o peso das suas condições raciais. Ser negra era uma tarefa sacrificial. É estar sujeita a ser afetada pela crueldade, violência e opressão do outro. Em sua produção Machado de Assis também revela a dor e medos enfrentados por personagens negras, como nos contos “Mariana”, “Virginius” e “Pai contra mãe”. Neles o escritor utiliza sua estratégia de “caramujo” para efetuar sua crítica à sociedade da época. Identificamos a aguçada ironia machadiana que é utilizada ao longo das narrativas para expor de forma dissimulada uma situação que fazia parte do cotidiano do Brasil escravista.

Nesta tarefa, objetiva-se colocar em foco, através da leitura das histórias de Mariana, Elisa e Arminda, as repressões e abusos sofridos pelas personagens. Verificamos que Machado de Assis as insere no universo doméstico da família proprietária escravocrata e que todas tiveram um destino trágico, sofrendo o castigo e a opressão impostos pela força dos seus senhores. A partir desses fatos, segundo o dicionário *Aurélio*, a palavra castigo significa “pena que se inflige a um culpado; punição”, já forçar “é a ação de obrigar alguém a fazer algo; violência” e opressão “é ato ou efeito de afligir”; “tirania” ou “humilhação”. Nos contos analisados as mulheres negras sofrem intimidação ou castigos físicos de seus senhores.

Ser uma mulher negra e escrava no Brasil Imperial significava estar à disposição da casa grande: arrumadeira, cozinheira, ama de leite e trabalho na lavoura. Eram tarefas intermináveis que precisavam ser enfrentadas diariamente, além de, muitas vezes, servirem também como objeto de prazer para seus senhores. Após completarem uma certa idade, as escravas precisavam assumir a tarefa de trabalhar nas lavouras com tabaco, colhendo algodão e cortando cana. Se porventura não conseguissem a produtividade esperada de seu senhor, sofriam a repressão dos açoites e castigos, isto é, não bastava trabalhar, era preciso ser ágil, não importando os contratempos como o clima, o cansaço de trabalhar desde o amanhecer até o pôr do sol, além das dores no corpo. Suas vidas estavam subordinadas ao seu proprietário que desejava lucros e matéria prima.

Após a abolição do tráfico internacional de escravos, a produção agrícola passou a ser afetada, ocasionando um desfalque na economia da classe dominante; é então que os escravocratas enfatizam outra forma de opressão contra as escravas: a procriação. Neste momento, as negras passaram a ser forçadas a reproduzirem, logo aumentando a mão de obra. Os proprietários viam na reprodução natural um meio de ampliar a sua mercadoria humana. Ainda vale destacar que neste sistema as pretas não eram consideradas mães, mas sim instrumentos para ampliar a força de trabalho. Na verdade, seu papel não era desfrutar da maternidade ou cuidar de sua prole, entretanto o sistema as forçava somente a procriar. De acordo com Angela Davis:

Uma vez que as escravas eram classificadas como “reprodutoras”, e não como “mães”, suas crianças poderiam ser vendidas e enviadas para longe, como bezerros separados das vacas. Um ano após a interrupção do tráfico de populações africanas, um tribunal da Carolina do Sul decidiu que as escravas não tinham nenhum direito legal sobre suas filhas e filhos. Assim, de acordo com essa medida, as crianças poderiam ser vendidas e separadas das mães em qualquer idade, porque crianças escravas estão no mesmo nível de outros animais. (DAVIS, 1944, p. 26)

Conforme Angela Davis destacou, as negras escravas precisavam enfrentar o luto da perda de seus filhos que, embora ainda estivessem vivos, eram retirados de seu afeto e amor materno. É por isso que algumas cativas, por não concordarem com este sistema desumano e cruel, optavam pelo aborto. Elas preparavam ervas abortivas e decidiam não trazer à vida seres que já nasceriam condenados à escravidão. Outras cometiam infanticídio livrando seus bebês do futuro sofrimento. Seria a oportunidade de poupar seus descendentes da crueldade daquele período:

As mulheres têm autoinduzido abortos desde os primeiros dias da escravidão. Muitas escravas se recusavam a trazer crianças a um mundo de trabalho forçado interminável, em que correntes, açoites e o abuso sexual de mulheres eram as condições da vida cotidiana [...] Abortos e infanticídios eram atos de desespero, motivados não pelo processo biológico do nascimento, mas pelas condições opressoras da escravidão. (DAVIS, 1944, p. 218-219)

É inegável que os contos machadianos aqui estudados apresentam um relato da condição social do Brasil no segundo império denunciando, os graves problemas encontrados naquela fase. O escritor não só denuncia as classes dominantes, mas também revela o interior do ser humano através de suas reflexões. Como observamos em “O mal-estar na civilização”, de Freud, que discorre que o homem é capaz de causar sofrimentos a outros sem se importar com as consequências que impactarão o próximo:

Em resultado disso, o seu próximo é, para eles, não apenas um ajudante potencial ou um objeto sexual, mas também alguém que os tenta a satisfazer sobre ele a sua agressividade, a explorar sua capacidade de trabalho sem compensação, utilizá-lo sexualmente sem o seu consentimento apoderar-se de suas posses, humilhá-lo, causar-lhe sofrimento, torturá-lo e matá-lo. (FREUD, 1976, v. 21, p. 133)

Nessa perspectiva, Mariana, Elisa e Arminda representam uma mercadoria em um sistema que era voltado para a violação dos direitos dos indivíduos. Aliás, o corpo negro era descartável e utilizado para os fins que os brancos desejassem: seja para procriação, mão de obra ou exploração sexual. Seus corpos eram condicionados às vontades da elite da época, embora alguns fossem livres bastava ter o fenótipo negro para serem estigmatizados pela cor de sua pele. Aliás mesmo o seu gênero era subordinado ao uso a que se prestava o escravizado ou a escravizada. Segundo a autora Angela Davis:

Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório. Aparentemente, portanto, o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras na escravidão seria uma avaliação de seu papel como trabalhadoras. O sistema escravista definia o povo

negro como propriedade. Já que as mulheres eram vistas, não menos do que os homens, como unidades de trabalho lucrativos para os proprietários de escravos elas poderiam ser desprovidas de gênero. (DAVIS, 1944, p. 24)

As personagens, embora resistindo às agressões e optando até pela fuga, terminam com a perda de sua autonomia e identidade. Esse mal-estar da humanidade, conforme Freud, provocou sérias consequências para a raça negra, até os dias atuais. O discurso do homem branco nos contos revela o lugar da mulher negra no império, que era o de propriedade de seus senhores. Machado de Assis mostra seu posicionamento mediante as lutas contra o regime de opressão. São os posicionamentos de Coutinho, Carlos e Candinho que mostram a imagem do dominador em detrimento do dominado.

Açoites, mutilações e estupro eram abusos recorrentes contra as escravas. Suas vidas estavam debaixo da submissão a seus proprietários. Nas lavouras nem as grávidas eram poupadas do trabalho servil, já que precisavam enfrentar a cansativa jornada de plantação e colheita. Era preciso cumprir a cota diária, enquanto as que tinham filhos recém-nascidos precisavam levá-los ou deixá-los sozinhos. Outra opressão era o fato de que estas, diversas vezes, devido ao intenso trabalho não conseguiam amamentar seus bebês, causando intensas dores no seio devido à alta concentração de leite. É por isso que, assim como Arminda, algumas usavam a fuga com suas crias como estratégia de sobrevivência. Outras, não suportando as violências e assédios sexuais, envenenavam seus senhores em busca de liberdade.

Após a abolição da escravidão havia outro grave problema: falta de inserção dos negros no Brasil. Embora as mulheres negras tenham alcançado a autonomia e o direito de ir e vir, estavam sujeitas ao desemprego e falta de moradia. Era necessário aceitar qualquer trabalho, estando expostas a sofrer diversos tipos de abusos. De fato, a maioria das libertas ou conseguiam um serviço doméstico como cozinheiras, faxineiras ou enfrentariam a exaustiva jornada de trabalho no campo. Aquelas que executavam suas funções de caráter doméstico não possuíam nenhuma lei trabalhista que as amparasse, isto é, não havia carga horária prevista podendo ficar até sem folgas. Ainda vale mencionar que algumas ainda sofriam assédio sexual dos donos da casa e por não visualizar outras alternativas se sujeitavam às pressões psicológicas dos proprietários.

Em “*Virginus*” vemos que Elisa é vista como um corpo acessível ao homem branco: “Uma das características do racismo sempre foi a concepção de que os homens brancos – especialmente aqueles com poder econômico – possuiriam um direito incontestável de acesso

ao corpo das mulheres negras” (DAVIS, 1944, p. 191). Elisa sofre a tentativa de abuso sexual por Carlos que a vê como sua propriedade: “Elisa debatia-se nos braços de Carlos, mas já sem forças nem esperanças de obter misericórdia (...) mal Julião entrou no lugar em que se dava o triste conflito da inocência com a perversidade” (ASSIS, 1994, p. 9). Durante o regime escravista, era comum a mulher escrava, além de ser privada da liberdade e de seus direitos, sofrer a violência do abuso sexual:

Quanto ao senhor, contudo não há dúvidas, cumpria com sua mulher branca as obrigações de reprodutor e marido, mas voltava-se às escravas para o prazer sexual. Entregava-se às negras e mulatas com todo o empenho, buscando usufruir delas a satisfação que não encontrava em sua formal cama de casado. (PINSKY, 2010, p. 64)

O discurso de Carlos, “Hás de ser minha”, nos mostra como este via a dócil Elisa, que, embora fosse livre, é vista como sua posse, demonstrando seu caráter violento, egoísta. Ele acredita que a donzela era um objeto acessível para os seus deleites. Percebe-se que a jovem sofre um silenciamento na trama, embora seja a única figura feminina no conto, não tem o direito de fala, de ser ouvida. Durante o conto observamos que é a voz branca e masculina que domina todos os acontecimentos colocando Elisa como coadjuvante. Sua história é narrada a partir da perspectiva do homem branco. Em “Mariana”, Coutinho pertence à elite e vê a gentil mulatinha como sua escrava, não hesitando em ameaçá-la com punições após a sua fuga.

Mariana e Elisa estão inseridas na idealização romanesca na qual o trágico-romântico acontece através dos binômios desejo e morte. As tragédias envolvem dois tipos de amores: o amor idealizado e não correspondido e o amor envolvido pelo desejo e anseios carnavais. Enquanto Mariana ama, mas vive a impossibilidade de ser amada, Elisa tem o desgosto de ser desejada e erotizada. Ambas vivenciam amores impossíveis. Embora Elisa fosse livre foi impossibilitada de ter voz, reação ou autonomia mediante a atitude violenta de Carlos. Nestes contos vemos o conflito entre a pureza e a liberdade. Elisa é livre, mas é vista como escrava. Já Mariana é escrava, mas deseja ser amada como uma senhora livre.

As duas heroínas machadianas revelam situações antagônicas quanto a desfrutar da liberdade. Seus destinos mostram o descaso e a insensibilidade de seus senhores escravocratas. Machado de Assis revela a relação de mando/obediência, isto é, Elisa é uma negra livre, mas Carlos ao retornar do ensino acadêmico se coloca em posição de autoridade e domínio impondo que esta o amasse. Mariana é escrava, mas é vista como “quase senhora”,

isto é, aparentemente faz parte da família, mas na verdade não se assentava à mesa mostrando sua verdadeira posição na sociedade imperial.

Durante a escravidão no Brasil a mulher escrava negra vivia normalmente em dois cenários: no campo ou na cidade. Quando essa residia na parte urbana conseguia vislumbrar a tão sonhada liberdade através de se tornar “escrava de ganho”, que podia acumular posses, comercializar seus produtos, assim, com os valores economizados, adquiria a sua alforria. Enquanto aquelas que viviam no campo não tinham muitas alternativas quanto a mudarem seus destinos, não tendo oportunidades, sendo a principal estratégia para serem livres a fuga. As escravas optavam por fugir da casa de seus senhores porque era difícil as mais novas conquistarem a alforria, torná-las livres dava prejuízo para seus senhores, devido ao alto lucro alcançado através da procriação delas. Ao fugirem estavam resistindo à opressão e contestando o poder de seus senhores.

Em “Pai contra mãe”, a personagem Arminda decide fugir, provavelmente, por não suportar os severos castigos, com isso, a fuga era a esperança de encontrar a sua liberdade. Segundo Jaime Pinsky: “o objetivo do escravo em sua fuga era a liberdade. Ao sistema cabia evitar que isso ocorresse. E é claro que o escravo não fugia apenas porque e quando era submetido a maus-tratos. Rebelava-se contra sua condição de escravo” (PINSKY, 2010, p. 88-87). Neste caso, vemos que Arminda, além dos grandes castigos recebidos como açoites, opta pela fuga a fim de tentar salvar o seu filho. Observamos que o narrador conta a perversidade do seu senhor de escravos através do advérbio de intensidade “muito”, que exprime a ideia de que a mulata era tratada com excessivos açoites: “Arminda ia alegando que o senhor era muito mal, e provavelmente a castigaria com açoites, coisa que, no estado em que ela estava, seria pior de sentir. Com certeza, ele lhe mandaria dar açoites” (ASSIS, 1906, p. 10).

Seus dominadores esperavam que as negras fossem passivas e fracas aceitando qualquer imposição feita a elas. Por outro lado, na totalidade a maioria resistiu às imposições. Arminda utiliza da fuga como estratégia de resistência e sobrevivência para salvar o seu filho. Em contrapartida, temos Cândido Neves, que no conto revela encontrar encanto em ser capturador de escravos preferindo ver a salvação da sua casa em detrimento da morte do filho da negra. É o desvio de conduta que mostra de fato como são as coisas em uma sociedade baseada na opressão.

Ele utiliza da força física para prender Arminda, pois a personagem tenta resistir à prisão: “Foi só quando ele, tendo tirado o pedaço de corda da algibeira, pegou dos braços da

escrava, que ela compreendeu e quis fugir. Era já impossível. Cândido Neves, com as mãos robustas, atava-lhe os pulsos e dizia que andasse” (ASSIS, 1906, p. 9); porém não era possível mais a resistência. Era a cena brutal e dolorosa do opressor com domínio sobre o oprimido. A personagem, não suportando mais, sofre um aborto espontâneo devido às agressões sofridas e tem um destino trágico ao retornar para o mesmo jugo da escravidão: “No chão, onde jazia, levada do medo e da dor, e após algum tempo de luta a escrava abortou” (ASSIS, 1906, p. 10).

Compreendemos que Machado de Assis utiliza o conto “Pai contra mãe” para relatar a crueldade extrema do regime escravista. É o que afirma Marília Conforto: “O regime escravista foi extremamente violento” (CONFORTO, 2012, p. 90). Ainda se tratando dos castigos empregados pela força dos escravocratas, vemos também Mariana, escrava “quase senhora”, que, como Arminda opta pela fuga da casa de seus senhores; por saber da impossibilidade de seu amor, foge duas vezes, e Coutinho, indignado com a escrava, impõe que no seu retorno seja levada à situação de prisioneira, isto é, receberia punição. “Creio que devemos fazer esforços para capturá-la, e uma vez restituída a casa, colocá-la na situação verdadeira do cativo” (ASSIS, 1994, p. 9).

O personagem Coutinho emprega sobre o retorno de Mariana a mais terrível violência, que destinava, além do cárcere, também a opressão psicológica de ser cativa. Compreendemos que a única saída para Mariana era não aceitar a condição de prisioneira, porém não poderia se impor, pois durante este período, o escravo que lutava contra sua condição recebia o dobro da pena dos castigos. Como afirma Jaime Pinsky: “O negro, após sessões contínuas de tortura, deveria engolir o seu orgulho e evitar qualquer manifestação de rebeldia ou independência” (PINSKY, 2010, p. 88-87).

Machado de Assis utiliza a figura da mulher para descrever a condição patriarcal-escravista e a sua posição na sociedade. Neste ponto, vemos que o autor, ao escrever o conto “Mariana”, tem como intuito chamar a atenção das leitoras dos folhetins sobre a condição da mulher negra e escrava, como ressalta Giovana Xavier:

A escolha do amor de uma escrava como enredo já é, por si só, um traço distintivo em um universo literário em que as mulheres negras, em especial mulatas, eram consensualmente apresentadas como prostitutas, amantes, levianas e sem caráter. O conto, porém, vai mais longe, afinal, tal amor impossível é o pano de fundo para discussões maiores em torno de temas como a escravidão. (XAVIER, 2012, p. 68).

O narrador, no conto “Mariana”, encerra contando o desespero da mulata que sucumbe ao fardo da escravidão e opta pelo suicídio. A personagem tem um desfecho trágico, aliás, típico de uma heroína romântica. Durante o regime escravista era comum os escravizados cometerem o suicídio. No caso da gentil mulatinha, que toma um veneno e dá um ponto final ao sofrimento escravo, o que restava era esperar a própria morte.

No limite de sua resistência física e moral, o escravo se matava. Além de gesto de libertação, de ponto final a sua condição de objeto, ele golpeava fundo seu senhor, fazendo com que tivesse prejuízo do investimento que fizera nele. **As formas de auto-eliminação eram as mais variadas: asfixia, enforcamento, arma branca, arma de fogo, veneno.** (PINSKY, 2010, p. 91) (grifos nossos)

Como destaca Jaime Pinsky, a mulher negra, para os senhores escravistas, era vista como uma mercadoria descartável do qual ele fazia uso no momento que desejasse. Observa-se, ainda, que a mulher negra e escrava não possuía o poder de voz, ou seja, não podia expressar seus desejos e ser ouvida, era considerada como um simples objeto. Segundo Giovana Xavier, “Durante a escravidão na América o corpo da mulher negra foi visto como um misterioso pedaço de carne a ser dissecado” (XAVIER, 2012, p. 67). As escravas eram submetidas aos impulsos, que resultam na perda de seus direitos; é o caso de Elisa, que tem um destino fatal: seu pai, Julião, não suportando a possível perda da inocência da mulata, a mata com uma faca cravada no peito.

Mariana também tem a trajetória final de morte: “Elisa e Mariana personificam a subalternidade feminina e afrodescendente punida de modo trágico a partir do momento em que a relação de mando-obediência é afetada pelo desejo ou pela paixão” (DUARTE, 2007, p. 254). Como ressalta Eduardo Duarte, observamos que o escritor insere as personagens de forma realista ao descrever um período em que as mulheres negras foram marcadas pela dor, castigos e privadas da liberdade.

Os contos narram a história da figura feminina negra que está submetida à violência de seu tempo, lutando por igualdade e respeito. Embora, sejam heroínas que representam as relações do século XIX, podemos inseri-las no momento contemporâneo, no qual as mulheres precisam ainda constantemente militar pelo seu espaço e lutar por direitos igualitários. São mulheres que reivindicam a liberdade, não se calando mediante o sistema injusto e violento a elas imposto. Ao mesmo tempo em que o escritor narra os destinos trágicos das protagonistas, vemos a imagem do homem branco que revela seu posicionamento de domínio e opressão quanto às negras. Outra estratégia é o uso da ironia nos contos destacando o tom sarcástico de Machado de Assis que revela nas entrelinhas as agruras da escravidão no Brasil. Há ainda

outra semelhança que é a utilização da primeira pessoa (em “Pai contra mãe”, um narrador que observa, irônico) nas narrativas, o que confere aos contos traços de um relato de experiência, criando maior verossimilhança nos textos. Conferimos o caráter histórico aos contos transformando-os em documentos que narram a vida da mulher negra e escrava a partir da visão de seu senhor. Abusos, sofrimentos e violação dos direitos estão presentes nas histórias de Mariana, Elisa e Arminda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escravidão, até os dias atuais, é um assunto de extrema relevância no Brasil, pois marcou uma considerável camada populacional que sofreu durante um extenso período em busca de liberdade. Machado de Assis é um escritor que denunciou a violência sofrida pelos negros durante parte desse período. Diante de sua obra observamos que este revelava o pensamento humano e as condições da sociedade do Segundo Império: seus textos refletem o espelho da alma que, através dos contos, romances, poemas e crônicas, narram os graves problemas do século XIX. Em sua escrita de “caramujo” analisa a condição do negro dentro do sistema escravocrata. Sendo um homem negro, de origem humilde e descendente de escravizados, jamais desejou se embranquecer ou se omitir perante as agruras daquele violento sistema. Aliás, pelo contrário, utilizava estratégias linguísticas para camuflar sua verdadeira intenção.

Seus textos eram repletos de litotes, metáforas, sarcasmo, ironia e lacunas, empregados sutilmente para expressar seu repúdio àquela situação. Segundo o escritor, não bastava somente abolir a escravidão, mas era preciso se efetuarem medidas que fornecessem aos libertos acolhimento, como moradia, emprego e itens para subsistência. É notório que Machado de Assis estava voltado para a raiz do problema: inserir os libertos no país. Há diversos argumentos da crítica literária que tentam provar que o escritor tentou apagar sua negritude se omitindo perante a causa de seu povo, entretanto, é perceptível que este soube utilizar outras formas de resistência. Em alguns momentos manteve o silêncio, mas nunca se esquivou das causas abolicionistas.

A estética negra do autor, Machado de Assis, foi apresentada na nossa pesquisa para reafirmar a sua negritude e mostrar que este não se omitia perante as classes dominantes, expondo, assim, a realidade da sociedade carioca e brasileira, por extensão. Embora o cronista nem sempre assumisse explicitamente a postura de abolicionista, escreveu sobre a figura dos negros escravizados e o desumano tratamento que recebiam antes e após a abolição da escravidão. É a partir de sua ironia muitas vezes cortante que irá conduzir seus leitores a reflexões críticas contra o duro sistema servil. Para isso, vemos a importância de valorização no nosso país da literatura negro-brasileira, que retrata a solidão do povo negro e os sentimentos coletivos, e que transmite histórias que narram a ancestralidade africana. Neste

espaço literário se busca valorizar personagens negros sem tentar embranquecê-los, mostrando nos textos o percurso trilhado por homens e mulheres de cor.

Em seus contos o escritor se expressa pela ficção de maneira realista, enquanto nas crônicas evidencia, para além do cotidiano, com o tom de humor, situações da política. A escrita machadiana conduz o leitor ao diálogo e nas entrelinhas revela reflexões filosóficas que abordam temas como o adultério, amor não correspondido, delitos, crueldade e a escravidão. Apresentar Machado de Assis como escritor preocupado com as questões abolicionistas constituiu-se a matriz da nossa pesquisa, para isso traçamos um breve perfil do autor, ele próprio negro e sofrendo, sem dúvida, repressões e restrições em algum momento de sua vida.

Uma das formas empregadas para disfarçar seu apoio à causa abolicionista foi, sem dúvida, a posição de caramujo, ou seja, apontar nas entrelinhas os absurdos cometidos contra os escravizados, como descreveu, por exemplo, na análise dos ofícios e aparelhos descritos nos primeiros parágrafos do conto “Pai contra mãe”. Outra forma empregada pelo autor foi a ironia presente ao longo dos contos. Vale ainda mencionar o humor e tom de sarcasmo presentes nas narrativas. Nos contos “Mariana”, “Virginius” e “Pai contra mãe”, o célebre escritor narra a violência do senhor contra a mulher negra e os castigos físicos e psicológicos sofridos durante esse período. Para melhor compreendermos o contexto dos contos em questão foi necessário aproximarmo-nos da história do Brasil, sobretudo em relação à época da escravidão, seus aparelhos de tortura, a falsa filantropia dos políticos e a convivência da igreja católica com tais barbaridades.

Partindo destes pressupostos, este trabalho observou a literatura que aborda o negro em Machado de Assis, sobretudo a mulher negra. Observamos que muitos escritores no Brasil Império sofreram censura, falta de apoio por demonstrar sua negritude, haja vista que a maioria da população leitora era branca, ditando, assim, cada obra publicada na imprensa carioca. É por isso, que em alguns casos era necessário se utilizar de outras estratégias de resistência contra a escravidão.

Arminda, Mariana e Elisa representam a realidade de uma sociedade que não respeita a autonomia do povo negro. Por meio da construção desses contos percebemos um período escravista, o qual foi dominante no Brasil por vários séculos. A figura feminina negra é privada da liberdade e sofre as agruras desse sistema. Pensando nisso, foi importante observar como estavam inseridas essas mulheres negras do século XIX, observando sua condição de

cativas e dependentes dos brancos. Ao descrevê-las, o autor revela o ambiente desfavorável que os negros enfrentavam, com castigos, abusos e injustiças.

Machado de Assis, através das reminiscências das personagens, evoca uma lição pedagógica para a sociedade daquele período, principalmente para o público feminino que diariamente lia romances e narrativas de amor no *Jornal das Famílias*. Elisa, embora fosse livre, é vista como propriedade de Carlos. Enquanto Mariana sofre por amar seu senhorzinho, devido a sua condição de escrava, não pode ser correspondida. Também em *Relíquias da Casa Velha*, Arminda tenta lutar pela sobrevivência de seu filho, mas sucumbe aos maltratos do homem branco. Embora a obra tenha sido publicada após o fim da escravidão no Brasil, o escritor propôs trazer a lembrança o terrível período que foi a escravidão.

O autor cria o perfil feminino negro para revelar e criticar a classe dominante do período oitocentista. É o reflexo das famílias patriarcalistas que não respeitavam os direitos dos negros e os viam como suas propriedades. Ainda urge mencionar que embora a escravidão tenha sido abolida no Brasil em 1888, ainda na contemporaneidade identificamos graves problemas sociais enfrentados diariamente por mulheres e homens de cor. A história do nosso povo é marcada por diversos episódios de lutas, em que precisamos enfrentar a discriminação, além das cicatrizes deixadas pelo cativeiro que ainda permeiam a nossa sociedade, o que pode ser visto claramente através do preconceito racial ainda existente e as exorbitantes diferenças entre as classes sociais brasileiras (com as classes mais pobres sendo constituídas em sua maioria por cidadãos negros).

A proposta principal desta pesquisa foi propor reflexões sobre a trajetória dos negros, sobretudo das mulheres negras, e a importância da valorização da história e cultura do nosso povo. É preciso assumirmos a nossa negritude e valorizarmos a história, cultura e costumes dos negros. Ser negro está além da cor da pele, mas em seu sentido aprofundado diz respeito à resistência e à história de uma raça. É a busca da nossa identidade, é a luta contra o reducionismo europeu, isto é, podemos afirmar que é assumir a consciência crítica de não aceitar os estereótipos impostos pela cultura da Europa, não se amoldando aos padrões impostos pela sociedade. É o despertar da dignidade, a luta contra a desigualdade e a opressão. Logo, esse trabalho visou valorizar a figura feminina negra machadiana, e o papel e importância de Machado de Assis na luta contra a escravidão no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, José de. **Como e por que sou romancista**. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000311.pdf> Acesso em: 10 jan. 2022.
- ANDRADE, Mário de. **Macunaíma**: o herói sem nenhum caráter. Chapecó: Ed. UFFS, 2019. (Coleção Literatura Brasileira: identidades em movimento). Disponível em: https://www.castroweb.com.br/castrodigital/Arquivos2020/CastroDigital_livro_Macunaima_Mario_de_Andrade.pdf. Acesso em: 16 jan. 2022.
- ARAUJO, Emannel (org.). **A mão afro-brasileira**: significado da contribuição artística e histórica. 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/ Museu Afro Brasil, 2010.
- ASSIS, Machado de. **A mão e a luva**. Rio de Janeiro: Garnier, 1874. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000027.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2022.
- ASSIS, Machado de. **Obras completas**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1973. v. 3.
- ASSIS, Machado de. Crônica de Machado de Assis, publicada no jornal Gazeta de Notícias em 19 de maio de 1888. In: ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **Obras completas**. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1973. v. 3, p. 489–491. Disponível em: <https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/5qzTy7Hbuv4zKg3M7ZAvyhT56xWujhvB6XHZ8cnSm6wY7e7bPNm5QtuBgFUw/his8-15und05--cronica-de-machado-de-assis.pdf> Acesso em: 14 maio 2021.
- ASSIS, Machado de. **Contos**: uma antologia. Seleção, introdução e notas de John Gledson. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 2 v.
- ASSIS, Machado de. **Obra completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar 1994. v. 2. Disponível em: <https://machado.mec.gov.br/>. Acesso em: 12 fev. 2022.
- ASSIS, Machado de. Notas semanais. In: ASSIS, Joaquim Maria Machado. **Obra completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar 1994. v. 3. Disponível em: <https://www.machadodeassis.ufsc.br/obras/cronicas/CRONICA,%20Notas%20semanais,%201878.htm> Acesso em: 12 fev. 2022.
- AZEVEDO, Aluísio. **O cortiço**. Rio de Janeiro: Editora Americana, 1973.
- BARRETO, Lima. **Clara dos Anjos**. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1974. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000048.pdf>. Acesso em 10 fev. 2022.
- BARRETO, Lima. **Diário Íntimo**. São Paulo: Brasiliense, 1956.
- BOSI, Alfredo. **Machado de Assis**: o enigma do olhar. São Paulo: Ática, 2003.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BRAIT, Beth. **Ironia em perspectiva polifônica**. São Paulo: Ed. UNICAMP, 1996.

BRAYNER, Sônia. Uma definição de ironia. In: BRAYNER, Sônia. **Labirinto do espaço romanesco**: tradição e renovação da literatura brasileira: 1880 - 1920. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. p. 100-118.

CANDIDO, Antonio. Esquema de Machado de Assis. In: CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2011.

CASTRO, Valdiney Lobato de. **Machado de Assis contista**: dos salões às páginas de jornal. São Paulo: Alameda, 2021.

CÉSAIRE, Aimé; MOORE, Carlos (org.). **Discurso sobre a negritude**. Belo Horizonte: Nandyala, 2010. (Coleção Vozes da Diáspora Negra, v. 3)

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis**: historiador. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CONFORTO, Marília. **O escravo de papel**: o cotidiano da escravidão na literatura do século XIX. Caxias do Sul, RS: Educs, 2012.

CORREIA, Andreia da Silva. **O Judiciário é masculino, mas a justiça é feminina**: estratégias e resistências de mulheres na justiça em Santo Antonio de Jesus/BA entre 1900 e 1940. 2011. 104 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação Mestrado acadêmico em História, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2011. Disponível em: <http://tede2.uefs.br:8080/bitstream/tede/1068/2/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20Andr%c3%a9i a.pdf> Acesso em: 12 set. 2021.

COSTA, Emília Viotti da. **A abolição**. 9. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

CUNHA, C. A. Apresentação: Crônica de 19 de maio de 1888, de Machado de Assis. **Teresa revista de literatura brasileira**, n. 17, p. 215-218, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/teresa/article/view/127374>. Acesso em: 12 jun. 2021.

CUTI, Luiz Silva. **Literatura negro-brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2010. (Coleção Consciência em Debate). Disponível em: https://www.ufrgs.br/prapedi/wp-content/uploads/2021/05/Literatura-Negro-Brasileira-Col.-Consci%C3%Aancia-em-Debate-by-Cuti-z-lib.org_.pdf . Acesso em: 22 jan. 2022.

DAVIS, Angela. **Angela Davis**: mulheres, raça e classe. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4248256/mod_resource/content/0/Angela%20Davis_Mulheres%2C%20raca%20e%20classe.pdf . Acesso em: 22 jan. 2022.

DUARTE, Eduardo de Assis. **Machado de Assis afrodescendente**. Rio de Janeiro; Belo Horizonte: Pallas; Crisálida, 2007.

DUARTE, Eduardo de Assis. Literatura e Afrodescendência. In: DUARTE, Eduardo de Assis. **LITERAFRO o portal da literatura afro-brasileira**. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/artigos/artigos-teorico-conceituais/150-eduardo-de-assis-duarte-literatura-e-afrodescendencia> Acesso em: 25 mar. 2022.

DUARTE, Eduardo de Assis. **Machado de Assis afrodescendente**: antologia e crítica. 3 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Malê, 2020.

FACIOLI, Valentim. Várias histórias para um homem célebre. In: BOSI, Alfredo *et al.* **Machado de Assis**. São Paulo: Ática, 1982. p. 09-69.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Cria. **Miniaurélio século XXI**: O minidicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FREUD, Sigmund. O mal-estar da civilização. In: FREUD, Sigmund. **Obras completas**. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. 21.

GIACOMINI, Sonia Maria. **Mulher e escrava**: uma introdução ao estudo da mulher negra no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

GLEDSON, John. **Machado de Assis**: Ficção e história. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GOMES, Flávio. **Palmares**: escravidão e liberdade no Atlântico. São Paulo: Contexto, 2005.

IANNI, Octavio. Literatura e consciência. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 28. p. 91-99. 1988. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/70034/72674> Acesso em: 10 ago. 2021.

IDENTIDADE. **Dicionário Caldas Aulete**. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/identidade>. Acesso em: 4 out. 2021.

KRECH, Natascha Machado. O escravo e o protegido: percepção do trabalho servil em “Virginus”. In: BERNARDO, Gustavo; MICHAEL, Joachim; SCHÄFFAUER, Markus (org.). **Machado de Assis e a escravidão**. São Paulo: Annablume, 2010.

LINHARES, Maria Yedda Leite. **História geral do Brasil**. São Paulo: Elsevier, 1990.

LOPES, Elisângela Aparecida. **“Homem do seu tempo e do seu país”**: senhores, escravos e libertos nos escritos de Machado de Assis. 2007. 171f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Literatura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/ECAP-74QJMQ/1/disserta__o__v_final_entrega.pdf Acesso em: 12 fev. 2022.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MENDES, Ademir Aparecido Pinhelli. Ironia e filosofia. In: PARANÁ. Secretaria do Estado de Educação. **Filosofia**: vários autores. Curitiba: SEED-PR, 2006. p. 193–205. Disponível em: <https://philpapers.org/archive/MARFEM-8.pdf> . Acesso em: 10 jul. 2021.

MESGRAVIS, Laima. **História do Brasil colônia**. São Paulo: Contexto, 2015.

MIRANDA, Kátia Rodrigues Mello; AZEVEDO, Sílvia Maria. Revista Popular (1859 – 1862) e Jornal das Famílias (1863 – 1878): um perfil dos periódicos de Garnier. **TriceVersa** – Revista do Centro Ítalo-Luso-Brasileiro de Estudos Linguísticos e Culturais. Assis, v.3, n. 2, nov. 2009/ jun. 2010. Disponível em: <http://www2.assis.unesp.br/cilbelc/triceversa/publicacao/8/arq4ce65b4913393.pdf> Acesso em: 10 de nov. 2021.

MISKOLCI, Richard. Machado de Assis, o *outsider* estabelecido. **Interface**: Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 15, p. 352 -377, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/h43yPSrQ5btydGZxs6VTvgn/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 18 maio 2021.

NABUCO, Joaquim. O abolicionismo. In: NABUCO, Joaquim. **Essencial Joaquim Nabuco**. Organização e introdução Evaldo Cabral de Mello. São Paulo: Penguin Classics: Companhia das Letras, 2010.

NASCIMENTO, Beatriz. **Meu negro interno**. Salvador: Ed. Ogums, 2015.

PERROT, Michelle. **Os excluídos**: operários, mulheres, prisioneiros. Trad. Stella Bresciani. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PINSKY, Jaime. **A escravidão no Brasil**. 21. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **De pele escura e tinta preta**: a imprensa negra do século XIX (1833-1899). 2006. 197f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/33531831.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2021.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Escritos de liberdade**: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista. Campinas: Editora da UNICAMP, 2018.

PORTAL GELEDÉS. **Negros de pele clara por Sueli Carneiro**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/negros-de-pele-clara-por-sueli-carneiro/>. Acesso em: 23 mar. 2022.

RIEDEL, Dirce Côrtes. **O tempo no romance machadiano**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1959.

SILVA, Eliane da Conceição. “**Estudos**” da violência: uma análise sociológica dos contos de Machado de Assis. Rio de Janeiro: Programa Nacional de Apoio à Pesquisa Fundação Biblioteca Nacional, MinC, 2007. Disponível em: <https://antigo.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao/pesquisa/estudos-violencia-uma-analise-sociologica-contos-machado//elianesilva.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2021.

SLENES, Robert W. Senhores e subalternos no Oeste paulista. *In*: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). **História da vida privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 236-267.

SOARES, Luiz Carlos. **O “povo de cam” na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX**. Rio de Janeiro: 7letras, 2007.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

TRINDADE, Judite Maria Barboza. O abandono de crianças ou a negação do óbvio. **SciELO - Revista Brasileira de História**, v. 19, n. 37, set. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/vDzRcnrCCsWK3pcmxHF8fbL/?lang=pt> Acesso em: 21 jul. 2021.

XAVIER, Giovana; BARRETO, Juliana Farias; GOMES, Flavio. **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012.

ZILBERMAN, Regina. “Virginius” e os direitos humanos. *In*: WERKEMA, Andréa Sirihal; ROCHA, João Cezar de Castro. **Atualidade de Machado de Assis: leituras críticas**. São Paulo: Nankin, 2021.